

RELATÓRIO DE GESTÃO

NA FORMA DE RELATO INTEGRADO - IN 84/2020 TCU

2025

TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 15ª REGIÃO

Assessoria de Gestão Estratégica



TRT da 15ª Região - Campinas
1986 - 2026

SUMÁRIO

1	Mensagem da Presidente	3
2	Visão Geral Organizacional e Ambiente Externo	9
3	Riscos, Oportunidades e Perspectivas	20
4	Governança, Estratégia e Desempenho	23
5	Informações Orçamentárias, Financeiras e Contábeis	77
6	Anexos	86

DIREÇÃO DO TRT-15 (BIÊNIO 2024-2026)

ANA PAULA PELLEGRINA LOCKMANN

PRESIDENTE DO TRIBUNAL

HELICIO DANTAS LOBO JUNIOR

VICE-PRESIDENTE ADMINISTRATIVO

WILTON BORBA CANICOBA

VICE-PRESIDENTE JUDICIAL

RENAN RAVEL RODRIGUES FAGUNDES

CORREGEDOR REGIONAL

EDISON DOS SANTOS PELEGRINI

VICE-CORREGEDOR REGIONAL

LUIZ FELIPE PAIM DA LUZ BRUNO LOBO

DIRETOR DA ESCOLA JUDICIAL

ELEONORA BORDINI COCA

VICE-DIRETORA DA ESCOLA JUDICIAL

EDMUNDO FRAGA LOPES

OUVIDOR

ROSIMEIRE UEHARA TANAKA

VICE-OUVIDORA



1

MENSAGEM DA PRESIDENTE



Mensagem da Presidente



A boa governança se constrói na capacidade de planejar com responsabilidade, executar com eficiência e prestar contas com transparência.



Apresentamos o Relatório de Gestão do Tribunal Regional do Trabalho da 15ª Região, referente ao exercício de 2025, elaborado em conformidade com as diretrizes estabelecidas pelo Tribunal de Contas da União (TCU). O documento reúne os principais aspectos da atuação administrativa, jurisdicional e estratégica do Tribunal ao longo do período, permitindo o acompanhamento, a avaliação e o controle da gestão sob uma perspectiva ampla, transparente e orientada a resultados.

Em observância ao modelo definido pelo TCU, o relatório está estruturado em eixos que contemplam a Visão Geral Organizacional e o Ambiente Externo; a Governança, a Estratégia e o Desempenho; os Riscos, Oportunidades e Perspectivas; e as Informações Orçamentárias, Financeiras e Contábeis. Cada seção foi desenvolvida de forma integrada, evidenciando o alinhamento entre os objetivos estratégicos, as prioridades da gestão e os resultados alcançados, à luz dos desafios institucionais e das demandas sociais que permeiam a atuação da Justiça do Trabalho.

Com o propósito de conferir maior clareza e objetividade às informações, o relatório apresenta sínteses visuais por meio de gráficos, tabelas e painéis de indicadores, que evidenciam o grau de cumprimento das metas fixadas, o desempenho institucional e os impactos sociais, econômicos e administrativos da atuação do Tribunal. O detalhamento analítico desses dados encontra-se desenvolvido ao longo do documento.

O exercício de 2025 foi marcado pela manutenção de elevada demanda processual, acompanhada de resultados expressivos na efetividade da prestação jurisdicional. No primeiro grau, foram recebidos 326.550 processos, representando crescimento em relação ao exercício anterior, e solucionados 283.615 feitos, com destaque para a conciliação, responsável por 38,02% das soluções, reafirmando-se como instrumento central de pacificação social. Ao final do período, o Tribunal acompanhava 335.218 processos em fase de execução, evidenciando a dimensão do esforço institucional voltado à concretização dos direitos reconhecidos em juízo. No segundo grau de jurisdição, registraram-se 172.602 processos recebidos e 171.453 julgamentos realizados, abrangendo ações originárias e recursos, o que demonstra a capacidade de resposta da Corte diante do volume processual.

Nesse contexto, ao longo do ano, o Tribunal possibilitou a destinação de R\$ 6,278 bilhões aos reclamantes, contribuindo diretamente para a efetivação de direitos trabalhistas e para a dinamização da economia regional. Paralelamente, foram arrecadados R\$ 785,7 milhões para os cofres públicos, provenientes de contribuições previdenciárias, imposto de renda, custas processuais e multas administrativas, reafirmando o papel institucional do TRT-15 na promoção da justiça social e no fortalecimento das políticas públicas.

A política institucional de conciliação permaneceu como eixo estruturante da atuação do Tribunal. Na 9ª Semana Nacional da Conciliação Trabalhista, o TRT-15 alcançou o primeiro lugar entre os tribunais de grande porte, pelo terceiro ano consecutivo, com a homologação de mais de R\$ 297 milhões em acordos, resultado da mobilização integrada das Varas do Trabalho, dos Centros Judiciários de Métodos Consensuais de Solução de Disputas (Cejuscs-JT) e do Núcleo Permanente de Métodos Consensuais de Solução de Conflitos (Nupemec). Soma-se a esse desempenho a atuação institucional na 20ª Semana Nacional da Conciliação, promovida pelo Conselho Nacional de Justiça (CNJ), que reforçou a conciliação como política pública permanente do Poder Judiciário, ampliando o diálogo entre as partes e contribuindo para a solução célere e efetiva dos conflitos trabalhistas. Na Semana Nacional da Execução Trabalhista, o Tribunal obteve destaque nacional pelo volume de recursos movimentados, evidenciando a consistência das estratégias voltadas à efetividade da fase executória. Em paralelo, iniciativas como o Projeto “Conciliação em Movimento”, desenvolvido em parceria com a advocacia, reforçaram a cultura do diálogo e a solução consensual de conflitos, com elevados índices de êxito e impacto social concreto.



Mensagem da Presidente

No campo da organização judiciária e da segurança jurídica, foi instalada a Seção de Uniformização de Jurisprudência (SUJ), marco institucional voltado à consolidação do sistema de precedentes, à coerência decisória e à previsibilidade das decisões, em consonância com as diretrizes nacionais da Justiça do Trabalho. Esse avanço foi reforçado pela realização da Primeira Semana Nacional de Precedentes Trabalhistas, que promoveu reflexão qualificada sobre a estabilidade jurisprudencial como instrumento de eficiência, racionalidade e confiança institucional.

No âmbito da gestão administrativa e da governança interna, destacam-se iniciativas voltadas à racionalização do trabalho e ao uso estratégico da força laboral. O Projeto ATA-GAB consolidou-se como prática inovadora de apoio transitório e coordenado aos gabinetes de segundo grau, com ganhos relevantes de produtividade, integração institucional e padronização de procedimentos. Tais iniciativas refletem o compromisso permanente com a eficiência administrativa e a melhoria contínua da prestação jurisdicional.

O exercício de 2025 foi marcado pela continuidade e consolidação dos projetos Especializa & Equaliza e Simetria, sob coordenação da Corregedoria Regional, como instrumentos estratégicos de racionalização do trabalho, equalização da força de trabalho e aprimoramento da eficiência jurisdicional. As iniciativas têm como foco a reorganização das unidades judiciárias, a especialização de atividades, a distribuição mais equilibrada de processos e o alinhamento de procedimentos, respeitadas as peculiaridades regionais e as demandas específicas de cada unidade.

Os investimentos em infraestrutura também marcaram o exercício, com destaque para a inauguração da nova sede da Vara do Trabalho de Tatuí, instalada em prédio próprio, moderno e plenamente acessível, e para a reativação do posto de saúde no Fórum Trabalhista de São José dos Campos, reafirmando o compromisso institucional com a melhoria das condições de trabalho, a promoção da saúde ocupacional, o cuidado com magistradas(os) e servidoras(es), a inclusão e a qualidade do atendimento prestado à sociedade.



No eixo da inovação institucional e do aprimoramento da comunicação pública, o Tribunal Regional do Trabalho da 15ª Região firmou termo aditivo ao acordo de cooperação técnica com a Universidade Estadual de Campinas (Unicamp), com o objetivo de fortalecer e estruturar a adoção da Linguagem Simples no âmbito institucional. A iniciativa prevê o desenvolvimento de ações conjuntas voltadas ao letramento institucional, à capacitação continuada de magistradas(os) e servidoras(es) e ao aprimoramento de ferramentas e materiais orientativos, com suporte técnico da Educorp e do Laboratório de Inovação do Tribunal – Co.Labora 15.

Como resultado desse esforço estruturado, o Tribunal foi agraciado, em 2025, com o Selo Linguagem Simples, concedido pelo Conselho Nacional de Justiça, tendo obtido a segunda maior pontuação entre todos os Tribunais do Trabalho do país. O reconhecimento evidencia o elevado grau de maturidade institucional do TRT-15 na adoção de práticas comunicacionais claras, acessíveis e inclusivas, consolidando a Linguagem Simples como diretriz permanente da atuação administrativa e jurisdicional. No mesmo contexto, o Tribunal recebeu o Selo “Tribunal Amigo da Pessoa Idosa”, que reconhece a adoção de políticas institucionais estruturadas voltadas à prioridade processual, à acessibilidade, à capacitação interna e à implementação de boas práticas de atendimento e gestão, em consonância com a proteção integral e o respeito aos direitos da população idosa no âmbito do Poder Judiciário.



No campo do acesso à justiça e da promoção da cidadania, destaca-se a participação do Tribunal Regional do Trabalho da 15ª Região no Pop Rua Jud Campinas, iniciativa interinstitucional voltada ao atendimento da população em situação de rua, em conformidade com a Política Nacional Judicial de Atenção a Pessoas em Situação de Rua e suas interseccionalidades. A atuação do Tribunal incluiu a oferta de orientação jurídica trabalhista, acolhimento social e participação em ações solidárias, reafirmando o compromisso institucional com a dignidade humana, a redução das desigualdades e a ampliação do alcance da Justiça do Trabalho a grupos em situação de extrema vulnerabilidade social.





Mensagem da Presidente

Alinhado aos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável da Agenda 2030 da Organização das Nações Unidas, o TRT-15 manteve forte engajamento com a promoção do trabalho decente e com a proteção dos direitos fundamentais. Nesse contexto, intensificaram-se as atividades dos comitês de combate ao trabalho infantil, de erradicação do trabalho escravo e do tráfico de pessoas, bem como as ações do Programa Trabalho Seguro, por meio de campanhas educativas, seminários e articulação interinstitucional, reforçando o caráter preventivo, pedagógico e transformador da atuação judicial.

O Tribunal formalizou termo de cooperação técnica com a Adimax e o Instituto Adimax, voltado ao fortalecimento das ações de enfrentamento ao trabalho infantil. A parceria ampliou o alcance das iniciativas institucionais vinculadas ao Programa de Combate ao Trabalho Infantil e de Estímulo à Aprendizagem da Justiça do Trabalho, prevendo a realização de campanhas educativas, ações de conscientização e ampla difusão de mensagens institucionais direcionadas à proteção da infância e à promoção da cidadania.



O Tribunal também avançou na gestão documental responsável, com a destinação de 63 toneladas de autos de processos findos para reciclagem, em parceria com a Cooperativa de Trabalho de Materiais Reutilizáveis e Recicláveis de Nova Odessa (Coopersonhos), beneficiando mulheres, em sua maioria. A iniciativa, que envolveu cerca de 80 mil processos oriundos de 37 Varas do Trabalho, observou todas as etapas técnicas de classificação, triagem, avaliação e destinação final, contribuindo para a redução de resíduos, o uso racional de recursos públicos e o fortalecimento da economia circular, em alinhamento aos objetivos de desenvolvimento sustentável e às políticas institucionais de sustentabilidade do Tribunal.



O TRT-15 também firmou acordo de cooperação técnica com o Ministério das Comunicações, em parceria com o Serpro, os Correios e a Green Eletron, com foco na ampliação das ações do Programa Computadores para Inclusão. A iniciativa integrou as ações preparatórias nacionais relacionadas à COP30 e estabeleceu estratégias conjuntas voltadas ao reaproveitamento de equipamentos eletroeletrônicos, ao incentivo à economia circular e à capacitação de jovens em situação de vulnerabilidade social.

No contexto dessa cooperação, o Tribunal formalizou, em 2025, a destinação de 40 toneladas de equipamentos eletrônicos ao programa federal, totalizando 120 toneladas de bens encaminhados à iniciativa, contribuindo para a ampliação de pontos de inclusão digital em diversas regiões do país. Como reconhecimento, o TRT-15 recebeu o Selo de Apoiador do Desafio Sumaúma Digital, iniciativa nacional voltada à redução do impacto ambiental de resíduos eletrônicos. A participação institucional evidencia o compromisso com práticas sustentáveis, com a promoção da cidadania digital e com o fortalecimento de políticas públicas de alcance social e ambiental.



A atuação interinstitucional foi significativamente ampliada por meio da celebração de outros acordos, termos e pactos de cooperação, que reforçaram a dimensão colaborativa da gestão pública. Destacam-se o acordo de cooperação com o Ministério Público do Trabalho da 15ª Região, voltado ao fortalecimento das políticas de conciliação e à atuação articulada em temas de interesse social; o Pacto Regional pela Promoção do Trabalho Decente para Imigrantes e Refugiados, que ampliou a proteção de grupos vulneráveis e fomentou políticas públicas inclusivas; e o termo de cooperação com a Federação Paulista de Futebol, experiência pioneira destinada à prevenção de litígios e ao incentivo à solução consensual de conflitos no âmbito desportivo. Soma-se a essas iniciativas o Termo de Cooperação Técnica de Compartilhamento de Informações Relativas à Política de Gestão de Pessoas, firmado com outros tribunais paulistas, fortalecendo a governança colaborativa e o intercâmbio de boas práticas administrativas.



Na área de inovação administrativa e fortalecimento da governança, a Secretaria de Auditoria do Tribunal foi agraciada com menção honrosa pelo 3º lugar no Prêmio Auditoria de Geração de Valor – Edição 2025, promovido pelo Conselho Nacional de Justiça, em razão da prática “Gestão Ágil das Atividades de Auditoria”. A iniciativa, inspirada em metodologias ágeis, evidenciou ganhos concretos de eficiência, padronização e transparência nos processos de auditoria, além de impactos positivos no ambiente organizacional, consolidando a inovação como vetor estruturante da governança institucional e do aprimoramento contínuo dos controles internos.



Mensagem da Presidente

No âmbito da transparência e da participação democrática, o Tribunal promoveu audiência pública para discussão das Metas Nacionais do Poder Judiciário, reafirmando o compromisso com a escuta ativa e a construção participativa do planejamento estratégico. No campo interno, outras iniciativas, como o Projeto Diálogos com a Primeira Instância, consolidaram-se como importantes instrumentos de aproximação institucional, permitindo o compartilhamento de informações, a identificação de desafios locais e a construção conjunta de soluções com a magistratura de primeiro grau.



Ao concluir este ciclo, o Tribunal reafirma sua compreensão de que a boa governança não se resume ao cumprimento de metas, mas se constrói na capacidade de planejar com responsabilidade, executar com eficiência e prestar contas com transparência. É nesse compromisso permanente com o interesse público, com a legalidade e com a confiança da sociedade que se ancora a atuação do TRT da 15ª Região, projetando-se para os próximos exercícios com solidez institucional, responsabilidade fiscal e fidelidade à sua missão constitucional.

Desembargadora Ana Paula Pellegrina Lockmann
Presidente do Tribunal Regional do Trabalho da 15ª Região

O exercício de 2025 também exigiu relevantes adaptações institucionais para o cumprimento da Lei nº 15.096/2025, que ampliou a composição do Tribunal, sem aumento de despesas. O processo envolveu planejamento estratégico, ajustes regimentais, reorganização administrativa e adequações de infraestrutura, assegurando bases sólidas para o fortalecimento da prestação jurisdicional e para a futura plena implementação da nova configuração da Corte.

Nosso compromisso com a transparência e a prestação de contas orienta a elaboração deste Relatório de Gestão, que se consolida como instrumento de governança, aprendizado institucional e aprimoramento contínuo da administração pública. Reconheço e declaro minha responsabilidade por assegurar a integridade deste relatório, garantindo sua fidedignidade, precisão e completude, bem como a conformidade das informações aqui apresentadas com as diretrizes do Tribunal de Contas da União.

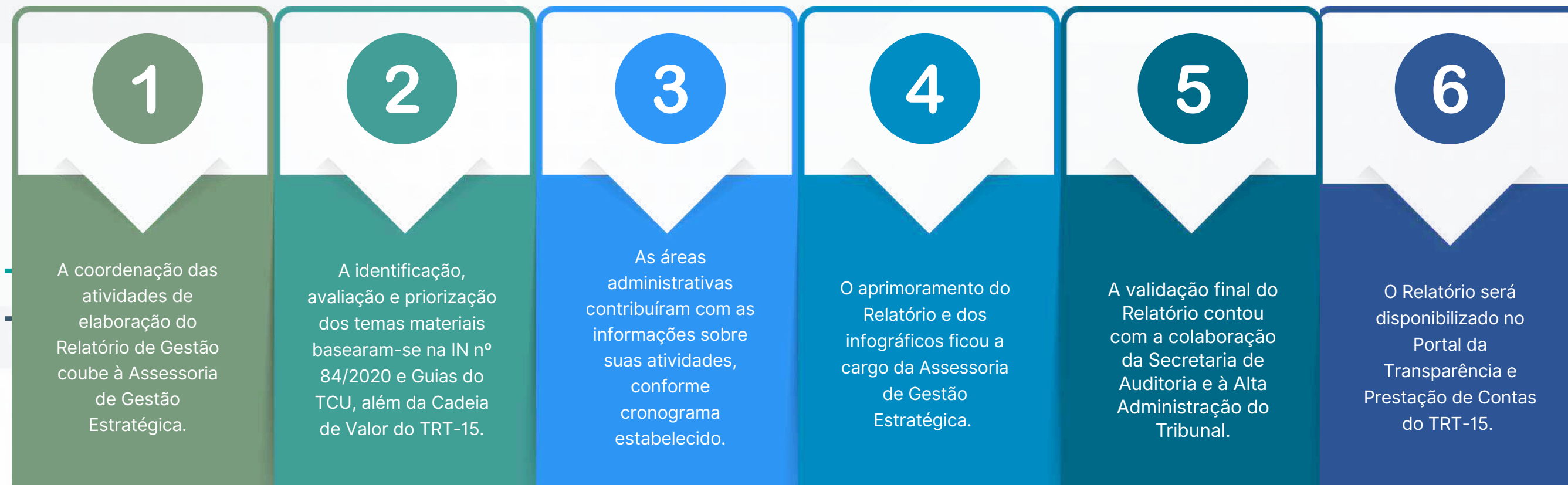
Este relatório traduz, em números, indicadores e ações, o trabalho coletivo de magistradas(os), servidoras(es), estagiárias(os) e trabalhadoras(es) terceirizadas(os) que sustentam, diariamente, o funcionamento da Justiça do Trabalho da 15ª Região. Mais do que registrar resultados, o documento reafirma escolhas institucionais: a opção pela conciliação, pela inclusão, pela inovação responsável, pela proteção dos direitos fundamentais e pela gestão pública orientada ao interesse social.





Metodologia adotada na elaboração deste Relatório de Gestão

Os temas materiais foram definidos a partir da análise e seleção dos assuntos mais significativos para 2025, considerando seu potencial impacto na geração de valor ao longo dos próximos anos.





2

VISÃO GERAL ORGANIZACIONAL E AMBIENTE EXTERNO



Quem somos

O Tribunal Regional do Trabalho da 15ª Região, sediado em Campinas/SP, integra a Administração Direta como órgão do Poder Judiciário da União especializado na Justiça do Trabalho. Instituído pela Lei nº 7.520, de 14 de julho de 1986, o Tribunal nasceu do desmembramento do TRT da 2ª Região, com o propósito de ampliar a capilaridade e aprimorar o atendimento às demandas trabalhistas no interior paulista.

Reconhecido como o segundo maior tribunal trabalhista do país em volume processual, o TRT-15 exerce competência para conciliar e julgar conflitos decorrentes das relações de trabalho, analisar recursos ordinários e agravos de petição, além de processar dissídios coletivos, ações rescisórias, mandados de segurança e outras matérias próprias da jurisdição trabalhista.

Comprometido com a eficiência e a celeridade na prestação jurisdicional, o Tribunal alinha sua atuação aos princípios constitucionais e às diretrizes do Conselho Nacional de Justiça (CNJ), investindo continuamente em inovações tecnológicas, aprimoramento de gestão e fortalecimento do acesso à Justiça.

Além de sua atuação judiciária, o TRT-15 desenvolve iniciativas institucionais voltadas à responsabilidade socioambiental, à governança pública e ao aperfeiçoamento dos serviços prestados. Essas ações incluem programas de integridade, políticas de transparência, iniciativas de inclusão e capacitação de servidoras(es), reforçando o compromisso do Tribunal com a modernização, a sustentabilidade e a promoção de uma Justiça do Trabalho mais próxima da sociedade.



MISSÃO

Realizar Justiça, no âmbito das relações de trabalho, contribuindo para a paz social e o fortalecimento da cidadania.



VISÃO

Ser reconhecida como Justiça ágil e efetiva, que contribua para a pacificação social e o desenvolvimento sustentável do país.



VALORES

Acessibilidade;
Comprometimento; Efetividade;
Eficiência; Ética; Inovação;
Respeito à diversidade;
Segurança jurídica;
Responsabilidade
Socioambiental, Transparência,
Valorização das pessoas;
Celeridade; Credibilidade
Solidariedade Social, Agilidade e
Sustentabilidade.



Tribunal Regional do Trabalho
15ª Região | Campinas



Principais normas direcionadoras de atuação

➤ CONSTITUIÇÃO FEDERAL, CÓDIGOS E LEIS

- Constituição da República Federativa do Brasil de 1988;
- Código Civil - Lei Nº 10.406/2002;
- Código Comercial - Lei Nº 556/1850;
- Código Penal - DL Nº 2.848/1940;
- Código de Processo Civil - Lei Nº 13.105/2015;
- Código de Processo Penal - DL Nº 3.689/1941;
- Código Tributário Nacional - Lei Nº 5.172/1966;
- Consolidação das Leis do Trabalho - CLT - DL Nº 5.452/1943;
- Estatuto da Criança e do Adolescente - Lei Nº 8.069/1990;
- Leis nº 14.133/2021 - Licitações e Contratos Administrativos;
- Lei nº 8.429/1992- Improbidade Administrativa.

➤ NORMAS INSTITUCIONAIS

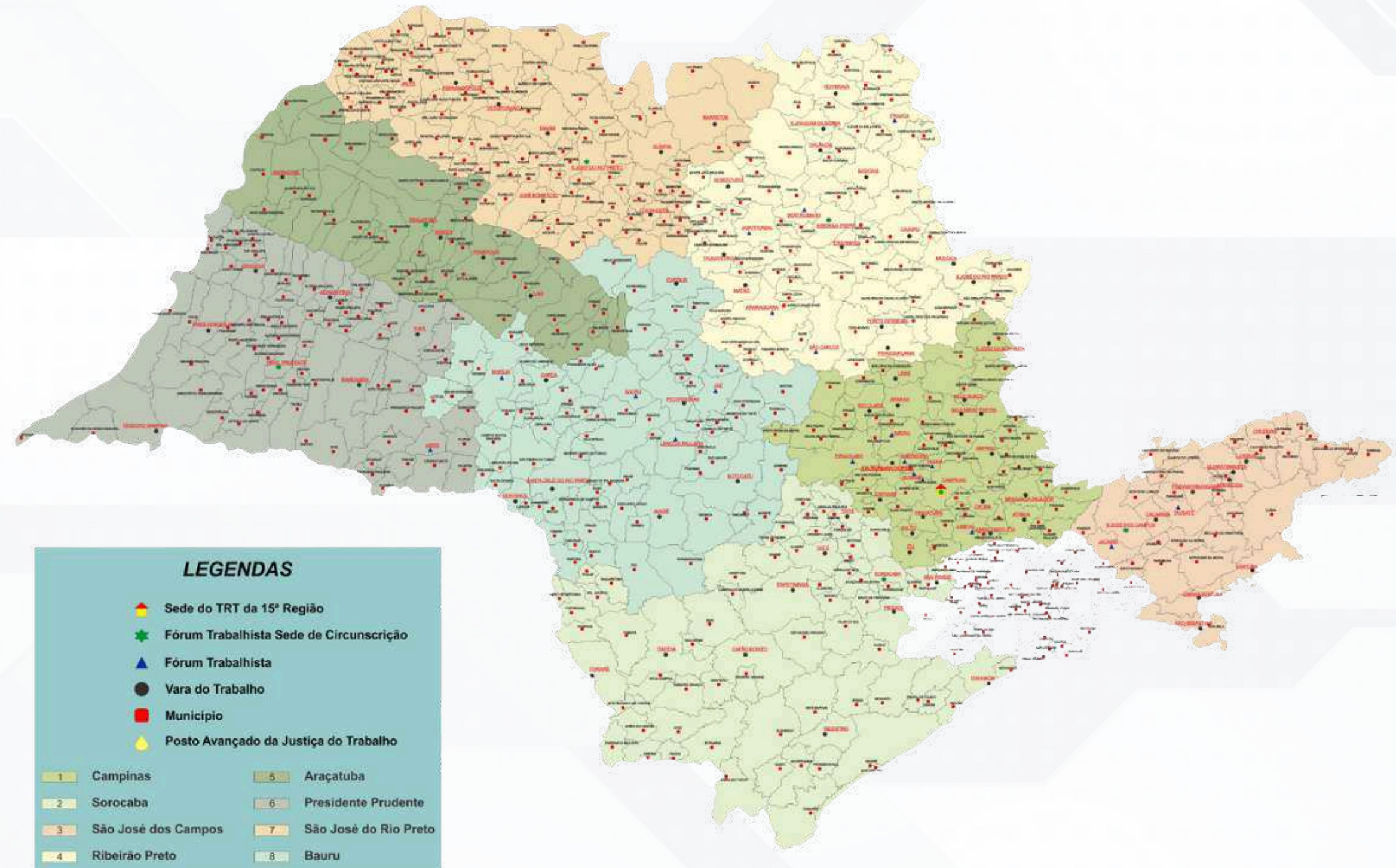
- Regimento Interno;
- Regulamento Geral de Secretaria;
- Ato Regulamentar GP Nº 005/2020, que institui o Sistema de Governança do Tribunal Regional do Trabalho da 15ª Região;
- Resolução Administrativa Nº 007/2020, que aprova e institui o Código de Ética das servidoras(es) do Tribunal Regional do Trabalho da 15ª Região;
- Resolução Administrativa Nº 008/2020, que dispõe sobre a Política de Gestão de Riscos do Tribunal Regional do Trabalho da 15ª Região;
- Resolução Administrativa Nº 002/2021, que institui a Política de Equidade de Gênero, Raça, Diversidade, e de tratamento em relação à Pessoa com Deficiência;
- Resolução Administrativa Nº 004/2025, que aprovou a primeira revisão técnica do Plano Estratégico Institucional do TRT-15 para o ciclo 2021 - 2026;
- Resolução Administrativa Nº 011/2021, que institui a Política de Gestão da Inovação;
- Resolução Administrativa Nº 016/2022, que institui a Política de Prevenção e Combate ao Assédio;
- Ato Regulamentar GP Nº 006/2023, que dispõe sobre a Política de Integridade das Contratações do Tribunal Regional do Trabalho da 15ª Região;
- Ato Regulamentar GP Nº 004/2025, que atualiza a Política de Privacidade e Proteção de Dados Pessoais - PPPDP no âmbito do Tribunal Regional do Trabalho da 15ª Região.

Jurisdição

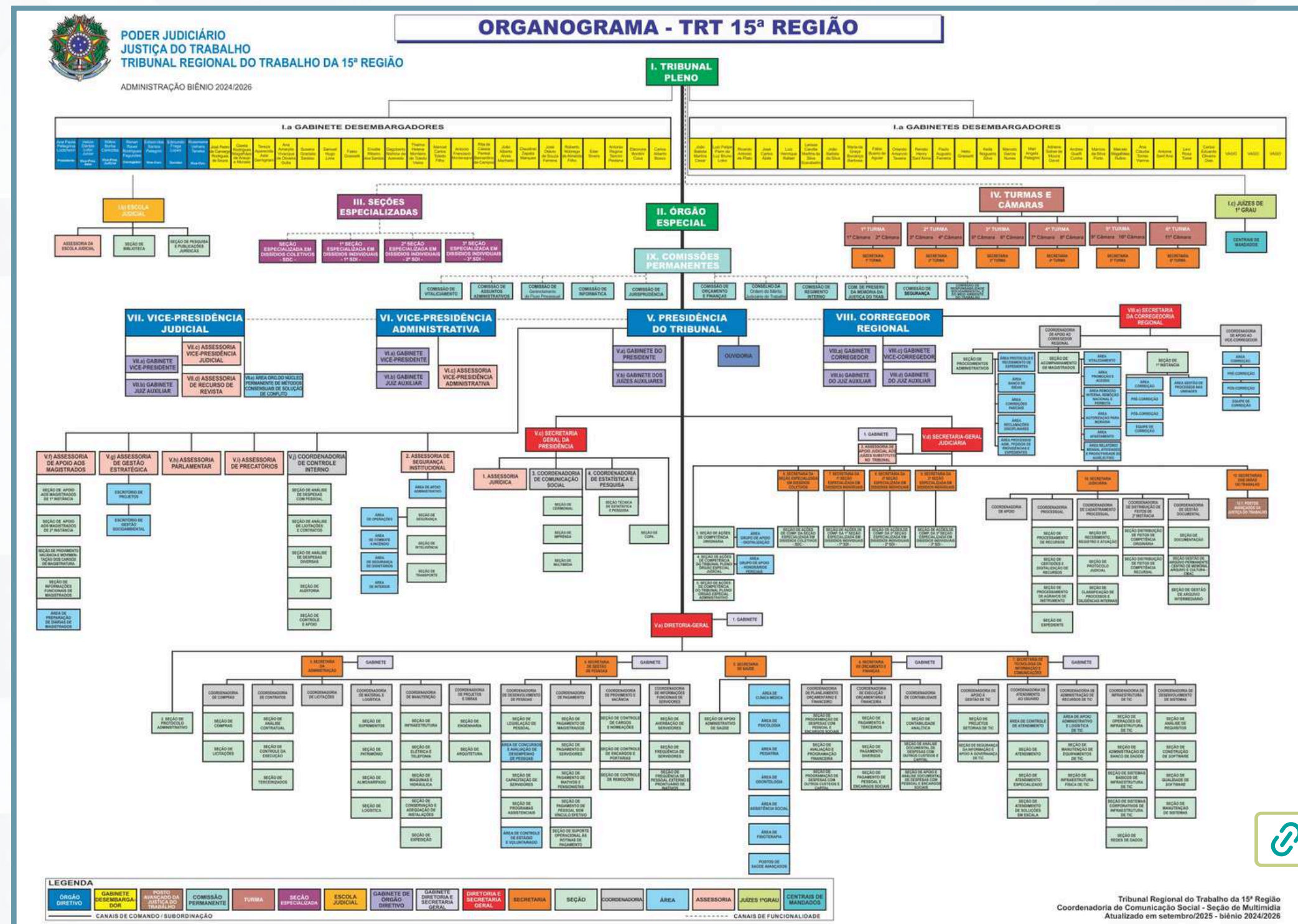
O Tribunal Regional do Trabalho da 15ª Região exerce jurisdição sobre 599 municípios do Estado de São Paulo, cobrindo aproximadamente 95% do território paulista. Essa área abrange regiões com grande diversidade econômica e social, distribuídas em oito circunscrições: Araçatuba, Bauru, Campinas, Presidente Prudente, Ribeirão Preto, São José dos Campos, São José do Rio Preto e Sorocaba.

A sede judicial do TRT-15 está situada na Rua Barão de Jaguara, nº 901, no centro de Campinas, onde se concentram as atividades jurisdicionais da segunda instância. Já a sede administrativa funciona na Rua Doutor Quirino, nº 1080, também na região central da cidade, reunindo as unidades responsáveis pelo suporte técnico, administrativo e estratégico do Tribunal.

 [Consulte a Jurisdição completa do TRT-15](#)



Organograma



[Acesse o organograma do TRT-15](#)

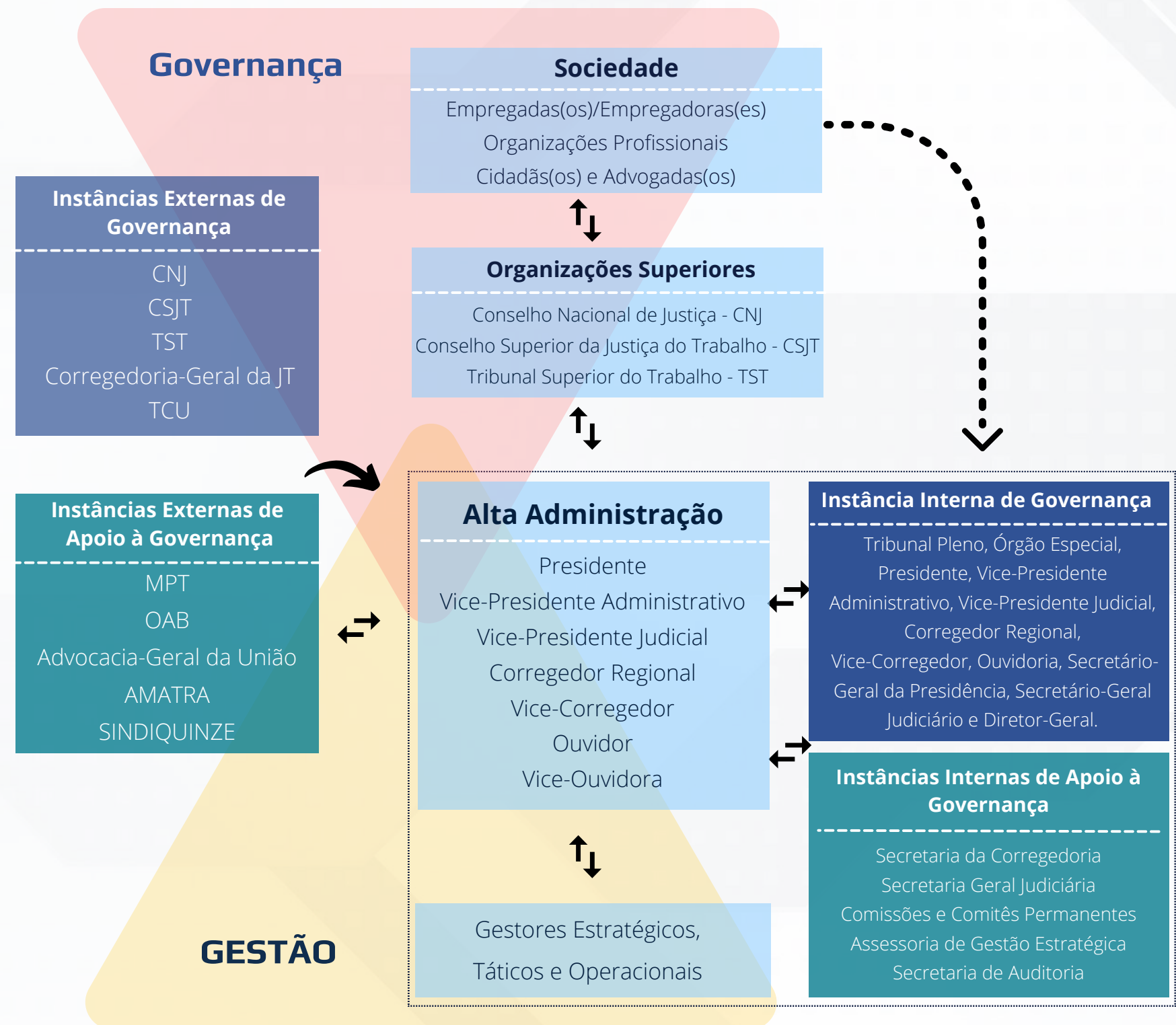
Modelo de Governança

O Modelo de Governança do Tribunal Regional do Trabalho da 15ª Região foi instituído pelo Ato Regulamentar GP nº 05/2020 e atualizado pelo Ato Regulamentar GP nº 012/2023. Sua estrutura fundamenta-se nas diretrizes do Referencial Básico de Governança Pública do Tribunal de Contas da União, bem como em princípios e parâmetros adotados no âmbito da Administração Pública, com o objetivo de promover uma gestão orientada ao interesse público, baseada em liderança, estratégia e mecanismos de controle.

Esse normativo estabelece que a Governança Institucional deve ser compartilhada entre os diversos agentes do Tribunal, desdobrando-se em práticas que asseguram a avaliação, o direcionamento e o monitoramento das ações de gestão. Tais práticas visam garantir controles eficazes, minimizar riscos, elevar o desempenho organizacional, apoiar a tomada de decisões e promover a utilização eficiente dos recursos. Além disso, reforçam a importância do cumprimento de papéis e responsabilidades e da transparência na prestação de contas e nos resultados produzidos.

A estrutura do Sistema de Governança Interna compreende instâncias de liderança, apoio e execução, reunindo a Alta Administração, a Administração Executiva, as unidades de apoio estratégico e técnico, bem como as estruturas de gestão tática e operacional. Essa integração é essencial para assegurar que as decisões institucionais estejam alinhadas ao planejamento estratégico, aos normativos vigentes e às expectativas da sociedade, observando princípios como eficiência, legitimidade, ética, transparência e responsabilidade.

A figura ao lado apresenta, de forma sintética, os principais atores envolvidos na Governança e na Gestão do TRT-15, bem como as relações que estabelecem entre si para viabilizar a Missão institucional e assegurar a entrega de resultados consistentes à sociedade.





Modelo de Negócio

O modelo de negócios do TRT-15 adota uma visão integrada de gestão, organizando seus recursos de forma estratégica para garantir a entrega de serviços e produtos alinhados às necessidades da sociedade. Trata-se de um ciclo contínuo, no qual os recursos institucionais são transformados em resultados concretos e de impacto.





Cadeia de valor

A Cadeia de Valor do Tribunal Regional do Trabalho da 15ª Região, aprovada pelo Ato Regulamentar GP nº 08/2020, define os principais Macroprocessos de Trabalho desenvolvidos pela Instituição, destacando as atividades essenciais para o cumprimento de sua missão e para a geração de valor aos cidadãos. Essa estrutura permite visualizar de forma integrada como o Tribunal transforma as demandas recebidas em produtos e serviços que atendem à sociedade.

Além disso, a Cadeia de Valor possibilita alinhar os processos organizacionais aos objetivos estratégicos do Tribunal, promovendo maior eficiência, transparência e qualidade na prestação jurisdicional. Esse alinhamento fortalece o aprimoramento contínuo dos processos finalísticos e de apoio, garantindo que os recursos institucionais sejam utilizados de maneira otimizada para responder às necessidades da sociedade.

A partir dessa representação, o TRT-15 passa a dispor de uma visão estruturada de seus Macroprocessos, classificados em finalísticos – como Prestação Jurisdicional e Uniformização Jurisprudencial – e de apoio, que incluem Governança e Estratégia Institucional, Auditoria e Controle, Gestão de Pessoas, Gestão Documental, Administração Geral, Gestão Orçamentária e Gestão de Tecnologia da Informação. A Cadeia de Valor evidencia entradas, processos, produtos e clientes, permitindo compreender o fluxo de entrega de valor e as inter-relações entre as áreas responsáveis pela execução das atividades institucionais.



Acesse a cadeia de valor do TRT-15





Políticas e Programas de Governo



TRABALHO SEGURO

Programa Nacional de Prevenção de Acidentes de Trabalho

O Programa Trabalho Seguro – Programa Nacional de Prevenção de Acidentes de Trabalho é uma iniciativa do Conselho Superior da Justiça do Trabalho e do Tribunal Superior do Trabalho, desenvolvida em parceria com diversas instituições públicas e privadas, com o objetivo de promover a saúde da(o) trabalhadora(r), prevenir acidentes de trabalho e fortalecer a Política Nacional de Segurança e Saúde no Trabalho.

No ano de 2025, o TRT-15 intensificou sua atuação no âmbito do programa, realizando ações de sensibilização e formação voltadas à prevenção de acidentes, ao bem-estar no ambiente laboral e ao fortalecimento da cultura de segurança em toda a 15ª Região.

Ao longo do ano, foram promovidos eventos de formação e discussões especializadas. Em abril, a Ejud-15, em conjunto com o Comitê Regional, realizou o seminário “Dos serviços de cuidados à era digital: desafios para a universalização da segurança e saúde do trabalhadora(r)”, destacando temas como saúde ocupacional, cuidado e os impactos das novas tecnologias nas relações de trabalho.



Ainda no mesmo mês, durante o Abril Verde, o Tribunal integrou uma ampla mobilização regional, com iluminação temática de prédios públicos e ações de conscientização conduzidas por magistradas(os) representantes nas circunscrições, abrangendo palestras, debates e iniciativas voltadas à redução de acidentes de trabalho.

Em julho, magistradas(os) da 15ª Região participaram de visita pedagógica à montadora Toyota, em Sorocaba, com o objetivo de conhecer práticas consolidadas de gestão visual de riscos e prevenção de acidentes.

Ainda nesse período, representantes do Tribunal participaram do seminário “COP 30: Mudanças Climáticas e Trabalho Decente na Amazônia”, reforçando o compromisso institucional com o desenvolvimento sustentável e com a promoção de condições dignas de trabalho.



No segundo semestre, o TRT-15 ampliou o enfoque na saúde mental e na qualidade de vida das(os) trabalhadoras(es), realizando o seminário “Setembro Amarelo”, em parceria com a Unaerp, além da roda de conversa “Justiça que acolhe”, destinada às trabalhadoras terceirizadas, no âmbito das campanhas Outubro Rosa e Novembro Azul.

Também integraram o calendário a palestra “Alimentação e prevenção do câncer: escolhas que fortalecem a saúde”, transmitida pela Ejud-15, e o seminário “A crise climática e as relações de trabalho”, debatendo impactos ambientais e sociais nas dinâmicas laborais e a necessidade de ambientes seguros e saudáveis.



Como ação complementar de transparência e comunicação institucional, a página do Comitê Regional do Programa Trabalho Seguro foi reformulada em 2025, oferecendo navegação mais intuitiva e acesso ampliado a campanhas, conteúdos técnicos, notícias, materiais educativos e demais informações relacionadas ao programa.



Acesse a página do Comitê Regional do Programa Trabalho Seguro do TRT-15





Políticas e Programas de Governo



Programa de Combate ao Trabalho Infantil e de Estímulo à Aprendizagem

No âmbito do Programa de Combate ao Trabalho Infantil e de Estímulo à Aprendizagem, o TRT-15 desenvolveu, em 2025, um conjunto expressivo de ações voltadas à proteção integral de crianças e adolescentes, ao fortalecimento da aprendizagem profissional e à articulação com a rede de proteção social.

A composição do Comitê Regional foi atualizada pela Portaria GP nº 090/2025, reforçando a atuação institucional alinhada às diretrizes nacionais. Também foram produzidos e divulgados o Relatório de Ações 2025 e o Relatório JEIAs 2025, sistematizando iniciativas regionais e ampliando a transparência das ações do programa.

No mesmo ano, dois projetos do Tribunal – “Vozes do Amanhã: Escrevendo um Futuro sem Medo” e “Combate ao Trabalho Infantil: atuação intersetorial” – foram selecionados em edital nacional, destacando a atuação técnica e inovadora da 15ª Região.

Diversos eventos de sensibilização e formação marcaram o calendário anual. Em maio, foram realizados o seminário “Abuso e Exploração Sexual de Crianças e Adolescentes: os desafios da superação na contemporaneidade” e a leitura da Carta Aberta de Aparecida, em parceria com o Santuário Nacional. Iniciativas de grande impacto ocorreram nos JEIAs de Ribeirão Preto, Sorocaba e Presidente Prudente, como campanhas com produção de vídeos educativos, seminários regionais sobre exploração sexual infantil e a 5ª Caminhada Contra o Trabalho Infantil, que mobilizou a sociedade civil e instituições públicas no Dia Mundial contra o Trabalho Infantil.



Em 2025, o Regional integrou a campanha nacional de enfrentamento ao trabalho infantil, realizada em alusão ao Dia 12 de Junho, com o lema “Toda criança que trabalha perde a infância e o futuro”. A iniciativa, promovida em parceria com o Fórum Nacional de Prevenção e Erradicação do Trabalho Infantil (FNPETI), o Ministério Público do Trabalho (MPT), a Justiça do Trabalho, o Ministério do Trabalho e Emprego (MTE) e a Organização Internacional do Trabalho (OIT), buscou mobilizar a sociedade e o Poder Público para a adoção de medidas concretas voltadas à proteção integral de crianças e adolescentes.

A campanha reuniu quatro vídeos produzidos com apoio de inteligência artificial, retratando, de forma impactante, diferentes realidades de trabalho infantil – inclusive em novas modalidades, como o ambiente digital – e reforçou a necessidade de atuação articulada entre Estado, instituições e sociedade civil. A adesão do TRT-15 à mobilização nacional reafirma o compromisso institucional com a Meta 8.7 dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável e com o fortalecimento de políticas públicas destinadas à erradicação dessa grave violação de direitos.



A atuação da Corte também se destacou pela celebração de parcerias institucionais estratégicas. Em outubro, foi firmado acordo de cooperação técnica com a Adimax, lançando a campanha “Trabalho infantil não dá jogo”, ação posteriormente ampliada para todo o país após sua adesão pelo Tribunal Superior do Trabalho. A iniciativa incluiu ampla divulgação da campanha nos canais institucionais e em eventos esportivos de grande visibilidade.

O Tribunal ainda participou da leitura da 10ª Carta de Aparecida pela Abolição do Trabalho Infantil, reafirmando seu compromisso com a erradicação dessa prática. A produção de conteúdos educativos, como o material “10 perguntas e respostas sobre o problema do trabalho infantil”, complementou o esforço de conscientização.



As ações de 2025 consolidam a 15ª Região como referência nacional no enfrentamento ao trabalho infantil e na promoção de oportunidades de aprendizagem, fortalecendo políticas públicas de proteção à infância e à adolescência.



Ambiente Externo

No ano de 2025, o Regional desenvolveu suas atividades em um ambiente externo marcado por avanços tecnológicos contínuos, cenário fiscal ainda desafiador e crescente expectativa social por eficiência, transparência e qualidade na prestação jurisdicional. A maturidade alcançada nas práticas de governança, gestão de riscos e transformação digital contribuiu para que o TRT-15 acompanhasse essas mudanças de forma organizada e responsável.

O período apresentou oportunidades relacionadas à inovação, à cooperação institucional e ao fortalecimento da cultura de dados, ao mesmo tempo em que aspectos estruturais – especialmente de natureza orçamentária, tecnológica e social – demandaram planejamento permanente, adequada alocação de recursos e decisões fundamentadas em informações confiáveis.

OPORTUNIDADES

- Expansão do uso de inteligência artificial e automação de processos no Judiciário;
- Consolidação da cultura de dados e da gestão orientada por indicadores estratégicos;
- Integração e padronização promovidas pelo CSJT e CNJ, fortalecendo a governança nacional da Justiça do Trabalho;
- Ampliação da transparência ativa e do uso de dados em formato aberto;
- Fortalecimento de parcerias institucionais com universidades, órgãos públicos e entidades privadas;
- Avanços em políticas de sustentabilidade e responsabilidade socioambiental;
- Crescente valorização da mediação e dos métodos adequados de solução de conflitos.



AMEAÇAS

- Restrições orçamentárias e limitações para recomposição do quadro de pessoal;
- Aumento da litigiosidade;
- Riscos cibernéticos e necessidade permanente de fortalecimento da segurança da informação;
- Desinformação e questionamentos quanto ao papel da Justiça do Trabalho;
- Exigências crescentes por resultados imediatos e maior produtividade;
- Obsolescência tecnológica acelerada;
- Pressões inflacionárias com impacto indireto na capacidade operacional do setor público.





3

RISCOS, OPORTUNIDADES E PERSPECTIVAS



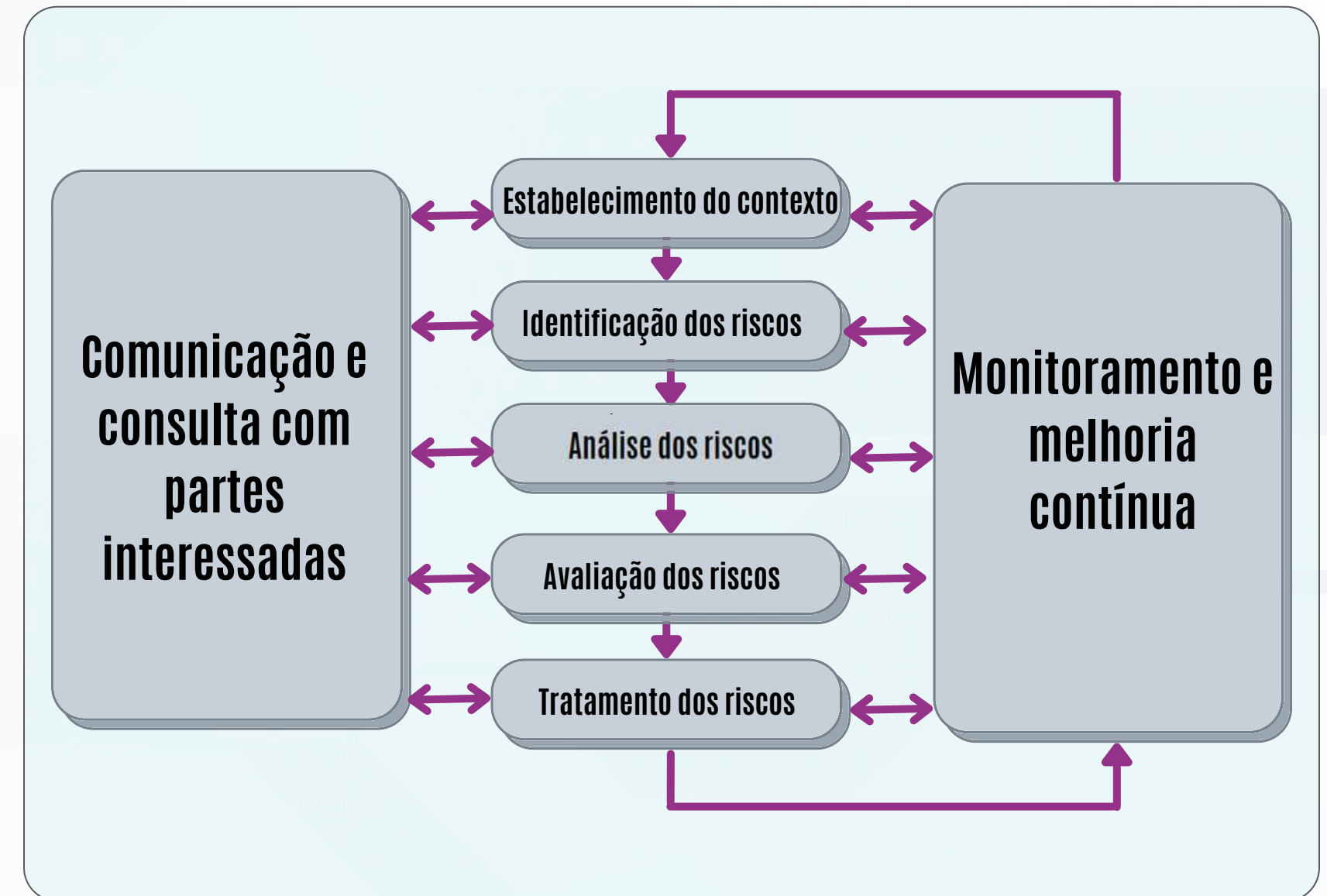
Gestão de Riscos

A Gestão de Riscos no Tribunal Regional do Trabalho da 15ª Região tem por finalidade subsidiar a tomada de decisão da Alta Administração, proporcionando razoável segurança quanto ao cumprimento da missão institucional e ao alcance dos objetivos estratégicos. Essa atividade está estruturada a partir da Política de Gestão de Riscos, aprovada pela Resolução Administrativa nº 08/2020, e do Comitê de Gestão de Riscos, instituído pelo Ato Regulamentar nº 09/2020.

A metodologia adotada pelo TRT-15 está alinhada ao Plano Estratégico Institucional e à Política de Gestão de Riscos, prevendo a aplicação sistemática de políticas, procedimentos e práticas de gestão nas atividades de comunicação e consulta às partes interessadas. Abrange, ainda, o estabelecimento do contexto, a identificação, a análise, a avaliação, o tratamento, o monitoramento e a revisão dos riscos, conforme o fluxo definido.



[Acesse a metodologia de gestão de riscos do TRT-15](#)





Gestão de Riscos

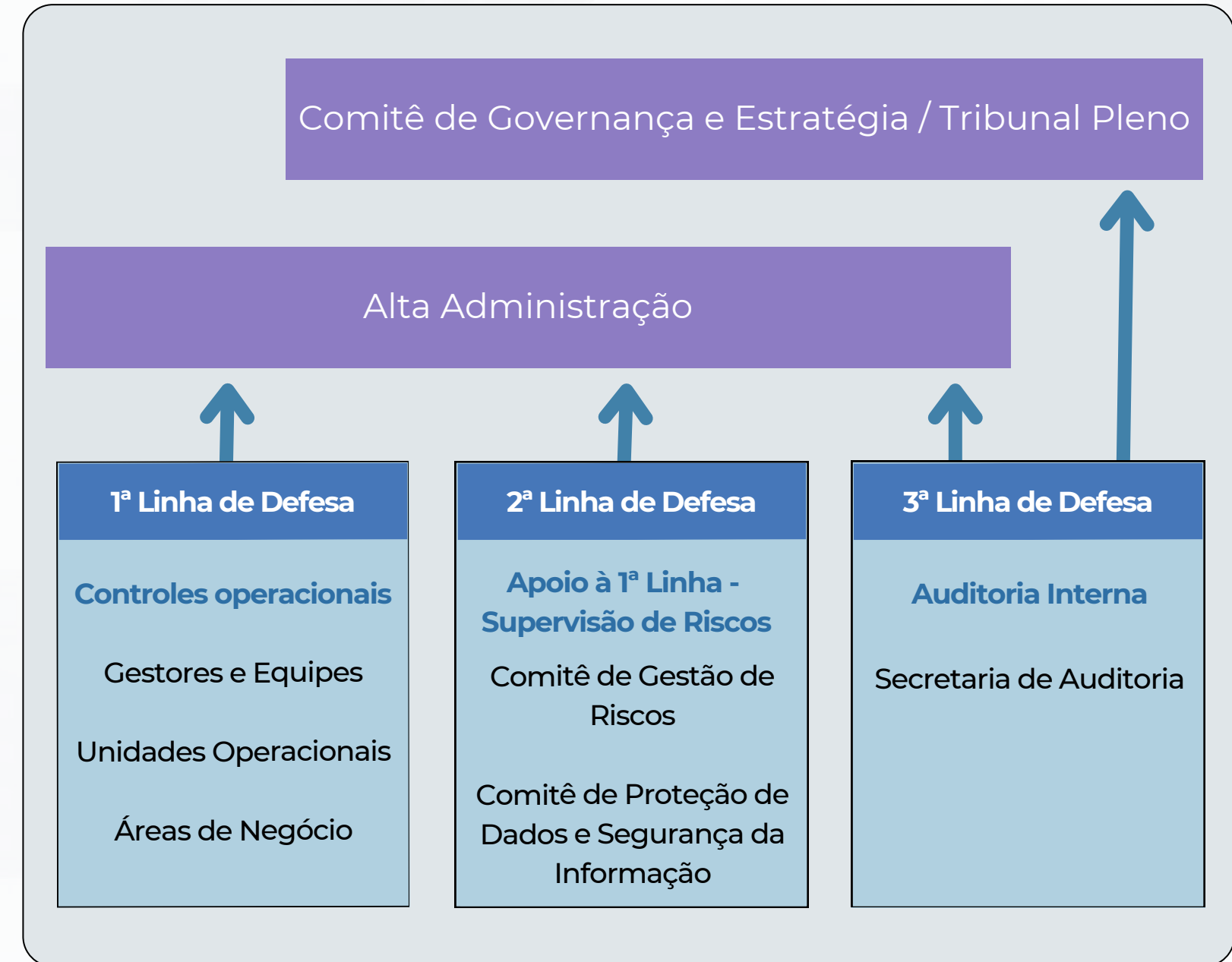
Para a operacionalização desse modelo, a Instituição adotou o conceito das três linhas de defesa, reconhecido como uma abordagem eficaz para o aprimoramento do gerenciamento e do controle de riscos, por meio da clara delimitação de papéis e responsabilidades. Nesse arranjo, o controle gerencial constitui a primeira linha de defesa; as funções de supervisão da conformidade e de controle de riscos exercidas pela gestão correspondem à segunda linha; e a avaliação independente configura a terceira linha de defesa.

Ao longo de 2025, em conformidade com a metodologia estabelecida, procedeu-se à análise dos principais processos de trabalho das unidades administrativas do Tribunal. Nesse contexto, foram realizadas a identificação, a análise e a avaliação dos riscos, bem como o tratamento daqueles considerados prioritários, com a consequente elaboração de planos específicos para os casos definidos. Cada plano de tratamento, novo ou atualizado, foi juntado ao respectivo processo administrativo (PROAD) de instituição do processo de trabalho.

Os processos administrativos correlatos encontram-se registrados no Painel de Processos de Trabalho, disponível no portal do TRT-15, na página de Gestão de Processos. No total, foram analisados 48 processos de trabalho, os quais serão objeto de revisão e atualização periódica, a cada dois anos.



[Acesse a página de Gestão de Processos do TRT-15](#)





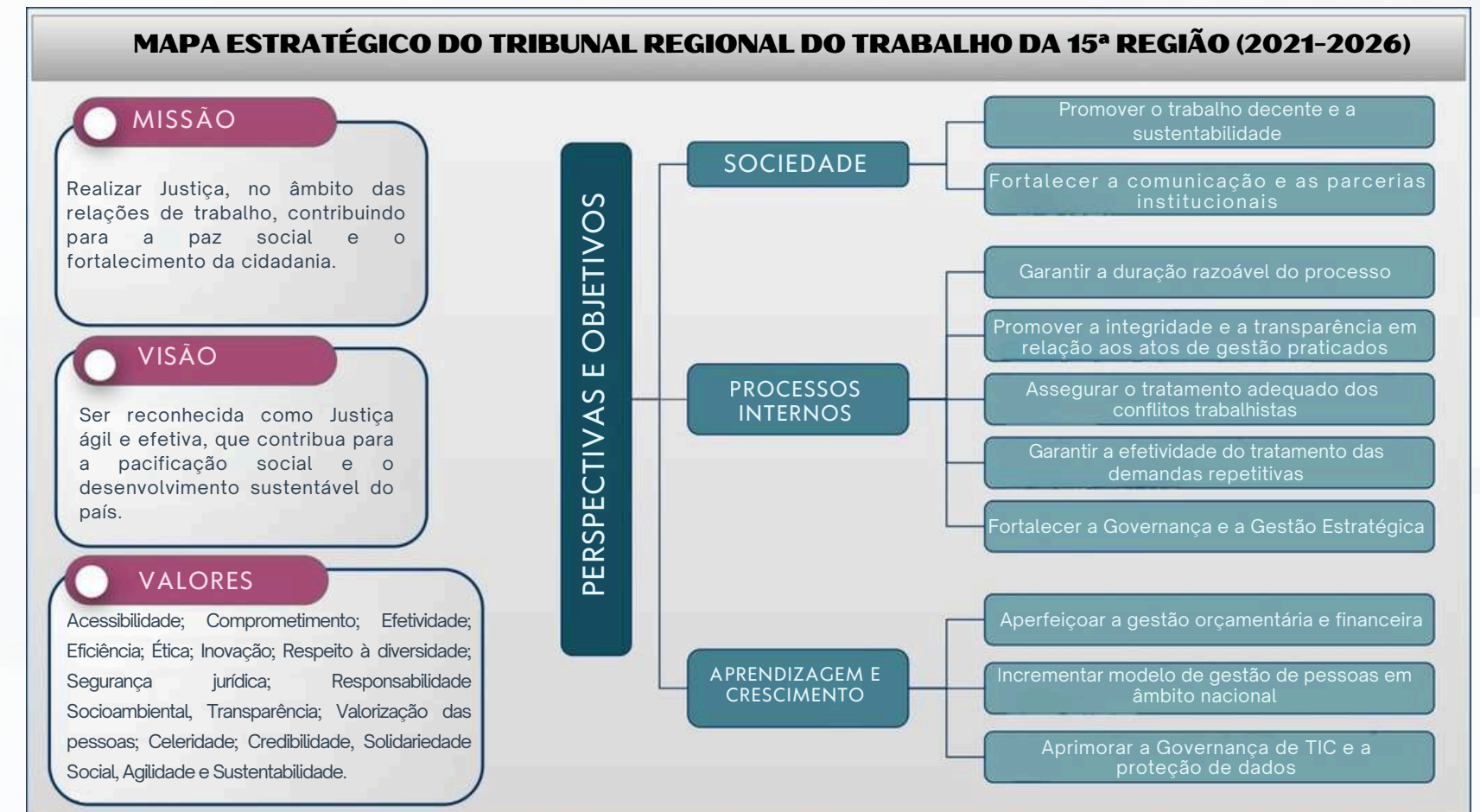
4

GOVERNANÇA, ESTRATÉGIA E DESEMPENHO

Estratégia

O Plano Estratégico do Tribunal Regional do Trabalho da 15ª Região (PEI-TRT15), Ciclo 2021-2026, aprovado pela Resolução Administrativa nº 08/2021, estabelece a missão, a visão, os valores, os objetivos estratégicos, os indicadores e as metas que orientam a atuação institucional. Em 2025, o Plano passou por sua 1ª Revisão Técnica, formalizada pela Resolução Administrativa nº 004/2025, que atualizou sua estrutura em conformidade com a Estratégia Nacional do Poder Judiciário e com as diretrizes da Justiça do Trabalho, reforçando o alinhamento aos macrodesafios definidos pelo CNJ, ao Mapa Estratégico nacional e aos parâmetros estabelecidos pelo CSJT.

A versão revisada do Plano apresenta um Mapa Estratégico atualizado, organizado nas perspectivas Sociedade, Processos Internos e Aprendizado e Crescimento, detalhando objetivos voltados à celeridade, integridade, sustentabilidade, governança e aprimoramento da gestão. O documento também incorpora uma análise atualizada do ambiente interno e externo, identificando forças, fragilidades, oportunidades e ameaças que influenciam o desempenho institucional. Com isso, o PEI-TRT15 consolida-se como instrumento fundamental para orientar decisões, priorizar iniciativas, promover inovação e assegurar que a atuação do Tribunal permaneça alinhada às necessidades da sociedade e às diretrizes estratégicas da Justiça do Trabalho.





Resultados alcançados ante os objetivos estratégicos e as prioridades da gestão

A atuação do Tribunal Regional do Trabalho da 15ª Região em 2025 esteve orientada pelo Plano Estratégico Institucional (PEI 2021–2026), instrumento que traduz a missão institucional e as prioridades da gestão em objetivos estratégicos, indicadores de desempenho e metas mensuráveis. O monitoramento das métricas permite aferir a efetividade das ações implementadas e sua contribuição para a geração de valor público, especialmente no aprimoramento da prestação jurisdicional, no fortalecimento da governança e no desenvolvimento institucional.



No exercício de 2025, foram acompanhados os indicadores estratégicos vinculados às perspectivas Sociedade, Processos Internos e Aprendizado e Crescimento, possibilitando a avaliação do desempenho institucional frente às metas definidas para o período.

A análise consolidada demonstra que dez metas estratégicas foram atingidas, refletindo avanços relevantes na execução do planejamento e no cumprimento dos objetivos da instituição. Por outro lado, seis metas não foram integralmente alcançadas no exercício, evidenciando desafios inerentes à implementação da estratégia e reforçando a necessidade de aperfeiçoamento contínuo das políticas, processos e iniciativas adotadas pelo Tribunal.

Além disso, dois indicadores não foram apurados no exercício, em razão de particularidades metodológicas ou da dependência de dados externos, e outros dois encontram-se em fase de construção da linha de base pelo Conselho Superior da Justiça do Trabalho, etapa necessária para assegurar sua mensuração nos exercícios subsequentes. Registra-se, ainda, que um indicador estratégico possuía meta definida apenas para o ano de 2024, não sendo objeto de avaliação no período analisado.

De modo geral, os resultados evidenciam o planejamento estratégico como instrumento essencial de gestão, ao viabilizar o acompanhamento da entrega institucional, a identificação de oportunidades de aprimoramento e o suporte qualificado à tomada de decisão pela Alta Administração. Esse processo favorece maior integração entre diretrizes e execução, fortalecendo a capacidade do Tribunal de gerar valor público e atender, com efetividade, às demandas da sociedade.

O detalhamento dos indicadores e metas do Planejamento Estratégico Institucional referente ao exercício de 2025 pode ser consultado no relatório disponível em:

<https://trt15.jus.br/institucional/gestao-estrategica>.

Resultados em 2025		Indicadores	
Metas alcançadas		<ul style="list-style-type: none"> Índice de ações integradas de comunicação social (IAIC) Índice de divulgação de memória institucional (IDMI) Índice de Inovação (II) Índice de combate ao trabalho infantil (ICTI) Índice de desempenho ambiental (IDA) Índice de Conciliação (IC) 	<ul style="list-style-type: none"> Índice de efetividade das ações de melhoria da governança pública (IEAMGP) Índice de cumprimento da Lei Complementar nº 200/2023 (ICLC200) Índice de promoção da saúde de magistradas(os) e servidoras(es) (IPSMS) Índice de efetividade da prevenção e do enfrentamento da violência, do assédio e da discriminação (IEPEVAD)
Metas não alcançadas		<ul style="list-style-type: none"> Índice de desempenho do trabalho decente (IDTD) Índice de processos julgados (IPJ) Índice de processos antigos julgados (IPA) 	<ul style="list-style-type: none"> Taxa de congestionamento líquida, exceto execuções fiscais (TCLNFISC) Índice de capacitação em precedentes obrigatórios (ICPO) Índice de aderência do planejamento da execução orçamentária (IAPEX)
Indicadores não apurados		<ul style="list-style-type: none"> Índice de Desenvolvimento Sustentável (IDS); Índice de aderência do planejamento da execução orçamentária de projetos (IAPEP). 	
Indicadores em construção de linha de base		<ul style="list-style-type: none"> Índice de satisfação (IS) Índice de conformidade com a privacidade e proteção de dados dos usuários - ICPPDU 	



Apoio da estrutura de governança à capacidade do TRT de gerar valor

O Tribunal de Contas da União (TCU) realiza periodicamente levantamentos para avaliar a governança no setor público, estimulando as instituições a adotarem práticas alinhadas aos padrões mais elevados de gestão. Em 2024, a avaliação incorporou pela primeira vez critérios voltados à sustentabilidade social e ambiental, originando o primeiro indicador público federal sobre ESG (*Environment, Social and Governance*) aplicado à Administração Pública.

Essa iniciativa reforça a relevância de integrar as dimensões ambiental, social e de governança às práticas institucionais, promovendo maior transparência e permitindo comparações entre diferentes órgãos. Os resultados do levantamento – cuja edição mais recente foi realizada em 2024 – são divulgados no portal do TCU.

O quadro ao lado apresenta o desempenho do TRT-15 no iESGo referente à última avaliação.



INDICADOR	VALOR
iESGo (índice ESG)	73,6%
iES (índice integrado de sustentabilidade ambiental e social)	85,5%
iGovSustentAmb (índice de governança e gestão da sustentabilidade ambiental)	100,0%
iGovSustentSocial (índice de governança e gestão da sustentabilidade social)	73,7%
iGG (índice integrado de governança e gestão públicas)	73,1%
iGovPub (índice de governança pública organizacional)	70,4%
iGovPessoas (índice de governança e gestão de pessoas)	70,6%
iGestPessoas (índice de gestão de pessoas)	71,2%
iGovTI (índice de governança e gestão de tecnologia da informação e de segurança da informação)	65,5%
iGestTI (índice de gestão de tecnologia da informação e da segurança da informação)	62,1%
iGovContratações (índice de governança e gestão de contratações)	75,1%
iGestContrat (índice de gestão de contratações)	79,4%
iGovOrcament (índice de governança e gestão orçamentárias)	71,4%
iGestOrcament (índice de gestão orçamentária)	83,4%

https://iesgo.tcu.gov.br/wp-content/uploads/sites/12/iesgo2024_devolutivas/iESGo2024-58-TRT15.pdf



Mapeamento de Processos de Trabalho

Em 2025, o TRT-15 deu continuidade ao fortalecimento da gestão por processos, com a aplicação sistemática da Metodologia *BPM (Business Process Management)*, instrumento que orienta o mapeamento, a revisão e a padronização das rotinas institucionais. A iniciativa contribui diretamente para o aprimoramento da governança, o aumento da eficiência administrativa e a maior transparência na condução das atividades organizacionais.

A execução das ações foi fundamentada na análise de indicadores encaminhados pelas Unidades ao longo do exercício, bem como no acompanhamento do cumprimento de metas, com divulgação dos resultados no Painel de Processos, disponível na página de Gestão de Processos do Portal do Tribunal. Esse monitoramento contínuo permite identificar oportunidades de melhoria, mitigar riscos operacionais e promover maior alinhamento entre os processos e os objetivos estratégicos institucionais.

No período, foram realizadas 39 revisões de mapeamentos, abrangendo processos de diversas áreas, entre as quais a Secretaria de Orçamento e Finanças e a Secretaria de Tecnologia da Informação e Comunicações (SETIC). As revisões possibilitaram a atualização de fluxos, a eliminação de redundâncias, o aperfeiçoamento de controles e a padronização de procedimentos, gerando maior previsibilidade e segurança na execução das atividades.

Além disso, foram estruturados e formalizados 8 novos processos de trabalho, posteriormente submetidos à apreciação e aprovação do Comitê de Governança, ampliando a cobertura da gestão por processos e consolidando práticas alinhadas aos princípios de eficiência e racionalização administrativa.

Entre os principais processos mapeados ou revisados em 2025, destacam-se:



O conjunto dessas ações reforça a institucionalização da gestão orientada por processos no âmbito do TRT-15, contribuindo para maior integração entre as unidades, padronização de procedimentos e melhoria contínua da prestação dos serviços administrativos e jurisdicionais.



Sustentabilidade Ambiental

Diante da crescente demanda por maior eficiência na utilização dos recursos públicos e pela promoção de uma economia sustentável, o Tribunal Regional do Trabalho da 15ª Região tem intensificado iniciativas voltadas à gestão responsável, à mitigação de impactos ambientais e ao fortalecimento da cultura institucional de sustentabilidade.

Em 2025, a Corte elaborou e publicou o Plano de Descarbonização 2025–2026, alinhado ao Programa Justiça Carbono Zero, instituído pela Resolução CNJ nº 594/2024, reafirmando o compromisso com a redução de emissões e a transição para práticas ambientalmente responsáveis.



Ainda nesse contexto, coordenadores de comitês temáticos do Tribunal participaram, em Belém, do seminário preparatório à COP 30 intitulado “Mudanças Climáticas e Trabalho Decente na Amazônia”, que discutiu os efeitos da crise climática sobre o mundo do trabalho, com enfoque na adaptação às mudanças ambientais, na preservação de florestas e biodiversidade e na promoção do trabalho decente como elemento central para soluções sustentáveis.

Como parte das ações de sensibilização e compensação ambiental, durante o 25º Congresso Nacional de Direito do Trabalho e Processual do Trabalho, realizado em agosto, foram distribuídas 1.000 mudas de árvores nativas – 500 de ipê e 500 de pitanga – incentivando a preservação ambiental e o engajamento da comunidade jurídica.



No mesmo exercício, foi elaborado o Relatório do Plano de Logística Sustentável de 2024, instrumento que documentou avanços em diferentes eixos da gestão socioambiental. Foram registradas melhorias relacionadas ao uso racional de recursos, à eficiência no consumo de insumos e à adoção de práticas administrativas responsáveis, em consonância com a Política de Sustentabilidade do Poder Judiciário (Resolução CNJ nº 400/2021 e posteriores alterações).

Os resultados alcançados refletem o compromisso institucional com o consumo consciente, a redução de impactos ambientais e o aprimoramento contínuo da gestão pública sustentável.



Nesse período, o TRT-15 aderiu ao Pacto Nacional do Poder Judiciário pela Sustentabilidade, iniciativa do Conselho Nacional de Justiça (CNJ) voltada à adoção de práticas alinhadas aos princípios ESG e aos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável da Organização das Nações Unidas. O ingresso formaliza o compromisso do Tribunal com metas progressivas de aprimoramento da gestão socioambiental e com o fortalecimento da cultura institucional orientada à responsabilidade ambiental e social.

No Dia Mundial do Meio Ambiente, a Comissão de Responsabilidade Socioambiental e do Meio Ambiente do Trabalho, em parceria com a Escola Judicial (Ejud-15), promoveu a palestra telepresencial “Do Global ao Local: Sustentabilidade, Trabalho e Justiça em Tempos de Crise Climática”, ampliando o debate sobre os impactos ambientais nas relações de trabalho.



Foi celebrado Acordo de Cooperação Técnica com o Ministério das Comunicações durante o evento “Sustentabilidade e Inclusão Digital: Mutirão Pré-COP30”, realizado em Brasília, com o objetivo de ampliar o Programa Computadores para Inclusão. Na ocasião, o Tribunal destinou 40 toneladas de bens ao Desafio Sumaúma Digital, sendo reconhecido com o Selo de Apoiador do Desafio Sumaúma COP30 pela relevante contribuição.



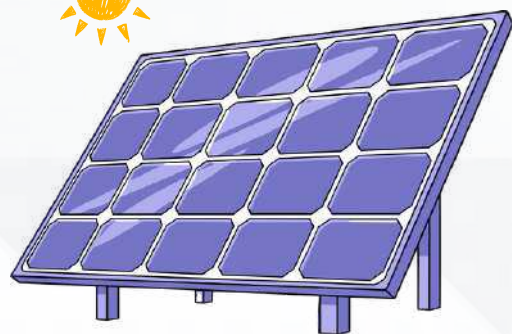
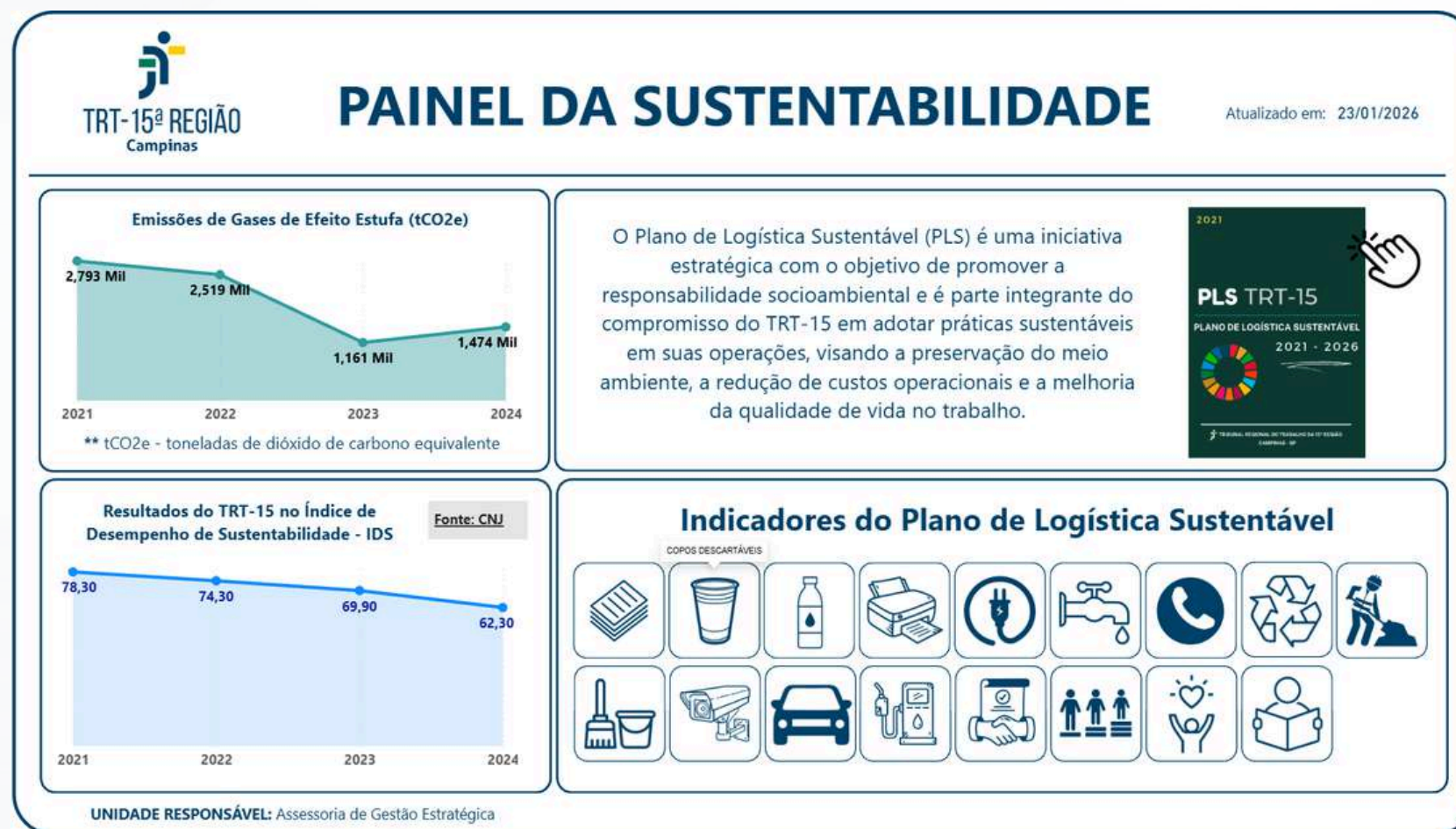


Sustentabilidade Ambiental

No campo da gestão documental com responsabilidade socioambiental, concluiu-se, em 26 de novembro, mais uma etapa de destinação adequada de resíduos na unidade de Arquivo localizada no distrito de Barão Geraldo, em Campinas, com o encaminhamento de 30 toneladas de processos findos para reciclagem, em parceria com a Cooperativa Coopersonhos. A medida alia preservação ambiental, gestão eficiente de acervo e incentivo à economia solidária.



Com a implantação do **Painel da Sustentabilidade**, passou a ser possível acompanhar, de forma transparente e sistemática, indicadores como consumo de energia, água, papel e combustível, conforme as medições mensais previstas na Política de Sustentabilidade do Poder Judiciário.



No campo da energia elétrica, o TRT-15 avança na transição para fontes limpas, com a instalação de duas microusinas fotovoltaicas e a migração para o Mercado Livre de Energia, iniciativa voltada à ampliação do uso de fontes renováveis e à redução de custos operacionais. Ademais, está em andamento a contratação para implantação de novas unidades em oito municípios da 15ª Região, ampliando a geração própria e reforçando o compromisso institucional com a sustentabilidade ambiental e a eficiência na gestão de recursos públicos.

Além disso, as ações do Regional também contemplam a gestão de materiais descartados e a economia circular, com a destinação de 100% dos resíduos recicláveis da sede a cooperativas de catadores, por meio da coleta seletiva municipal, contribuindo para a inclusão social e a geração de renda.



[Acesse o Painel da Sustentabilidade do TRT-15](#)





Contratações sustentáveis

O Tribunal Regional do Trabalho da 15ª Região observa critérios de sustentabilidade em suas aquisições, adotando como referências o Guia de Contratações Sustentáveis da Justiça do Trabalho (3ª edição, aprovado pela Resolução nº 310/2021 do CSJT), o Decreto nº 7.174/2010, que dispõe sobre a aplicação de margem de preferência, bem como o artigo 5º da Lei nº 14.133/2021, que estabelece a promoção do desenvolvimento nacional sustentável como princípio das licitações e contratações públicas.

Além desses instrumentos, o Tribunal observa o Ato Conjunto CSJT.TRT.GP nº 24/2014 (Política Nacional de Responsabilidade Socioambiental), a Resolução CNJ nº 400/2021, que dispõe sobre a política de sustentabilidade no âmbito do Poder Judiciário, e o Plano de Logística Sustentável aprovado por meio do Ato Regulamentar GP nº 10/2021.

A visão institucional contempla a diretriz de “continuar contribuindo para a pacificação social e o desenvolvimento sustentável do país”, tendo como valor a Responsabilidade Socioambiental e, como objetivo estratégico, “Promover o trabalho decente e a sustentabilidade”.

Nesse contexto, constitui meta permanente a promoção do consumo consciente e a racionalização do uso de energia elétrica, água, telefonia e papel. As medidas adotadas abrangem desde a implantação do Processo Judicial Eletrônico (PJe) e do Processo Administrativo Eletrônico (PROAD) até a substituição de torneiras, lâmpadas e aparelhos de ar-condicionado por modelos mais eficientes, a instalação de usinas fotovoltaicas e a transferência de unidades judiciárias para instalações que incorporam soluções de sustentabilidade e acessibilidade.

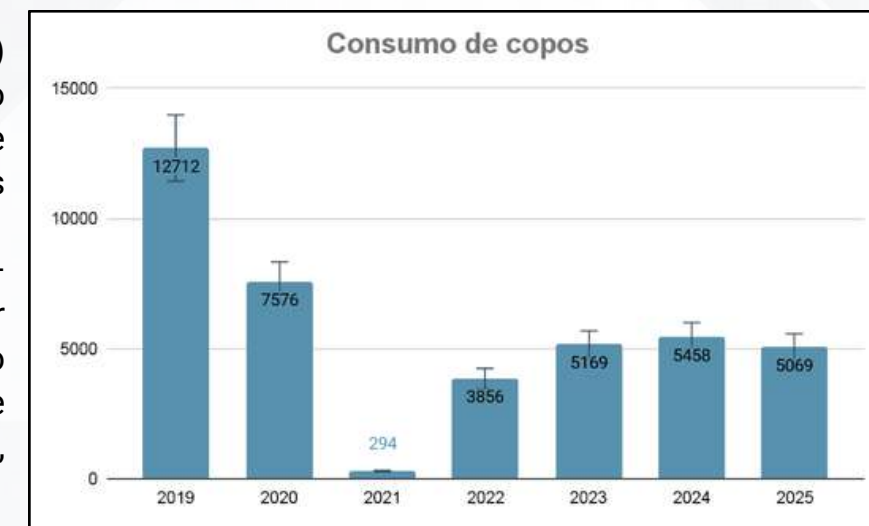
Consumo de copos descartáveis

Como medida institucional, o Tribunal incentiva a adoção de canecas reutilizáveis, tendo adquirido e distribuído 1.800 unidades desde 2019, com o objetivo de reduzir o consumo de copos descartáveis.

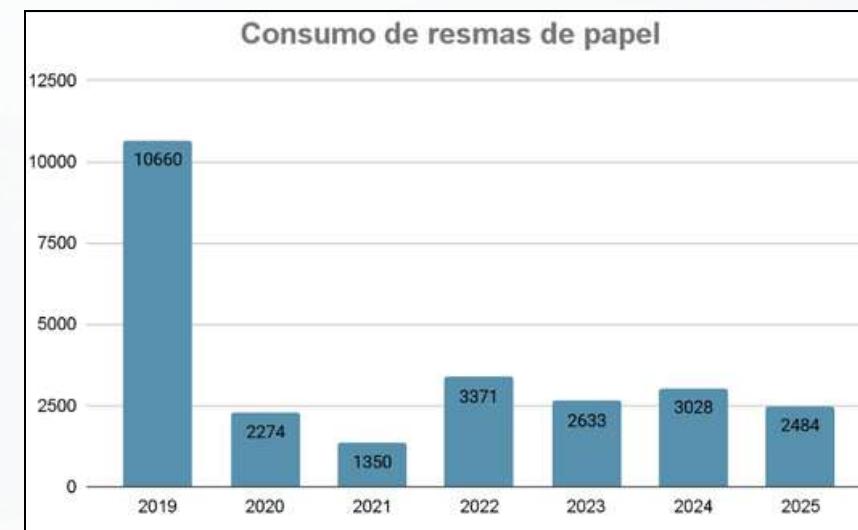
O ano de 2021 apresentou consumo significativamente inferior aos demais períodos, em razão da pandemia da Covid-19 e do fechamento prolongado das unidades, configurando cenário atípico. Nos exercícios subsequentes (2022 a 2024), verificou-se aumento em relação a 2021; entretanto, os quantitativos permaneceram abaixo dos registrados em 2020.

Em 2025, o consumo apurado (5.069 pacotes) manteve-se inferior ao ano de 2020, evidenciando a tendência de redução associada às ações de conscientização e ao incentivo ao uso de canecas reutilizáveis.

Ao se comparar os dados de 2020 e 2025 – desconsiderando-se 2021 por seu caráter excepcional – observa-se redução de 33,09% no consumo. O resultado demonstra a efetividade das medidas implementadas pelo Tribunal, conforme ilustrado no gráfico ao lado.



Consumo de resmas de papel



Com a ampliação do processo eletrônico, tanto na esfera judicial quanto administrativa, verificou-se diminuição no consumo de resmas de papel A4 desde 2019.

No período de 2020 a 2024, o consumo médio foi de 2.531 resmas. Em 2025, o quantitativo registrado manteve-se abaixo dessa média, reforçando a tendência de racionalização do uso de papel decorrente da digitalização dos processos e da consolidação de rotinas administrativas eletrônicas.

O conjunto dessas iniciativas demonstra o compromisso com a integração entre sustentabilidade ambiental, responsabilidade social e eficiência administrativa, consolidando a atuação do TRT-15 com as diretrizes nacionais e os princípios da gestão pública sustentável.



Acessibilidade e Inclusão

Em 2025, o Tribunal Regional do Trabalho da 15ª Região consolidou avanços relevantes na promoção da acessibilidade e da inclusão, com foco na ampliação do acesso à Justiça e no fortalecimento de uma atuação mais equitativa e inclusiva.

Nesse contexto, a Escola Judicial (Ejud-15), em parceria com a Comissão de Acessibilidade e Inclusão, realizou, no dia 21 de março, o evento **Tecnologias Assistivas – Abordagens Práticas**, em Salto de Pirapora, que integrou o projeto Escola na Circunscrição, reunindo magistradas(os), servidoras(es) e apoiadores da causa para discutir dispositivos que ampliam a autonomia de pessoas com deficiência e experiências sensoriais de acessibilidade em diferentes contextos sociais e tecnológicos.



Em setembro, em alusão ao Setembro Verde, foi promovida a atividade “Acessibilidade e Inclusão: Superando barreiras e abrindo espaço para a pluralidade”, realizada no Co.Labora 15, com programação que incluiu apresentações em língua de sinais, painéis sobre inserção de pessoas com deficiência no mercado de trabalho e relatos de superação. O evento reuniu representantes do Poder Judiciário, do Ministério Público do Trabalho, de empresas e de entidades da sociedade civil, promovendo reflexões sobre a superação de barreiras atitudinais e estruturais, além da apresentação de boas práticas voltadas à inclusão e à permanência de pessoas com deficiência no mercado de trabalho.

A Escola Judicial e a Comissão de Acessibilidade e Inclusão do Tribunal Regional do Trabalho da 15ª Região CONVIDAM para o evento híbrido

SEMINÁRIO ACESSIBILIDADE E INCLUSÃO
SUPERANDO BARREIRAS E ABRINDO ESPAÇO PARA A PLURALIDADE

Presencial
 Co-Labora 15
 Rua Dr. Quirino, 1080 - Campinas/SP

26/09/2025 | sexta-feira | 9h às 12h45 / 14h às 17h30

Transmissão
 Canal da Ejud-15 no YouTube
<https://www.youtube.com/@escolajudicialtrt15live>

Dra. Ana Paula P. Leckmann Presidente do TRT-15	Des. Luiz Felipe P. L. B. Lobo Diretor da Ejud-15	Des. Fábio S. de Aguiar Coordenador de Comissão de Acessibilidade e Inclusão do TRT-15	Márcio A. C. Germano Juiz do TRT-15	Alessandra Trindade Juiz do TRT-15	Prof. Daniel H. Sant'Anna



Em julho de 2025, o TRT-15 passou a disponibilizar, de forma remota, serviços de tradução simultânea em Língua Brasileira de Sinais (Libras) e geração de legendas em audiências e sessões telepresenciais, abrangendo o primeiro e o segundo grau de jurisdição. A medida observa as diretrizes da Política de Acessibilidade do Poder Judiciário (Resolução CNJ nº 401/2021) e da Resolução CSJT nº 386, além de alinhar-se aos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável, especialmente o ODS 10 e o ODS 16.

No campo da comunicação acessível, passaram a ser disponibilizados, no sistema PJe, dois modelos de mandados judiciais redigidos em linguagem simplificada, no âmbito do Projeto Legalmente Simples. A iniciativa busca conferir maior clareza e objetividade aos atos processuais, eliminando jargões técnicos desnecessários e observando as diretrizes do Pacto Nacional do Judiciário pela Linguagem Simples, do qual o Tribunal é signatário desde 2024.





Acessibilidade e Inclusão

No mesmo exercício, o TRT-15 foi reconhecido com o Selo Linguagem Simples 2025, concedido pelo Conselho Nacional de Justiça, em razão do conjunto de iniciativas voltadas à promoção de uma comunicação institucional mais clara, acessível e orientada ao cidadão. Foram certificadas cinco práticas institucionais: o Projeto Legalmente Simples – Mandados Judiciais do TRT-15; a Cartilha Linguagem Simples – Sugestões para Eventos do TRT da 15ª Região; as Ações Formativas em Linguagem Simples desenvolvidas pela Escola Judicial; a Garantia de Acessibilidade Comunicacional para Pessoas Surdas e com Deficiência Auditiva; e a Parceria entre o TRT-15 e a UNICAMP para a promoção da Linguagem Simples no Judiciário. Com pontuação de 285,75, o Tribunal alcançou a segunda melhor colocação entre os órgãos da Justiça do Trabalho.



A implantação do Balcão Visual configurou-se como uma das mais relevantes iniciativas capitaneadas pelo TRT-15 no âmbito da acessibilidade e inclusão, ao promover avanços concretos na garantia do direito à comunicação e ao atendimento adequado às pessoas surdas.

Trata-se de iniciativa pioneira do Tribunal Regional do Trabalho da 15ª Região, que concebeu, desenvolveu e testou o projeto com resultados positivos, comprovando sua viabilidade e evidenciando benefícios significativos para o aprimoramento da comunicação institucional e da prestação jurisdicional acessível.

Em 2024, o Conselho Superior da Justiça do Trabalho (CSJT) instituiu Grupo de Trabalho nacional com a finalidade de realizar estudos e propor medidas voltadas à expansão do Projeto Balcão Visual para os demais Tribunais Regionais do Trabalho do país.

Como resultado desse processo, em 2025 foi aprovada a nacionalização do Balcão Visual, consolidando-o como política institucional da Justiça do Trabalho. Dos 24 Tribunais Regionais do Trabalho, apenas um não formalizou adesão ao projeto, evidenciando ampla incorporação da iniciativa no âmbito trabalhista.

Ainda no âmbito da inclusão social e da promoção do trabalho decente, o TRT-15 firmou o Pacto Regional pela Promoção do Trabalho Decente para Imigrantes e Refugiados, em conjunto com instituições parceiras. A iniciativa reforça o compromisso do Tribunal com a garantia de igualdade de condições de trabalho, a proteção de direitos fundamentais e a prevenção de práticas exploratórias, contribuindo para a redução da vulnerabilidade social e para a integração digna de imigrantes e refugiados no mercado de trabalho.






BALCÃO VISUAL

TRT da 15ª Região (Campinas/SP)

Atendimento on-line acessível em Libras

Horário de atendimento:
de segunda a sexta-feira, das 12h às 16h



Para mais informações, acesse:

<https://trt15.jus.br/institucional/estrutura-do-tribunal/acessibilidade-e-inclusao>





Secretaria de Apoio aos Magistrados

A unidade passou por processo contínuo de reestruturação organizacional, orientado ao fortalecimento da governança, à melhoria da eficiência administrativa e ao aprimoramento do suporte à atividade jurisdicional.

A transformação da antiga Assessoria de Apoio aos Magistrados, promovida pelas Resoluções Administrativas nº 007/2022 e nº 010/2024, resultou na constituição de estrutura mais especializada e orientada por processos, com destaque para a criação de áreas dedicadas à movimentação funcional, à gestão de informações da magistratura e à análise técnica de dados. Tal evolução institucional contribuiu para maior capacidade de resposta às demandas crescentes e para o aumento da qualidade das informações gerenciais utilizadas na tomada de decisão.

No exercício de 2025, destaca-se como fator crítico de impacto a ampliação da composição da segunda instância do Tribunal, decorrente da Lei nº 15.096/2025, que instituiu 15 novos cargos de Desembargador do Trabalho. Essa medida implicou a expansão da estrutura jurisdicional com a criação de novos gabinetes, elevando significativamente a complexidade administrativa e a necessidade de coordenação sistêmica das atividades relacionadas à magistratura.

Lei nº 15.096/2025
15
novos cargos de Desembargadoras(es)

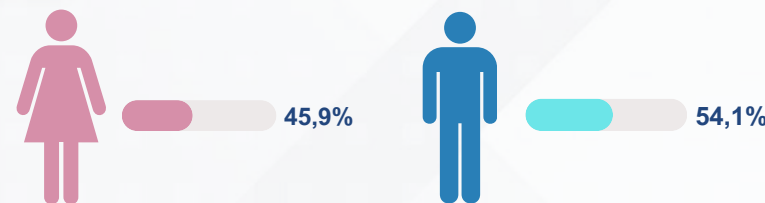
A Secretaria desempenhou papel central na operacionalização dessa expansão, conduzindo procedimentos de acesso ao cargo de Desembargador e estruturando os fluxos administrativos necessários à recomposição da instância superior. Parte desses processos permanece condicionada a atos externos, evidenciando a articulação interinstitucional necessária para sua conclusão.

O quadro atual da magistratura evidencia a dimensão e a relevância da atuação da unidade: o Tribunal conta com 364 magistradas(os), com distribuição por gênero de 197 homens (54,12%) e 167 mulheres (45,88%).

TOTAL DE MAGISTRADAS(OS) 2025

364

QUANTIDADE DE MAGISTRADAS(OS) POR GÊNERO



Sob a perspectiva da estrutura de cargos, observa-se a seguinte composição: 159 juízas(es) substitutas(os) (43,7%), 151 juízas(es) titulares (41,5%) e 54 desembargadoras(es) (14,8%). Esses dados evidenciam a base ampla da primeira instância e a consolidação da segunda instância, especialmente em contexto recente de expansão.

DESEMBARGADORAS(ES)

54

(14,8%)

JUÍZAS(ES) TITULARES

151

(45,5%)

JUÍZAS(ES) SUBSTITUTAS(OS)

159

(43,7%)

No eixo de gestão de designações e convocações, o setor assegurou a continuidade da prestação jurisdicional por meio da alocação eficiente de magistrados, com destaque para a condução de rodízios periódicos na primeira instância, análise de afastamentos, emissão de atos administrativos e resposta a demandas emergenciais. Na segunda instância, garantiu a regularidade das substituições, a organização das escalas e a atualização permanente da composição do Tribunal, especialmente em contexto de expansão estrutural.

No âmbito da gestão de informações funcionais e movimentação da magistratura, a unidade apresentou resultados relevantes, evidenciando elevada capacidade operacional e controle dos processos administrativos, incluindo a realização de concursos de remoção, promoção e acesso, bem como a instrução de processos de aposentadoria, permuta e exoneração. Destaca-se, nesse contexto, a condução de concursos vinculados à ampliação da segunda instância, elemento central para o fortalecimento da capacidade jurisdicional do Tribunal.

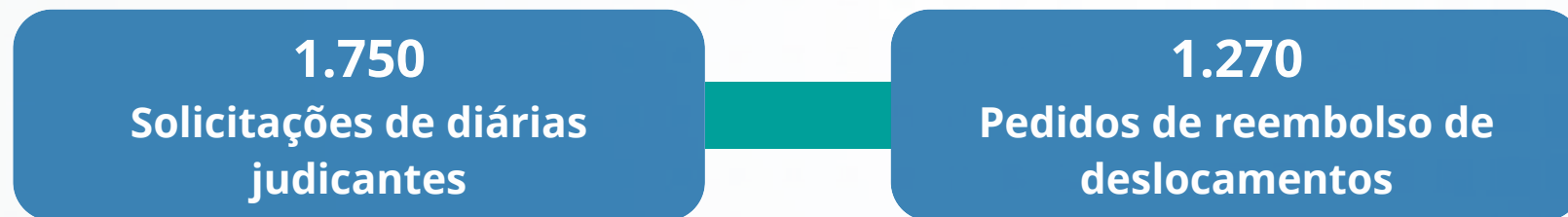
A atuação também abrangeu a estruturação e o provimento de áreas estratégicas, como CEJUSC, Divisões de Execução, Juizados da Infância e Adolescência, Secretarias Conjuntas, Coordenadorias de Atendimento e Núcleo de Justiça 4.0, contribuindo para a organização, padronização e eficiência dessas estruturas.



Secretaria de Apoio aos Magistrados

No campo da gestão cadastral e de direitos funcionais, a Secretaria realizou a atualização e validação de dados de magistrados aposentados e pensionistas, bem como desenvolveu levantamentos técnicos complexos relacionados a vantagens funcionais, com base em cruzamento massivo de dados, assegurando confiabilidade das informações e suporte adequado às áreas responsáveis por cálculos e pagamentos.

A Unidade destacou-se como núcleo de inteligência operacional, responsável pela consolidação, análise e tratamento de grandes volumes de dados para fins de pagamento de verbas da magistratura. Em 2025, foram processadas mais de 1.750 solicitações de diárias judicantes e mais de 1.270 pedidos de reembolso de deslocamento, além da gestão contínua de gratificações, licenças compensatórias e auxílio-telemática.



A atuação técnica incluiu, ainda, o suporte a processos administrativos complexos e o atendimento a órgãos de controle interno e externo, contribuindo para a transparência, a rastreabilidade e a conformidade dos procedimentos adotados.

Como prática de melhoria de gestão, foi implementado novo fluxo para o auxílio-telemática, com a centralização das solicitações em processo único anual por magistrado. A medida resultou na redução significativa do volume de processos administrativos, aumento da eficiência operacional e aprimoramento dos mecanismos de controle documental.

Em síntese, a Secretaria demonstrou, no exercício de 2025, elevada maturidade organizacional e capacidade de adaptação frente ao aumento da complexidade institucional, especialmente em razão da expansão da segunda instância. Sua atuação foi determinante para assegurar a continuidade da prestação jurisdicional, a adequada gestão da magistratura e a produção de informações confiáveis para suporte à tomada de decisão, em alinhamento com os princípios de governança, eficiência, transparência e accountability estabelecidos pela Instrução Normativa TCU nº 84/2020.





Gestão de Pessoas

Conformidade Legal



Regulamento de Secretaria
Resolução Administrativa nº 10/2012

Secretaria de Gestão de Pessoas
Competência (Art. 82)

Gerenciar o **peçoal** do Tribunal, assegurando a **correta aplicação da legislação** e promovendo a **integração** do servidor na estrutura organizacional.



Estrutura da Secretaria de Gestão de Pessoas



Coordenadoria de Desenvolvimento de Pessoas

Coordenadoria de Provimento e Vacância

Coordenadoria de Pagamento

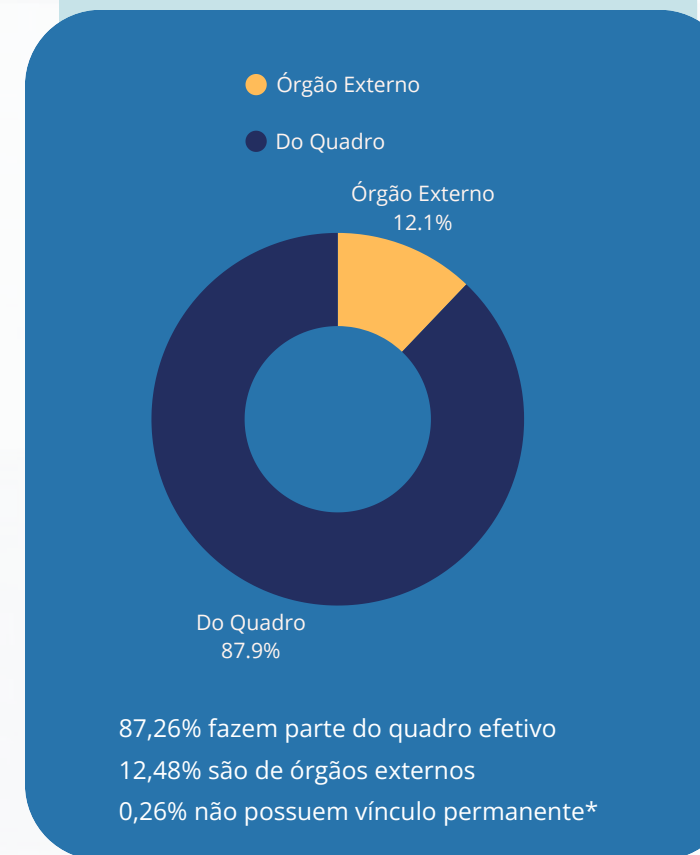
Coordenadoria de Informações Funcionais de servidoras(es)

Coordenadoria de Acompanhamento e Desenvolvimento de servidoras(es)

QUADRO DE PESSOAL E FORÇA DE TRABALHO

O quadro de pessoal do TRT-15 conta com profissionais de perfis diversificados, composto por servidoras(es) das carreiras do Poder Judiciário de que dispõe a Lei nº 11.416/2006, com as alterações posteriores.

Natureza do Vínculo



314 estagiários do CIEE

Servidoras(es) do Quadro por Carreira

*ocupantes de cargos de provimento efetivo

Analista Judiciário
1153 providos
23 vagas

Técnico Judiciário
1903 providos
176 vagas

Auxiliar Judiciário
2 providos
4 vagas

Força de Trabalho - dez 2025
3.366 servidoras(es) em exercício

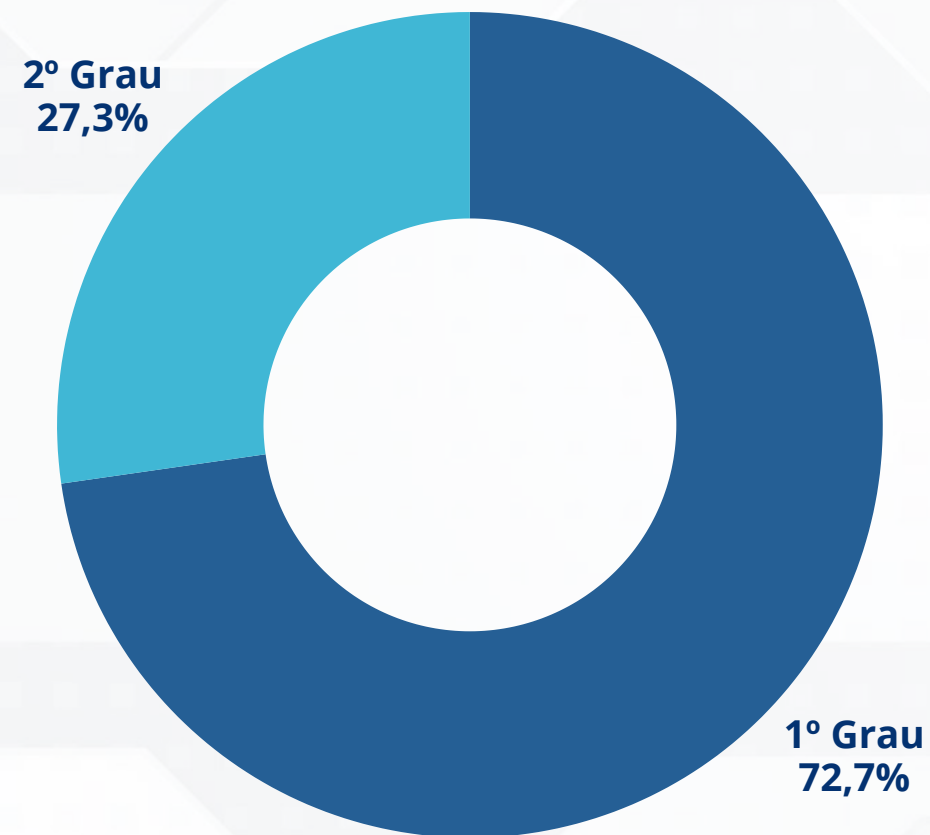
*Além do pessoal do quadro efetivo em exercício, a força de trabalho do TRT-15 também é composta por servidoras(es) em exercício provisório, requisitados, sem vínculo com a Administração, removidos e estagiários.



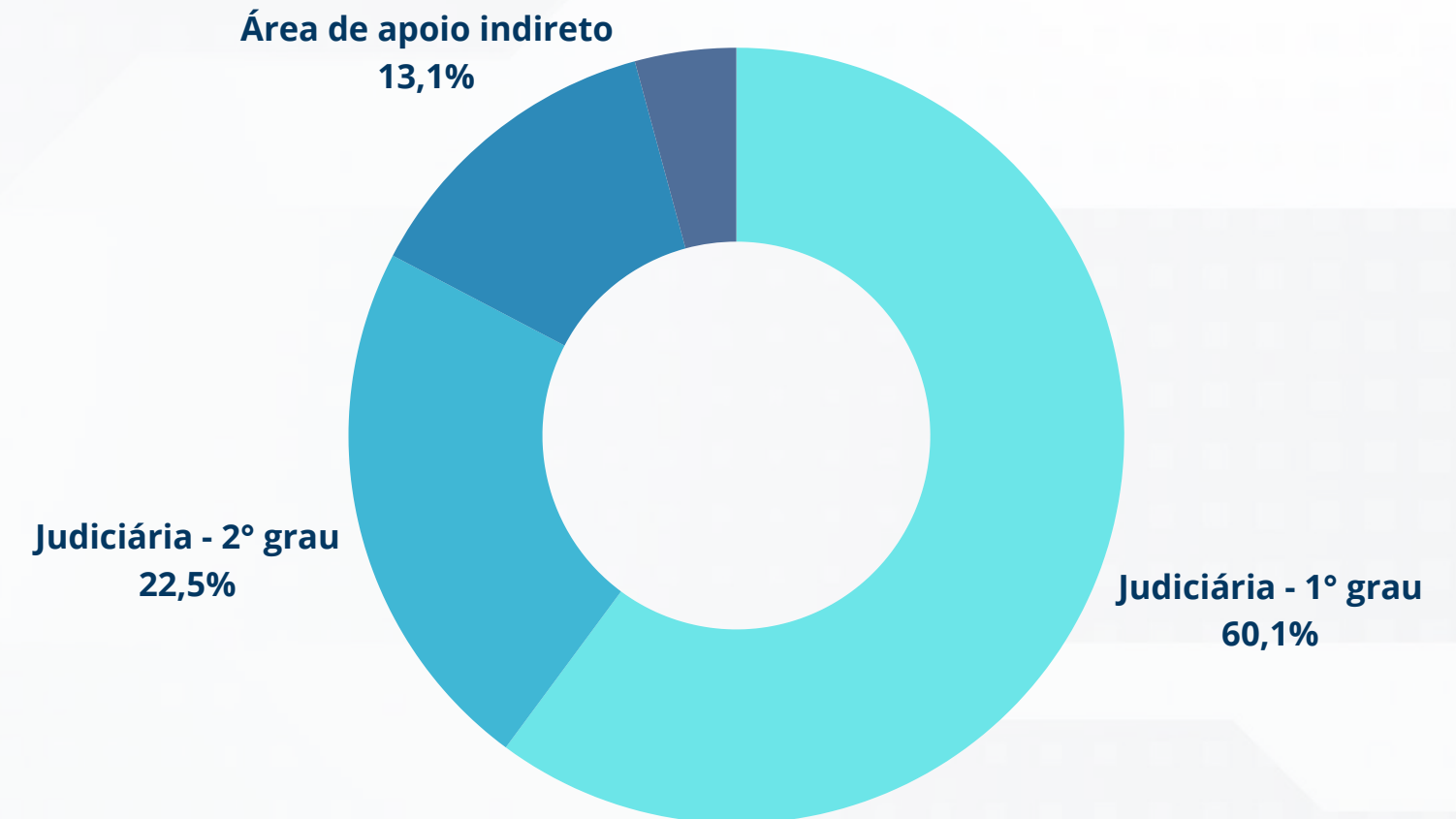
Gestão de Pessoas

DISTRIBUIÇÃO DE SERVIDORAS(ES)*

DISTRIBUIÇÃO DE SERVIDORAS(ES) ENTRE GRAUS DE JURISDIÇÃO
2783 SERVIDORAS(ES) LOTADOS NA ÁREA FIM



DISTRIBUIÇÃO DE SERVIDORAS(ES) ÁREA FIM E DEMAIS ÁREAS



Área	Quantidade de servidoras(es)	Percentual
Judiciária - 1º grau	2024	60,13%
Judiciária - 2º grau	759	22,55%
Área de apoio indireto	441	13,10%
Escola Judicial + SETIC	142	4,22%
Total	3366	100%

*Fonte: Tabela de Lotação de Pessoal - TLP



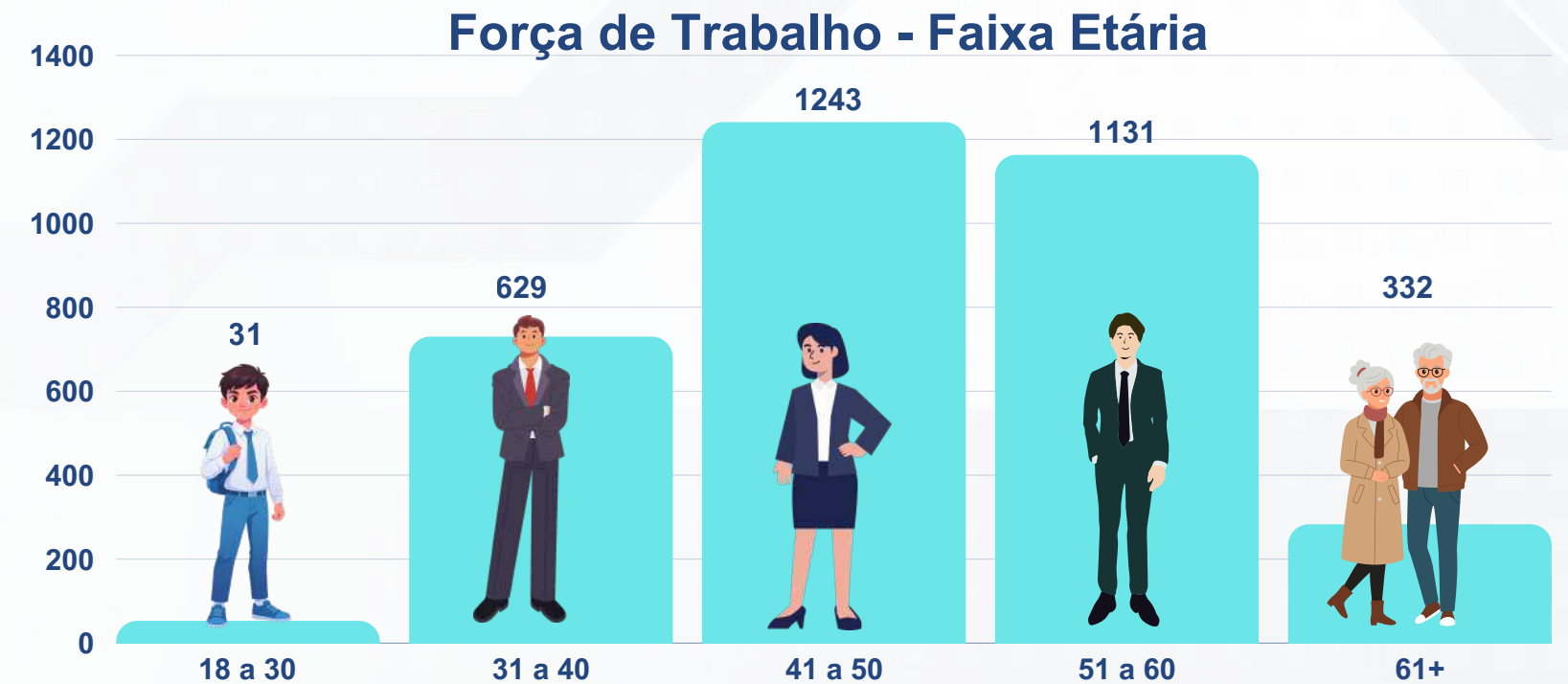
Gestão de Pessoas

AVALIAÇÃO DA FORÇA DE TRABALHO

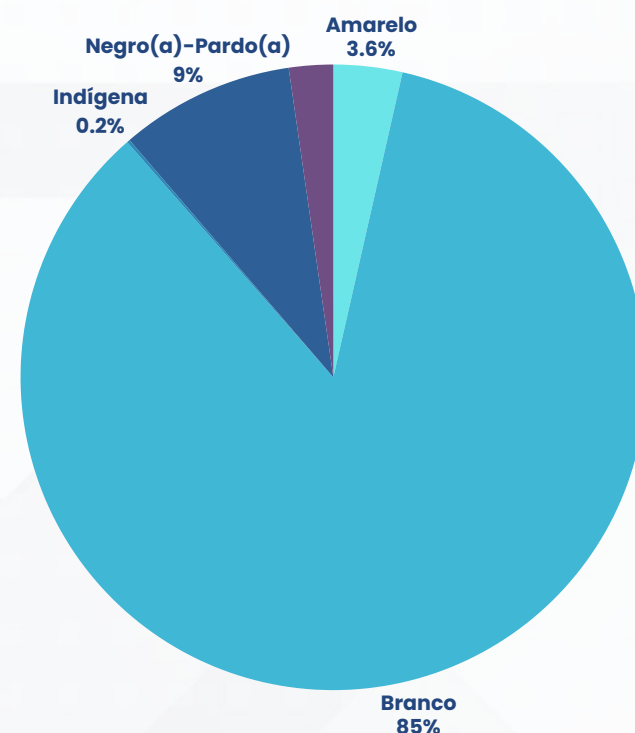
A análise dos dados da Força de Trabalho do Tribunal Regional do Trabalho da 15ª Região evidencia um quadro funcional diversificado, composto por servidoras(es) distribuídos em diferentes faixas etárias, gêneros, etnias e situações funcionais, refletindo a complexidade e a capilaridade das atividades desenvolvidas pelo Tribunal.

Observa-se a predominância de servidoras(es) em faixas etárias intermediárias, o que indica um corpo funcional com experiência acumulada, ao mesmo tempo em que se mantém a necessidade de planejamento para a renovação gradual da força de trabalho, em especial diante de aposentadorias futuras.

A distribuição por sexo e etnia demonstra o compromisso institucional com a diversidade e a equidade, em consonância com as diretrizes do Conselho Nacional de Justiça e demais órgãos de governança e controle.



Força de Trabalho - Etnias

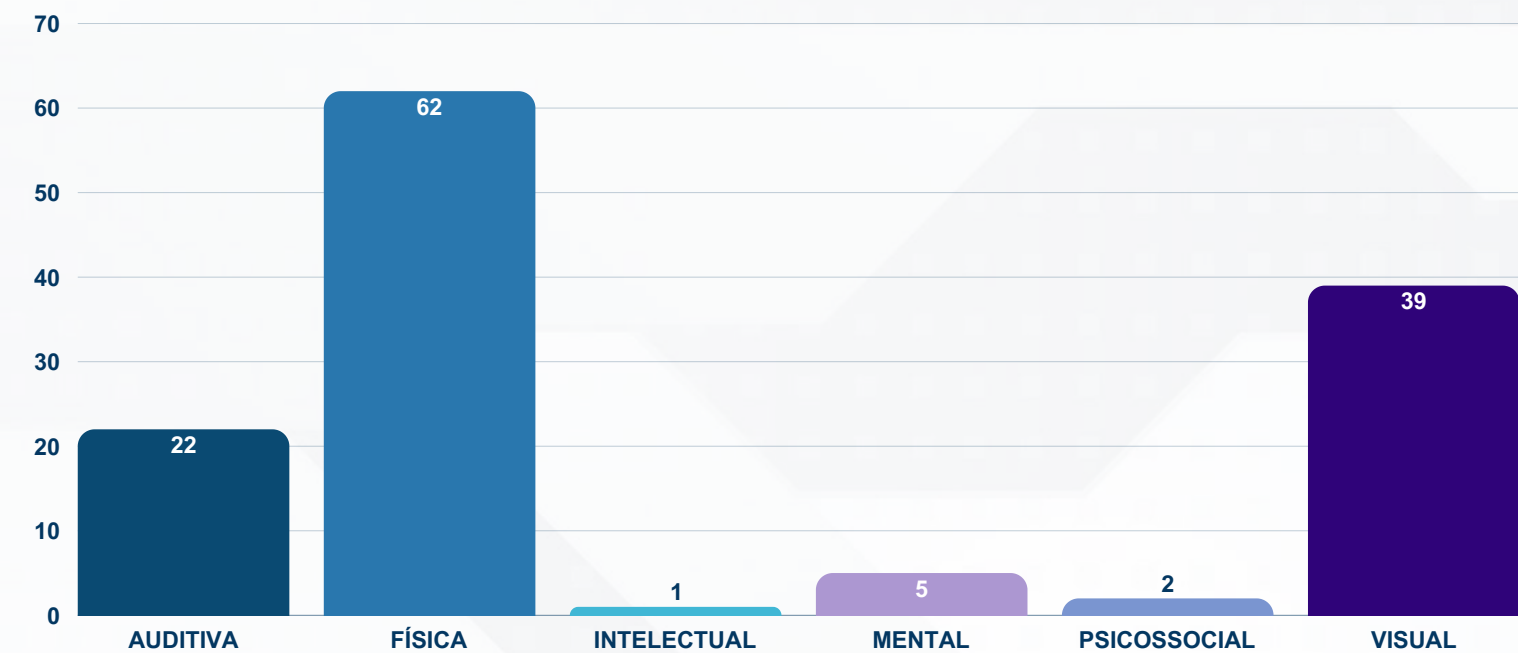


3.366

**Servidoras(es)
Ativos***

*Inclui as servidoras(es) de outros órgãos lotados neste Tribunal e colaboradores. Exclui as servidoras(es) deste Regional lotados em outros órgãos e em licença sem remuneração

Força de Trabalho - Tipo Deficiência





Gestão de Pessoas



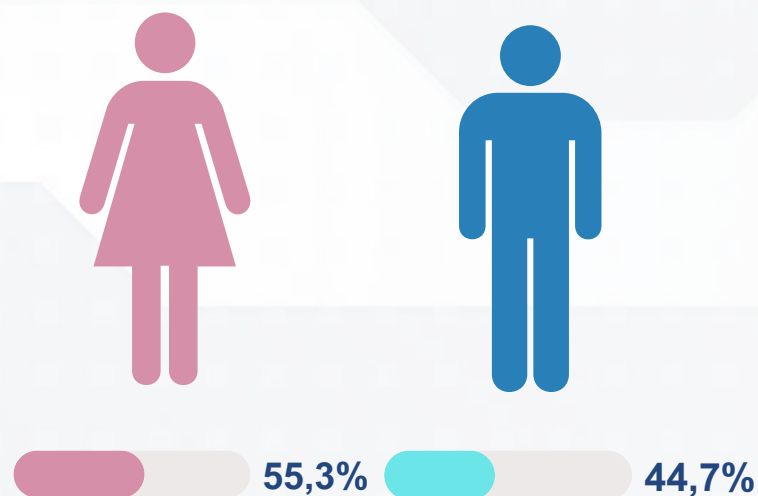
EQUIDADE DE GÊNERO NAS FUNÇÕES DE LIDERANÇA

Com vistas à promoção da equidade e ao fortalecimento de práticas institucionais alinhadas aos princípios de diversidade e inclusão, o Tribunal monitora a distribuição das funções de chefia segundo o critério de gênero.

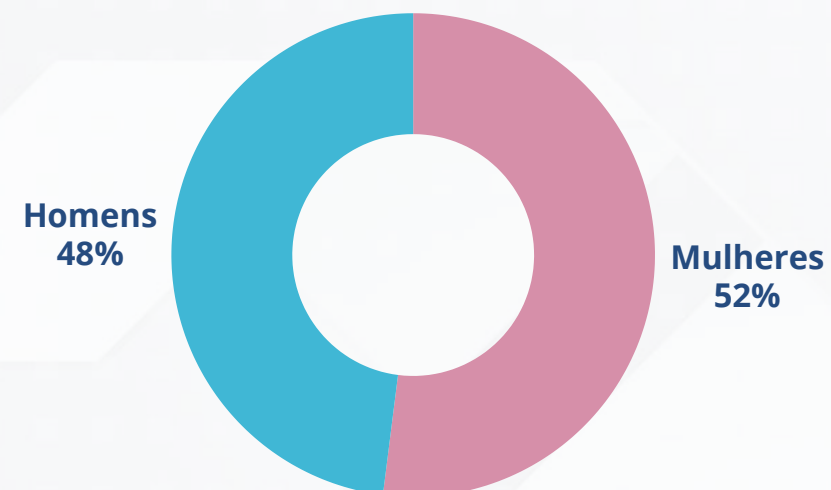
A análise da ocupação das funções de liderança no âmbito da Secretaria de Gestão de Pessoas evidencia a participação de homens e mulheres em posições estratégicas de gestão, demonstrando o compromisso institucional com a valorização de competências e com a ampliação da representatividade nos espaços decisórios.

O acompanhamento desse indicador contribui para a transparência das práticas de gestão de pessoas e permite avaliar continuamente o equilíbrio na ocupação de cargos e funções de confiança, reforçando o compromisso do Tribunal com a promoção da equidade de gênero e com a construção de um ambiente organizacional mais inclusivo.

Força de Trabalho Total Por Gênero



Cargos e Funções de Liderança Por Gênero



ESTRATÉGIA DE RECRUTAMENTO E ALOCAÇÃO DE PESSOAL

Para a convocação e alocação de candidatos, observou-se a Resolução CNJ nº 219/2016, que estabelece a proporcionalidade da força de trabalho entre o 1º e o 2º grau com base na média de processos distribuídos no último triênio.

A norma define critérios objetivos de distribuição, mas não padroniza estruturas. Essa padronização é tratada pela Resolução CSJT nº 296/2021, que fixa estruturas mínimas para as unidades judiciárias de 1º e 2º grau (Anexos V e VI).

A Portaria GP nº 42/2022 classifica as unidades do TRT-15 para fins de cumprimento da Resolução CSJT nº 296/2021, estabelecendo o enquadramento institucional das estruturas organizacionais.

Situação em 2025

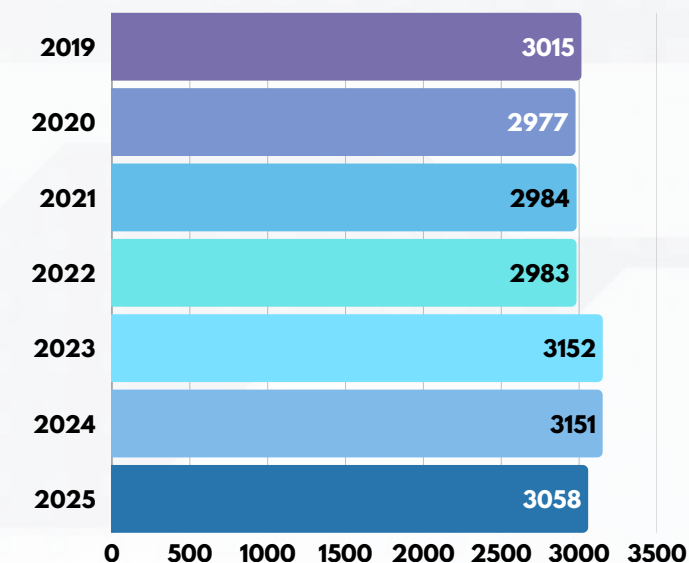
Embora tenham sido autorizados:

- 05 provimentos de **cargos onerosos**
- 17 reposições de **cargos não onerosos**

O Tribunal encerrou o exercício com **déficit de 292** cargos efetivos ocupados, em razão de aposentadorias e desligamentos.

Desde 2017, o TRT-15 não recebe autorizações suficientes para recomposição integral dos cargos vagos de origem onerosa.

EVOLUÇÃO DO QUADRO DE SERVIDORAS(ES) EFETIVOS (2019-2025)



Tabelas de Lotação de Pessoal (TLP) disponíveis em:

<https://trt15.jus.br/transparencia/resolucoes-cnj/resolucao-cnj-no-2192016>



Gestão de Pessoas

MOVIMENTAÇÕES E DESLIGAMENTOS - 2025

O exercício de 2025 reafirma um cenário estrutural de **restrição na recomposição da força de trabalho** do TRT-15. As **vacâncias** ocorridas ao longo do ano **superaram** significativamente as autorizações de **provimento** concedidas, especialmente no que se refere aos cargos de origem onerosa, cuja reposição depende de autorização específica do CSJT.

Ainda que tenham sido **autorizadas reposições pontuais**, estas se mostraram insuficientes para compensar o volume de aposentadorias e demais desligamentos registrados no período. Tal dinâmica vem se repetindo nos últimos exercícios, resultando em **déficit acumulado de cargos** e impondo desafios crescentes à sustentabilidade operacional do Tribunal.

As vacâncias têm superado as reposições de forma recorrente

Tipos de Vacância			
Aposentadoria	89	74,79%	Onerosa
Posse em outro cargo inacumulável	16	13,45%	Não onerosa
Redistribuição	7	5,88%	Não se aplica
Exoneração	4	3,36%	Não onerosa
Falecimento	3	2,52%	Onerosa
Total	119	100%	

TOTAL DE VACÂNCIAS 2025

119

REPOSIÇÕES EM 2025

22

DÉFICIT 2025

97

DÉFICIT ACUMULADO

292



Gestão de Pessoas

ESTRATÉGIA DE RETENÇÃO DE TALENTOS

Diante do cenário recorrente de *déficit* de cargos e restrição de provimentos, a retenção da força de trabalho tornou-se medida estratégica para preservação da capacidade operacional do Tribunal.

Eixos de Atuação

Monitoramento Estruturado

Aplicação de formulários para identificação de motivos de desligamento

Principais fatores identificados: questões familiares e oportunidades profissionais

Teletrabalho como Instrumento de Gestão

Política institucional consolidada

Contribuição para redução de pedidos de movimentação

Melhoria do equilíbrio entre vida pessoal e profissional

O TRT-15 publica a lista de servidoras(es) em teletrabalho em seu portal, em atenção à transparência.

<https://trt15.jus.br/transparencia/teletrabalho>

A retenção de talentos é tratada como política de sustentabilidade organizacional, alinhando desempenho, qualidade de vida e responsabilidade na gestão da força de trabalho.

ESTRATÉGIA DE RETENÇÃO DE TALENTOS

O Programa de Gestão por Competências e a Avaliação de Desempenho são utilizados para desenvolvimento profissional, progressão funcional e alinhamento estratégico, conforme normativos internos e diretrizes do CNJ.

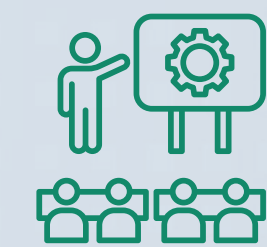
Estratégia Institucional: O TRT-15 utiliza a Gestão por Competências e a Avaliação de Desempenho como instrumentos estruturantes para:



ALINHAMENTO
ESTRATÉGICO



DESENVOLVIMENTO
PROFISSIONAL



PREPARAÇÃO DE
SUCESSORES



PROGRESSÃO
FUNCIONAL



AUMENTO
EFICIÊNCIA
INSTITUCIONAL



Gestão de Pessoas

PROGRAMA DE GESTÃO POR COMPETÊNCIAS – 13º CICLO (2025)

O **Programa de Gestão por Competências** se constituiu numa das formas para **implementar** a estratégia de **valorização de pessoas**, assim como para **alavancar o desempenho e a eficiência**.

Por meio desse Programa, são possibilitadas a **identificação e a avaliação por competências (comportamentais e técnicas)**, isto é, do conjunto de conhecimentos, habilidades e atitudes necessárias para um **melhor desempenho dos cargos e funções gerenciais e não gerenciais** nas unidades deste Tribunal, proporcionando às(aos) servidoras(es) **autoconhecimento, alinhamento estratégico e desenvolvimento profissional e pessoal**.

Em 2025, foi realizado o **13º Ciclo de Gestão por Competências**, alinhado à **Resolução CNJ n.º 240/2016** e à **Política Nacional de Gestão de Pessoas**.

A unidade de Gestão por Competências atuou em diversas unidades do Tribunal, **tanto na revisão dos mapas como na criação**.



Avaliações realizadas em 2025

133 MAPAS

232 SERVIDORAS(ES)

UNIDADES/SERVIDORAS(ES)

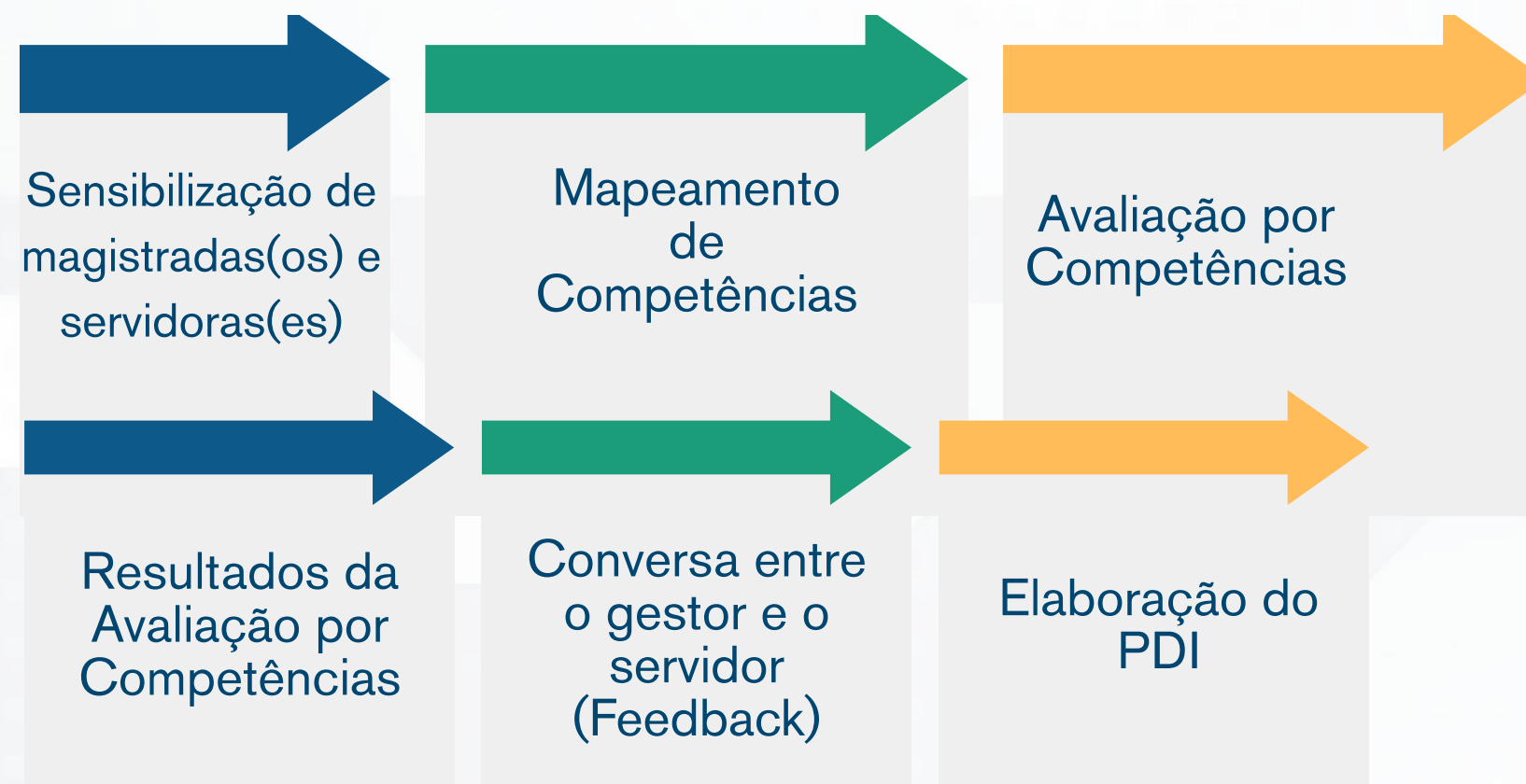
ASSESSORIA JURÍDICA **9**

DIRETORIA-GERAL **10**

SECRETARIA DA ADMINISTRAÇÃO **86**

SECRETARIA DE TI **127**

Etapas do Programa de Gestão por Competências:



Resultados Estratégicos

- Identificação de lacunas técnicas e comportamentais
- Autoconhecimento e desenvolvimento direcionado
- Apoio à sucessão e fortalecimento da gestão



Gestão de Pessoas

AVALIAÇÃO DE DESEMPENHO E DESENVOLVIMENTO NA CARREIRA



Ações de Capacitação

O **Adicional de Qualificação** foi criado pela Lei nº 11.416, de 15/12/2006 e tem como finalidade o estímulo financeiro, propiciando as melhores e mais concretas possibilidades de **capacitação das(os) servidoras(es)** do Poder Judiciário da União, em busca de superior grau de excelência em sua atuação funcional, consistindo, basicamente, na incidência de diferenciados, porém não-cumulativos, percentuais sobre o vencimento básico das(os) servidoras(es).

O Adicional de Qualificação incentiva a capacitação, concedendo percentuais sobre o vencimento básico por treinamento, pós-graduação e diploma superior para servidoras(es) que sejam obritório o nível médio para ingresso.

O Programa de Avaliação de Desempenho (Resolução Administrativa n.º 13/2012) visa aferir resultados, identificar potencialidades e deficiências, melhorar procedimentos de trabalho e desenvolver a capacitação profissional, subsidiando a progressão funcional (Lei n.º 11.416/2006).

De acordo com o **normativo interno**, a avaliação de desempenho funcional é aplicada às(aos) servidoras(es) em estágio probatório ou que não se encontrem posicionados na referência final da respectiva carreira.



ÍNDICE DE DESEMPENHO 2025

98,80%

dos avaliados foram aprovados

Situação Atual da Distribuição de Adicionais de Qualificação



ADICIONAL DE TREINAMENTO

397

servidoras(es)



ADICIONAL DE QUALIFICAÇÃO ESPECIALIZAÇÃO

2.376

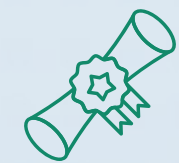
servidoras(es)



ADICIONAL DE QUALIFICAÇÃO MESTRADO

74

servidoras(es)



ADICIONAL DE QUALIFICAÇÃO DOUTORADO

7

servidoras(es)

Ações de capacitação realizadas pelas(os) servidoras(es) em 2025

211

Ações de capacitação e desenvolvimento promovidas pelo TRT

1.790

Servidoras(es) capacitadas(os) com ações realizadas pelo TRT-15

3.774

Ações de capacitação externa



1.109

Servidoras(es) Capacitadas(os) com cursos Externos

2899

Servidoras(es) com percepção de Adicional de Qualificação

3

Licenças Capacitação usufruídas pelas(os) servidoras(es)



Gestão de Pessoas

INICIATIVAS DE INOVAÇÃO E INCLUSÃO SOCIAL

Programa de Aprendizagem:

Inclusão Social e Desenvolvimento de Jovens

No exercício de 2025, a Secretaria de Gestão de Pessoas acompanhou e apoiou a execução da **2ª turma do Programa de Aprendizagem Social**, iniciativa desenvolvida em parceria com entidades públicas e privadas, com foco na **formação técnico-profissional e na inclusão social de jovens**. O programa contemplou atividades teóricas e práticas, vivência institucional e acompanhamento pedagógico, sendo concluído com cerimônia de **certificação de 18 (dezoito) jovens aprendizes**, reafirmando o compromisso institucional com a responsabilidade social e a ampliação de oportunidades para a juventude.



Portal dos Aposentados

O TRT-15 mantém o **Portal dos Aposentados**, com a participação ativa da Secretaria de Gestão de Pessoas. O portal, **acessível pela intranet**, oferece duas interfaces: **"Aposente Bem"** (para servidoras(es) em vias de aposentadoria) e **"Continuando a Vida"** (para valorização dos aposentados), promovendo **comunicação contínua** entre a instituição e seus aposentados.



BALCÃO VIRTUAL

Atualização Cadastral Digital:

Tecnologia a Serviço dos Aposentados e Pensionistas

A **inovação** chegou à rotina dos aposentados e pensionistas do TRT-15, que, em 2024, passaram a realizar a **prova de vida de forma digital**, utilizando biometria facial via **aplicativo GOV.BR**. Essa solução, pioneira no âmbito da Justiça do Trabalho, permitiu que em 2025 quase **39% das(os) usuárias(os)** realizassem a atualização cadastral remotamente, **sem a necessidade de deslocamento**, representando um avanço significativo na modernização dos serviços.

PRINCIPAIS DESAFIOS DA GESTÃO DE PESSOAS: CARÊNCIA DE PESSOAL

Desafio institucional

A gestão da força de trabalho permanece como um dos **principais desafios do Tribunal**, exigindo racionalização de recursos, priorização de atividades e busca de soluções estruturais para recomposição do quadro.

A expansão da estrutura ao longo dos anos **não foi acompanhada pela recomposição do quadro de pessoal**.

O cenário tem sido agravado por aposentadorias e rotatividade de servidoras(es) aprovadas(os) em outros concursos públicos.

AMPLIAÇÃO DO NÚMERO DE DESEMBARGADORAS(ES) SEM A CRIAÇÃO DE CARGOS DE SERVIDORAS(ES)
Lei nº 15.096/2025



Contexto Institucional e Desafios de Força de Trabalho

Restrições estruturais desde 2016

- Limitações orçamentárias e de pessoal na Administração Pública Federal
- Dificuldade de recomposição dos quadros funcionais

Alta produtividade, mesmo com déficit

- Desempenho reconhecido no anuário Conselho Nacional de Justiça – Justiça em Números
- Impactos na execução das atividades e na qualidade de vida de magistradas(os) e servidoras(es)

Fatores que agravam o cenário

- Envelhecimento do quadro funcional
- Diferença entre vacâncias e reposições

Carência Estrutural de Servidoras(es) Déficit de Força de Trabalho

Correição CSJT - 2021

Déficit estimado de 1.778 cargos / servidoras(es)

[LINK](#) [Ata Correição CSJT - TRT 15ª Região \(Campinas\) 2021/2022](#)

Correição CSJT - 2024

⚠ Reafirmada a significativa carência de pessoal

⚠ Limitação institucional para solução por remanejamento interno

[LINK](#) [Ata Correição CSJT - TRT 15ª Região \(Campinas-SP\) 2024](#)

Estrutura do Tribunal

153 unidades jurisdicionais de 1º grau

Expansão da estrutura ao longo das últimas décadas

⚠ Sem recomposição proporcional do quadro de servidoras(es)

APOSENTADORIAS 2025

89

REPOSIÇÕES EM 2025

5

SERVIDORAS(ES) EM CONDIÇÕES DE SE APOSENTAR

315

Estratégias do Tribunal

Propostas legislativas para recomposição do quadro

Encaminhamento ao Congresso Nacional de anteprojetos de lei para criação de cargos no Tribunal (**PL nº 8.256/2014 e PL nº 2.642/2015**), atualmente em tramitação na Câmara dos Deputados.

Objetivo: viabilizar, em nível estrutural, a recomposição da força de trabalho do Tribunal.

Busca de soluções alternativas para a força de trabalho

- Melhoria de processos de trabalho
- Uso de tecnologias e inteligência artificial na área fim
- Ferramentas e serviços de apoio para a área meio
- Continuidade e consolidação dos projetos Especializa & Equaliza e Simetria

Priorização de servidoras(es) nas áreas fins

Objetivo: garantir continuidade dos serviços e cumprimento das metas institucionais.



Gestão de Pessoas

COMPROMISSO DA GESTÃO DE PESSOAS COM A GOVERNANÇA E A INTEGRAÇÃO

Participação em Colegiados Institucionais

Atuação ativa nos principais Comitês de Gestão de Pessoas e Governança do TRT-15:

- Comitê de Gestão de Pessoas
- Comitê de Ética
- Comitê de Governança e Estratégia
- Comitê de Gestão de Riscos
- Subcomitê do SIGEP-JT
- Comitê de Proteção de Dados e Segurança da Informação
- Subcomitê de Equidade e Combate à Discriminação
- Subcomitê de Teletrabalho
- Subcomitê de Combate ao Assédio
- Comissão de Acessibilidade e Inclusão
- Comissão de Priorização do Primeiro Grau

Planejamento e Governança

- Plano de Gestão de Pessoas alinhado ao Planejamento Estratégico 2021–2026 e resoluções do CNJ e CSJT, disponibilizado no site institucional:

trt15.jus.br/sites/portal/files/roles/institucional/gestaostrategica/PLANO%20GESTÃO%20DE%20PESSOAS.pdf

Impacto na Governança

- ✓ Fortalecimento da tomada de decisão
- ✓ Integração entre áreas finalísticas e administrativas
- ✓ Mitigação de riscos institucionais
- ✓ Promoção da equidade e diversidade
- ✓ Transparência e responsabilização

Valorização e Qualidade de Vida

8ª Semana do Servidor TRT-15

A Semana do Servidor - 2025 destacou a importância do autocuidado e a valorização das equipes de trabalho.

28 a 30 de outubro de 2025

Tema: “Movimente-se: Saúde e Bem-Estar”

- Ações de saúde e bem-estar
- Integração institucional
- Fortalecimento do engajamento
- Promoção da qualidade de vida no trabalho





Gestão de Pessoas

DETALHAMENTO DA DESPESA COM PESSOAL

Variação das despesas com pessoal

O aumento das despesas com a remuneração de magistradas(os) e servidoras(es) ativas(os) entre 2024 e 2025 decorre, principalmente, dos reajustes legais concedidos pelas **Leis nº 14.520/2023 (magistradas(os))** e **nº 14.523/2023 (servidoras(es))**. Também contribuíram para essa variação a progressão funcional prevista na **Lei nº 11.416/2006**, a atualização dos valores do **auxílio-alimentação** e da **assistência pré-escolar** em 2025 (Portarias Conjuntas CNJ nºs 02 e 03/2025), o restabelecimento do **Adicional por Tempo de Serviço** aos magistradas(os), bem como pagamentos relacionados à **Licença Compensatória** e a parcelas de **Licença-Prêmio** a magistradas(os).

No caso de magistradas(os) e servidoras(es) inativas(os), bem como de pensionistas civis, o aumento das despesas também está associado ao **crescimento do número de beneficiárias(os)** e ao **reajuste anual dos benefícios previdenciários**.

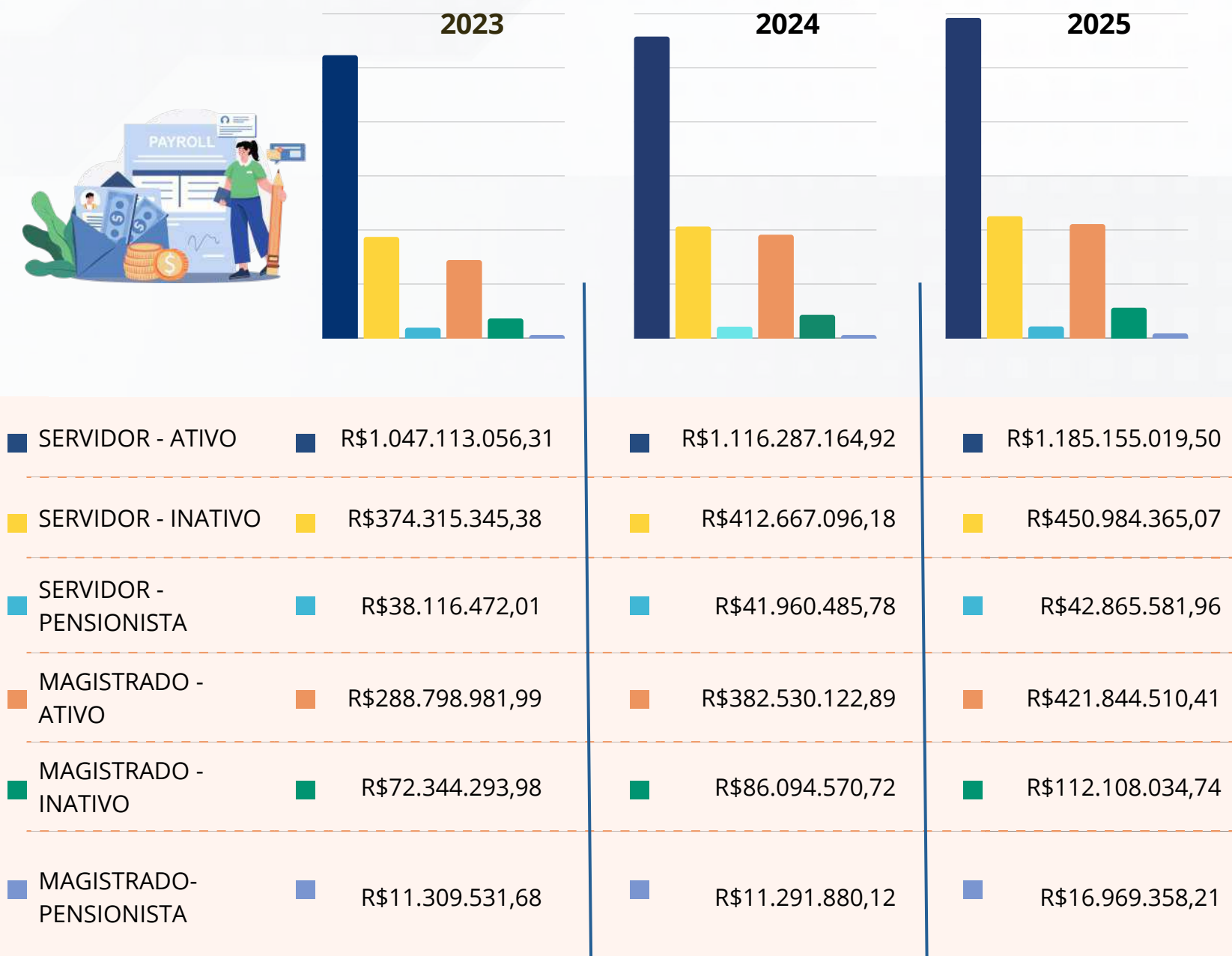
Adicionalmente, a liberação orçamentária realizada pelo Conselho Superior da Justiça do Trabalho nos meses de **novembro e dezembro** para pagamento de passivos contribuiu para a elevação das despesas com pessoal no período.

Transparência das informações de pessoal



As informações sobre estrutura remuneratória, quantitativo de cargos, membros e agentes públicos e detalhamento da folha de pagamento estão disponíveis no **Portal da Transparência do TRT-15**:

<https://trt15.jus.br/transparencia/resolucoes-cnj/resolucao-cnj-no-1022009>.





Gestão de Pessoas

ALGUMAS ATIVIDADES DESENVOLVIDAS PELA SECRETARIA DE GESTÃO DE PESSOAS – 2025

Gestão de Provimentos e Estrutura Organizacional

-Análise da distribuição de provimentos autorizados, com fornecimento de subsídios técnicos à Administração para definição da alocação dos cargos, conforme necessidades institucionais e critérios do CSJT.

Instalação e Ampliação das Secretarias Conjuntas

-Apoio técnico à Corregedoria Regional na elaboração das Portarias de implantação das Secretarias Conjuntas
-Elaboração de resoluções administrativas voltadas à transformação de encargos e adequação da estrutura organizacional

Araraquara • Bauru • Campinas • Jundiaí • Piracicaba

Presidente Prudente • Ribeirão Preto

São José do Rio Preto • São José dos Campos • Sorocaba

10

SECRETARIAS CONJUNTAS

com movimentação de
aproximadamente

1000

servidoras(es)

Estruturação dos Novos Gabinetes de Desembargadores

Processo institucional voltado à composição da força de trabalho dos novos gabinetes criados pela Lei 15.096/2025:

- Elaboração de minuta da **Resolução Administrativa nº 22/2025**;
- Processo Seletivo para a Composição dos Novos Gabinetes:
 - Levantamento de servidoras(es) excedentes nos gabinetes
 - Planejamento do processo de seleção de currículos para composição das equipes
 - Alocação de servidoras(es) para ocupação de Cargos em Comissão (CJ) e Funções Comissionadas (FC)

15

NOVOS GABINETES

com realocação de
aproximadamente

160

servidoras(es)



Gestão de Pessoas

ATUAÇÃO INSTITUCIONAL DA SECRETARIA DE GESTÃO DE PESSOAS – EIXOS ESTRATÉGICOS

Governança, Gestão e Normatização Institucional

- Elaboração de minutas de Resoluções Administrativas para atualização do Regulamento Geral de Secretaria
- Elaboração de atos voltados à transformação de funções comissionadas
- Regulamentação de procedimentos administrativos institucionais

Destaques:

- RAs 1, 3, 10, 13, 17, 21 e 32/2025 – alterações no Regulamento Geral de Secretaria
- RAs 2, 8, 11, 19, 23, 25, 29, 30, 31, 33, 34 e 35/2025 – transformação de funções comissionadas
- RA nº 22/2025 – regulamentação da movimentação de servidoras(es) do 2º grau

Gestão de Pessoas e Estrutura Organizacional

- Elaboração do Relatório de Estrutura do Quadro de Pessoal
- Análise, sistematização e consolidação de dados da força de trabalho
- Encaminhamento das informações aos órgãos de controle:
CNU • CSJT • TCU

Comunicação Institucional e Relacionamento com o Cidadão

- Atendimento às demandas encaminhadas pela Ouvidoria
- Elaboração de respostas técnicas
- Acompanhamento das manifestações e encaminhamento de providências
- **Contribuição para o fortalecimento da transparência institucional e da confiança do cidadão**

Transparência, Controle e Prestação de Contas

- Elaboração mensal de relatórios institucionais
- Divulgação de dados sobre:
 - gestão orçamentária e financeira
 - quadro de pessoal
 - estrutura remuneratória

+ de 20 Minutas de Resoluções Administrativas Elaboradas



Gestão de Pessoas

ACÓRDÃOS DO TCU



Base Legal

Acórdãos do TCU determinaram a **adequação de parcelas** incorporadas ou atualizadas de quintos/décimos de FC/CJ (8/4/1998 a 4/9/2001) à luz da modulação dos efeitos do **RE 638.115/CE (STF)**, transformando valores em parcela compensatória absorvível por futuros aumentos salariais, exceto se garantidos por decisão judicial transitada em julgado.

Não obstante o **Tribunal de Contas** tenha considerado ilegal a incorporação ou atualização, os proventos de todos os servidoras(es) do TRT-15 foram mantidos integralmente.

Isso se deve à inclusão de **todas(os) as(os) servidoras(es) como substituídas(os)** na ação judicial coletiva transitada em julgado, ajuizada pelo **Sindiquinze (Processo nº 0000976-30.2005.4.03.6105)**, conforme decidido no PROAD nº 2045/2023, e amparado pela Lei nº 14.687/2023.

Cumprimento das determinações do **Tribunal de Contas da União** relativo á adequação das **parcelas de quintos/décimos**, observando:



Modulação definida pelo STF (**RE 638.115/CE**)



Manutenção do pagamento das parcelas em conformidade com o **ordenamento jurídico vigente**



Observância da **Lei n 14687/2023**



Existência de **decisões judiciais** transitadas em julgado.

MANIFESTAÇÃO ANUAL SOBRE CUMPRIMENTO DE ACÓRDÃOS DO TCU

Acórdão n.º 3149/2019-TCU-Plenário

O TCU, em razão de representação do Ministério Público Federal, constatou supostas irregularidades na cessão de servidoras(es) municipais ao Tribunal Regional do Trabalho da 15ª Região (TRT-15). Em resposta, o TRT-15 implementou medidas corretivas, questionadas pelo Sindicato dos servidoras(es) Públicos Federais da Justiça do Trabalho da 15ª Região (Sindiquinze) por meio de mandado de segurança. O Órgão Especial do TRT-15 deferiu a segurança, suspendendo as medidas até a decisão final da Ação Civil Pública n.º 0014759.40.2015.403.6105, em trâmite no Tribunal Regional Federal da 3ª Região (TRF-3). O TRT-15 informou ao TCU sobre todas as providências tomadas. Atualmente, a Ação Civil Pública encontra-se em fase recursal.

Acórdão n.º 4470/2020 - TCU - 2ª Câmara

O TCU determinou a cessação do pagamento da vantagem denominada “opção” (Art. 2º da Lei n.º 8.911/1994 (c/c artigo 18 da Lei n.º 11.416/2006), referente ao Art. 193 da Lei n.º 8.112/1990 e a adequação das parcelas incorporadas de quintos/décimos à decisão do STF no RE 638.115/CE, porém, o servidor permanece recebendo a vantagem em razão de sentença judicial vigente, e também as parcelas incorporadas, pois ocorreram antes de 08/4/1998.



Gestão de Pessoas

Acórdão n.º 11189/2020 - TCU - 2ª Câmara

O TCU determinou a cessação do pagamento da vantagem denominada “opção”, referente ao Art. 193 da Lei n.º 8.112/1990, e a adequação das parcelas incorporadas de quintos/décimos à decisão do STF no RE 638.115/CE, porém, a servidora permanece recebendo a vantagem em razão de sentença judicial vigente, e também as parcelas incorporadas, pois é beneficiária de decisão judicial transitada em julgado, além de também estar amparada pela Lei n.º 14.687/2023, que alterou a Lei n.º 11.416, de 15 de dezembro de 2006, em especial o seu artigo 4º, que, por sua vez, acrescentou o parágrafo único ao artigo 11 da Lei n.º 11.416/2006, segundo o qual “As vantagens pessoais nominalmente identificadas de caráter permanente, incorporadas aos vencimentos, aos proventos e às pensões das(os) servidoras(es) das Carreiras dos Quadros de Pessoal do Poder Judiciário, inclusive aquelas derivadas da incorporação de quintos ou décimos de função comissionada, não serão reduzidas, absorvidas ou compensadas pelo reajuste das parcelas remuneratórias dos anexos desta Lei.”

Acórdão n.º 18126/2021 – TCU – 2ª Câmara

O TCU determinou a adequação das parcelas incorporadas de quintos/décimos à decisão do STF no RE 638.115/CE, porém, a servidora permanece recebendo tais parcelas incorporadas, pois é beneficiária de decisão judicial transitada em julgado, além de também estar amparada pela Lei n.º 14.687/2023, que alterou a Lei n.º 11.416, de 15 de dezembro de 2006, em especial o seu artigo 4º, que, por sua vez, acrescentou o parágrafo único ao artigo 11 da Lei n.º 11.416/2006, segundo o qual “As vantagens pessoais nominalmente identificadas de caráter permanente, incorporadas aos vencimentos, aos proventos e às pensões das(os) servidoras(es) das Carreiras dos Quadros de Pessoal do Poder Judiciário, inclusive aquelas derivadas da incorporação de quintos ou décimos de função comissionada, não serão reduzidas, absorvidas ou compensadas pelo reajuste das parcelas remuneratórias dos anexos desta Lei.”

Acórdãos

- n.º 7973/2021 – TCU – 2ª Câmara
- n.º 12472/2021 – TCU – 2ª Câmara
- n.º 15261/2021 – TCU – 2ª Câmara
- n.º 16470/2021 – TCU – 2ª Câmara
- n.º 17209/2021 – TCU – 2ª Câmara
- n.º 17229/2021 – TCU – 2ª Câmara
- n.º 18129/2021 – TCU – 2ª Câmara
- n.º 19016/2021 – TCU – 2ª Câmara
- n.º 19018/2021 – TCU – 2ª Câmara

O TCU determinou a adequação das parcelas incorporadas de quintos/décimos à decisão do STF no RE 638.115/CE, porém, as servidoras e os servidores respectivos permanecem recebendo as referidas parcelas incorporadas, pois são beneficiários de decisão judicial transitada em julgado, além de também estar amparada pela Lei n.º 14.687/2023, que alterou a Lei n.º 11.416, de 15 de dezembro de 2006, em especial o seu artigo 4º, que, por sua vez, acrescentou o parágrafo único ao artigo 11 da Lei n.º 11.416/2006, segundo o qual “As vantagens pessoais nominalmente identificadas de caráter permanente, incorporadas aos vencimentos, aos proventos e às pensões das(os) servidoras(es) das Carreiras dos Quadros de Pessoal do Poder Judiciário, inclusive aquelas derivadas da incorporação de quintos ou décimos de função comissionada, não serão reduzidas, absorvidas ou compensadas pelo reajuste das parcelas remuneratórias dos anexos desta Lei.”



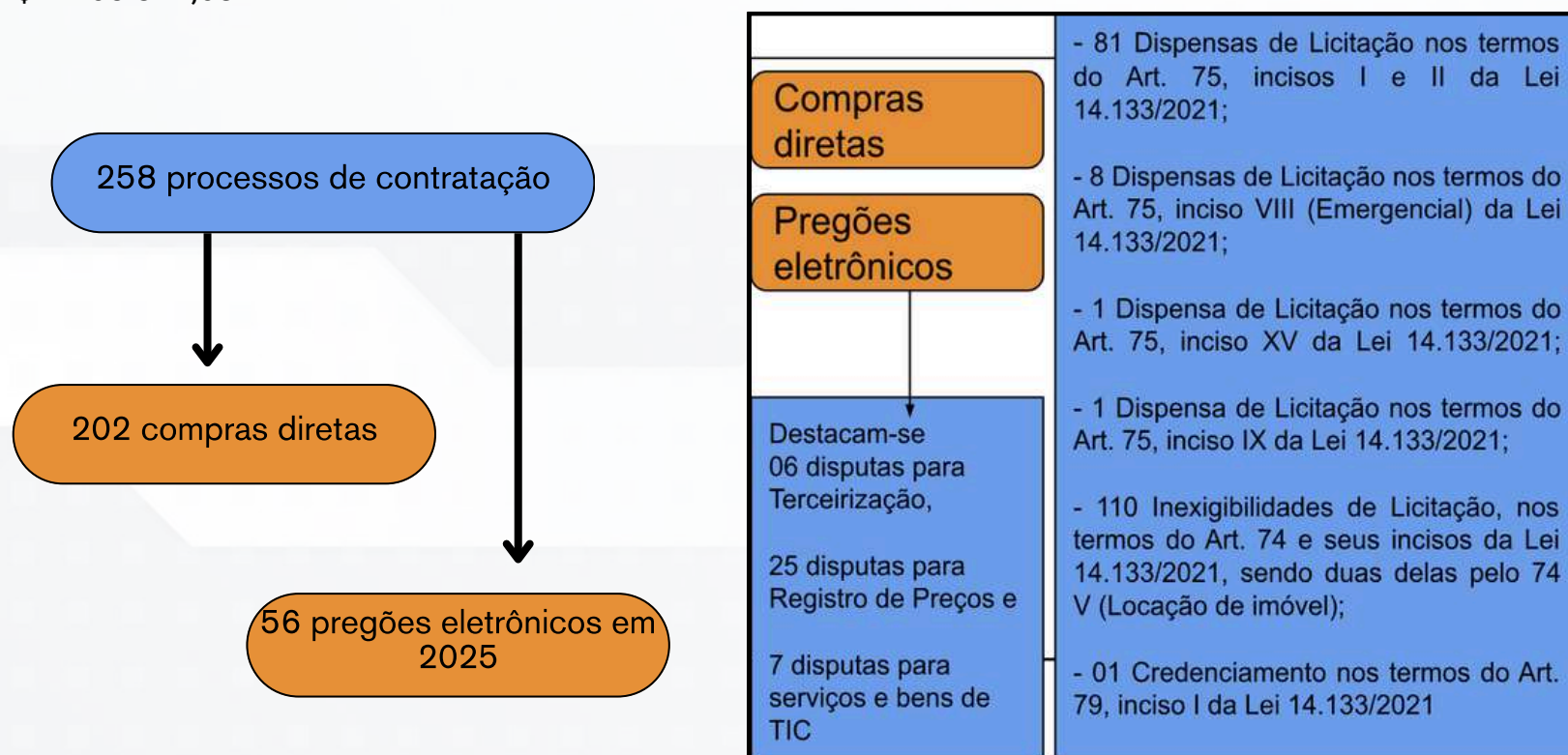
Gestão de Licitações e Contratos

CONTRATAÇÕES MAIS RELEVANTES

Entre as contratações realizadas no exercício de 2025, destacam-se aquelas relacionadas ao funcionamento administrativo do Tribunal, tais como locações de imóveis, realizadas por meio de inexigibilidade de licitação, bem como serviços de apoio administrativo, vigilância, limpeza e manutenção predial, contratados majoritariamente mediante procedimentos licitatórios.

Também se destacam as ações de capacitação de servidoras(es) promovidas pela Escola Judicial, voltadas ao aprimoramento profissional e ao aperfeiçoamento dos procedimentos institucionais.

No âmbito da Tecnologia da Informação e Comunicação, figuram entre as contratações mais relevantes a subscrição de *softwares* de virtualização de servidoras(es), redes e armazenamento do fabricante VMware, pelo período de 24 meses, com valor total estimado de R\$ 2.180.443,20, bem como a contratação de empresa para aquisição de solução de rede óptica GPON, pelo prazo de 60 meses, com custo estimado de R\$ 1.765.342,68.



JUSTIFICATIVAS DAS CONTRATAÇÕES

As contratações realizadas no período justificam-se pela necessidade de assegurar a continuidade e a qualidade da prestação jurisdicional, por meio do fortalecimento da infraestrutura administrativa do Tribunal.

Os investimentos concentram-se no aprimoramento das áreas de apoio, com vistas à disponibilização de infraestrutura adequada, garantia da segurança das informações, atualização das soluções de Tecnologia da Informação e Comunicação e qualificação contínua das(os) servidoras(es) responsáveis pela execução de atividades especializadas.

Nesse contexto, os investimentos na área administrativa contribuem diretamente para a criação de condições adequadas ao pleno desempenho das atividades finalísticas do Tribunal.

Gastos por finalidade		
Tecnologia da Informação	Funcionamento administrativo	Outros (correios, honorários periciais, material permanente, publicidade e comunicação, etc)
R\$19.377.783,19	R\$101.193.985,44	R\$48.021.282,36

TOTAL
R\$ 168.593.050,99

* Valores retirados do relatório de execução 2025 do SIGEO-JT



Gestão de Licitações e Contratos

FUNCIONAMENTO ADMINISTRATIVO

Tipo	Valor
Locação de imóveis, incluindo seguro, IPTU, taxas e condomínios.	R\$28.448.262,34
Energia, água, telefonia, telefonia móvel, iluminação pública, gás	R\$8.759.326,64
Apoio técnico administrativo (receptionistas, motoristas, auxiliares, telefonistas, estagiários, entre outros)	R\$16.794.392,80
Vigilância e brigada	R\$18.847.113,06
Limpeza e conservação	R\$13.558.932,67
Manutenções prediais (manutenções civis, manutenção de elevador/ar condicionado/ central telefônica, entre outros)	R\$6.824.116,97
Escola Judicial (cursos, licenças, assinaturas, diárias, entres outros)	R\$1.951.948,48
Alarmes, CFTV, catracas, sistemas de incêndio, extintores, sinalização emergência, manutenção de veículos, combustíveis e pedágios	R\$3.166.086,41
Outros (materiais de consumo, publicações oficiais, passagens aéreas, logística de transportes, licenças e assinaturas, etc)	R\$2.843.806,07

* Valores retirados do relatório de execução 2025 do SIGEO-JT

PRINCIPAIS CONTRATAÇÕES DIRETAS DE MAIOR VULTO

Objeto	Finalidade	Valor
Contratação do CIEE - Centro de Integração Empresa Escola - para operacionalização do Concurso Público para vagas de estágio	Apoio administrativo	R\$1.346.640,00
Locação de imóvel - Bauru	Locação	R\$4.080.000,00
Contratação de serviços unificados de suporte para plataforma Microsoft (Microsoft Unified Support Services) pelo período de 12 (doze) meses.	Licença TIC	R\$440.655,45
Prorrogação de Contrato Oracle	Licença TIC	R\$263.827,62

* Valores retirados dos processos de contratação direta.



Gestão de Licitações e Contratos

CONFORMIDADE LEGAL

As licitações e contratações do Tribunal são conduzidas em conformidade com os normativos aplicáveis à administração pública, destacando-se:

- Lei nº 14.133/2021 (Lei de Licitações e Contratos Administrativos);
- Lei Complementar nº 123/2006;
- Decretos nº 9.507/2018, nº 11.462/2023, nº 8.538/2015 (alterado pelo Decreto nº 10.273/2020) e nº 7.983/2013 (alterado pelos Decretos nº 10.132/2019, nº 11.855/2023 e nº 11.997/2024);
- Guia de Contratações Sustentáveis do CSJT (4ª edição);
- Ato Regulamentar TRT15 GP nº 004/2023 e seus anexos (manuais de contratação, pesquisa de preços, licitações, dispensa eletrônica, gestão contratual, locação de imóveis, apuração de descumprimentos contratuais e controle patrimonial);
- Ato Regulamentar TRT15 GP nº 008/2022, que dispõe sobre o enquadramento de bens de consumo nas categorias de qualidade comum e de luxo;
- Ato Regulamentar TRT15 GP nº 005/2023, que institui a Política de Governança e Gestão das Contratações Públicas;
- Ato Regulamentar TRT15 GP nº 006/2023, que dispõe sobre a Política de Integridade das Contratações;
- Código de Ética das(os) servidoras(es) do TRT-15 (Resolução Administrativa nº 007/2020);
- Resolução CNJ nº 347/2020 e Resolução CSJT nº 364/2023;
- Instruções Normativas do Ministério da Gestão e da Inovação em Serviços Públicos, especialmente IN SEGES nº 65/2021, IN nº 05/2017, IN nº 03/2018 e IN nº 40/2020;
- Acórdãos e jurisprudência do Tribunal de Contas da União.



Para contratações de Tecnologia da Informação e Comunicação, observam-se ainda o Guia para Contratação de Soluções de TIC e a Resolução CNJ nº 468/2022 e suas alterações.

Destacam-se também:

Contratações de baixo valor: obras e serviços de engenharia até R\$ 125.451,15 e demais serviços e compras até R\$ 62.725,59, nos termos do art. 75, incisos I e II, da Lei nº 14.133/2021, para o exercício de 2025;

Inexigibilidade de licitação: nos termos do art. 74 da Lei nº 14.133/2021.



Gestão de Licitações e Contratos

OBJETIVOS ESTRATÉGICOS

A adoção de boas práticas na gestão de licitações e contratos busca criar condições para o alcance dos objetivos estratégicos do Tribunal, garantindo suporte adequado à realização de sua missão institucional e ao aprimoramento da prestação jurisdicional.



PRINCIPAIS DESAFIOS E AÇÕES FUTURAS

O planejamento das contratações permanece como um dos principais desafios institucionais, uma vez que orienta todas as etapas subsequentes do processo de contratação, contribuindo para a prevenção de contratações emergenciais, aditivos contratuais e outras situações que possam comprometer a eficiência administrativa.

O tema do planejamento foi incorporado como princípio pela Lei nº 14.133/2021, embora já fosse reconhecido como prática essencial pelas Resoluções nº 347/2020 do CNJ e nº 364/2023 do CSJT, bem como por reiterados entendimentos do Tribunal de Contas da União.

Nesse sentido, a Secretaria da Administração, por meio de unidade específica dedicada ao tema, tem promovido ações voltadas ao fortalecimento da cultura de planejamento das contratações administrativas, com a revisão de procedimentos e o aperfeiçoamento das rotinas institucionais.

Entre os desafios institucionais também se destacam a qualificação contínua das(os) servidoras(es) e o aprimoramento da gestão de riscos aplicada às contratações públicas, de modo a assegurar processos mais seguros, eficientes e alinhados às boas práticas de governança.

Cumprir registrar, ainda, que a entrada em vigor da Lei nº 14.133/2021 trouxe mudanças substanciais no processo de contratação pública, exigindo atualização normativa, padronização de procedimentos e capacitação permanente das(os) servidoras(es). A implementação dessas medidas teve início em 2023 e segue sendo aprimorada nos exercícios subsequentes, com vistas à plena consolidação do novo regime jurídico das contratações públicas.





Gestão Patrimonial e Infraestrutura

INVESTIMENTOS EM CAPITAL

Os investimentos realizados no exercício de 2025 foram conduzidos em consonância com o Plano Estratégico Institucional 2021–2026, especialmente com os seguintes direcionadores estratégicos:



OBJETIVO ESTRATÉGICO:

Na condição de Justiça ágil e efetiva, continuar contribuindo para a pacificação social e o desenvolvimento sustentável do país.



VISÃO INSTITUCIONAL:

Fortalecer a governança e a gestão estratégica.



VALORES:

Acessibilidade e responsabilidade socioambiental.

Gastos com Utensílios e Mobiliários

Objeto	Valor
Utensílios para substituição dos antigos (purificadores, bebedouros, refrigerador/ frigobar/ micro-ondas)	R\$43.391,90
Mobiliários em geral	R\$711.919,56
Equip/Ferramentas, projetores, impressoras, Plotter, ar condicionado	R\$318.262,35

* Valores retirados do relatório de execução 2025 do SIGEO-JT

DESAZIMENTO DE ATIVOS E DEMOBILIZAÇÃO

**R\$
R\$1.004.612,81**

em 11 processos por doação ou baixa administrativa

Administração Predial

Principais custos com serviços prediais

Serviços	Custo
Vigilância e brigada	R\$18.847.113,06
Limpeza e conservação	R\$13.558.932,67
Energia, água, telefonia, telefonia móvel, iluminação pública, gás	R\$8.759.326,64
Manutenção Predial (manutenções civis corretivas, manutenção de elevador/ar condicionado/ central telefônica, entre outros)	R\$6.824.116,97
TOTAL	R\$47.989.489,34

* Valores retirados do relatório de execução 2025 do SIGEO-JT



Gestão Patrimonial e Infraestrutura



PRÉDIOS GERENCIADOS

Próprios	Cedidos	Alugados
28	9	80

A alienação, a cessão, a transferência, a destinação e a disposição final ambientalmente adequadas de bens móveis são regidas pelo Decreto nº 12.785/2025, pela Lei 14.479/2022 que dispõe sobre a Política Nacional de Desfazimento e Recondicionamento de Equipamentos Eletroeletrônicos e sobre o Programa Computadores para Inclusão, pela Lei nº 12.305/2010 que institui a Política Nacional de Resíduos Sólidos e pelos Atos Regulamentares GP nº 01/2023 e 16/2023 deste Tribunal Regional do Trabalho da 15ª região e Acordo de Cooperação Técnica ACT 023/2025.

LOCAÇÕES

Equipamentos



R\$ 1.137.413,01 com alarme e monitoramento
R\$ 361.526,80 locação de No-breaks

Imóveis



R\$ 28.448.262,34 gastos com 80 imóveis locados (incluindo locação, seguro, IPTU, taxas e condomínios)

* Valores retirados do relatório de execução 2025 do SIGEO-JT

CONFORMIDADE LEGAL

Resolução de Acessibilidade: As construções e reformas de imóveis seguem as legislações e normas existentes, como a Resolução CSJT nº 70/2010 (e suas alterações), o Guia de Contratações Sustentáveis da Justiça do Trabalho, a Resolução CSJT nº 386/2024, as normas de acessibilidade (ABNT nº 9050 e suas alterações) e demais normas existentes da construção civil nas diversas áreas de atuação (estrutural, elétrica, hidráulica, PPCI, etc.)



As aquisições observam o Guia de Contratações Sustentáveis da Justiça do Trabalho (4ª edição), de modo a priorizar equipamentos com maior eficiência energética e menor consumo de água e energia, bem como mobiliário com características ergonômicas adequadas.

PRINCIPAIS DESAFIOS E AÇÕES FUTURAS

Entre os principais desafios institucionais relacionados à gestão patrimonial e à infraestrutura destacam-se:



Análise das edificações existentes, com o objetivo de racionalizar a ocupação dos imóveis e reduzir locações desnecessárias.



Otimização das reformas prediais, considerando o cenário de restrições orçamentárias, priorizando intervenções voltadas à segurança, acessibilidade e atendimento das necessidades essenciais das unidades.



Ampliação das medidas de sustentabilidade nas edificações, com foco na redução do consumo de energia elétrica, água e geração de resíduos.

Nesse contexto, foi concluída a instalação de sistemas de energia fotovoltaica nas unidades das Varas do Trabalho de Rio Claro, São João da Boa Vista e Barretos. Além disso, encontram-se em implantação novas usinas fotovoltaicas nas cidades de São José dos Campos, São José do Rio Preto, Lençóis Paulista e Botucatu, ampliando o uso de fontes renováveis de energia no âmbito do Tribunal.



Gestão da Tecnologia da Informação

CONFORMIDADE LEGAL E MODELO DE GOVERNANÇA DE TI

O modelo de governança de Tecnologia da Informação e Comunicação (TIC) adotado no Tribunal Regional do Trabalho da 15ª Região está alinhado às diretrizes estabelecidas pelo Conselho Nacional de Justiça (CNJ) e pelo Conselho Superior da Justiça do Trabalho (CSJT), tendo como referenciais normativos a Resolução CNJ nº 211/2015 e a Resolução CNJ nº 370/2021.

No âmbito institucional, destacam-se como instâncias de governança, além da Administração, a Comissão de Informática, o Comitê de Governança de TIC e o Comitê de Proteção de Dados e Segurança da Informação e Comunicação.

MONTANTE DE RECURSOS APLICADOS EM TI

Natureza da Despesa	Despesas Empenhadas	Despesas Pagas	Varição (%)
Investimentos	R\$6.247.661,61	R\$2.452.241,16	39,25%
Custeio	R\$19.400.890,03	R\$16.873.986,36	86,98%
Total	R\$25.648.551,64	R\$19.326.227,52	75,35%

Por cadeia de valor, a distribuição dos investimentos encontra-se demonstrada a seguir.



CONTRATAÇÕES MAIS RELEVANTES DE RECURSOS DE TI

Os recursos foram majoritariamente direcionados ao fortalecimento e à modernização da infraestrutura tecnológica do Tribunal, com destaque para a ampliação da segurança e da capacidade operacional dos sistemas, considerando o orçamento destinado à Tecnologia da Informação e Comunicação.

Neste sentido, as principais contratações foram :

- Aquisição de nova solução de *firewall*
- Aquisição de licenças e suporte a virtualização de servidores (*Vmware*)
- Aquisição de *Desktops*
- Aquisição de solução de XDR



Gestão da Tecnologia da Informação

PRINCIPAIS INICIATIVAS (SISTEMAS E PROJETOS) POR CADEIA DE VALOR

- Fortalecimento da infraestrutura de TIC
- Ações para melhora na segurança da informação de TIC
- Desenvolvimento de soluções próprias para a 1ª Instância

SEGURANÇA DA INFORMAÇÃO

A segurança da informação no Tribunal é conduzida por comitê específico, que atua de forma integrada com as questões relacionadas à proteção de dados pessoais, em conformidade com a Lei Geral de Proteção de Dados (LGPD).

No âmbito normativo, o Tribunal instituiu diretrizes e políticas voltadas à matéria, dentre as quais se destacam:



a Gestão de Segurança da Informação (GSI) –
Resolução Administrativa nº 023/2018

a Política Institucional de Segurança da Informação (PISI)
– Resolução Administrativa nº 004/2019

as Diretrizes Gerais de Segurança da Informação (DGSi)

PRINCIPAIS DESAFIOS, AÇÕES E PERSPECTIVAS

Entre os principais desafios institucionais, destacam-se a necessidade de manter a infraestrutura de TIC alinhada ao crescimento da demanda por soluções tecnológicas e às iniciativas de incorporação da inteligência artificial como ferramenta de apoio às atividades institucionais.

Nesse sentido, o Tribunal busca aprimorar continuamente a segurança da informação, por meio da adoção de medidas voltadas à mitigação dos riscos inerentes ao processo de transformação digital em curso no Poder Judiciário brasileiro, assegurando maior resiliência, confiabilidade e proteção dos dados institucionais.





Escola Judicial

AÇÕES DE FORMAÇÃO E APERFEIÇOAMENTO

A Escola Judicial (Ejud-15) é o órgão do Tribunal Regional do Trabalho da 15ª Região responsável pela formação e pelo aperfeiçoamento de magistradas(os), servidoras(es) e estagiárias(os), bem como pela produção e divulgação de estudos. Sua atuação visa ampliar o acesso, a eficiência e a celeridade da prestação jurisdicional – atributos de valor para a sociedade que integram o Plano Estratégico Institucional e orientam as iniciativas da Escola.

Em consonância com a missão estratégica do Tribunal – “realizar justiça, no âmbito das relações de trabalho, contribuindo para a paz social e o fortalecimento da cidadania” –, a Escola planejou para 2025 diversas atividades formativas, tais como cursos, seminários, palestras e debates, a partir de levantamento de necessidades iniciado no exercício anterior junto a diferentes setores da 15ª Região.

Ao final deste relatório encontra-se anexa a relação completa das atividades oferecidas ao longo de 2025, organizadas por programas, considerando as especificidades de cada público-alvo. Ressalte-se que diversas ações alcançaram mais de um segmento, especialmente no âmbito da formação continuada de magistradas(os) e servidoras(es).

DESTAQUES DOS PROGRAMAS DE FORMAÇÃO

O modelo híbrido – com atividades síncronas e assíncronas – predominou nas iniciativas da Ejud-15, possibilitando aos participantes optar pela presença física ou pelo acompanhamento remoto e ao vivo. Serão apresentadas a seguir algumas iniciativas relevantes.

Em razão da inexistência de juízas(es) não vitalícios na 15ª Região no período em referência, as atividades destinadas à magistratura concentraram-se no Programa de Formação Continuada de Magistradas(os), ofertadas em múltiplos formatos, como congressos, seminários, palestras, cursos e oficinas.

Entre essas iniciativas, destaca-se o “Encontro Anual de Magistradas e Magistrados”, ação tradicional no calendário da Escola Judicial e espaço privilegiado de integração entre juízas, juizes, desembargadoras e desembargadores do TRT-15. Além de fomentar o conagraçamento, o evento favorece o fortalecimento de vínculos profissionais e institucionais. Em 2025, foi realizado em formato híbrido, com duração de dois dias, facultando-se a participação presencial, na cidade de Serra Negra/SP, ou virtual. Foram desenvolvidas atividades sobre os temas “ética”, “comunicação” e “tecnologia”.



Ainda no âmbito da formação continuada da magistratura, promoveram-se visitas técnicas guiadas a grandes empresas situadas na jurisdição do Tribunal – Kenvue, Whirlpool, Toyota, Tools e Bosch – com enfoque em pesquisa de campo. As visitas permitiram aos participantes compreender tendências, desafios e inovações nos respectivos setores, bem como suas repercussões nas relações de trabalho.

No Programa de Formação Inicial de servidoras(es), foi realizado o curso a distância “Integração virtual de novas(os) servidoras(es)”, destinado exclusivamente àqueles com até dois anos de exercício na 15ª Região. Além dessa iniciativa específica, outras ações compartilhadas com a formação continuada contaram com a participação de servidoras(es) recém-ingressados, conforme indicado no anexo.

O Programa de Formação Continuada de servidoras(es), voltado a profissionais com mais de dois anos de exercício, concentrou o maior número de capacitações, em razão da amplitude do público atendido. Foram abordados temas como atendimento ao cidadão, Libras, precedentes, RPVs, mediação, protocolos de atuação e julgamento, minuta de voto, sentença líquida, inteligência artificial, PANGEA, ação rescisória, linguagem simples, inclusão de pessoas com deficiência, combate ao racismo, trabalho seguro, trabalho análogo ao escravo, trabalho infantil, sustentabilidade e prevenção ao assédio.

No âmbito do Programa de Formação de Gestores, destinado a ocupantes de cargos ou funções gerenciais nas esferas administrativa e judicial, foram ofertados os cursos “Desenvolvimento gerencial”, com enfoque na gestão intencional dos afetos e das relações, e “Liderança para a inovação”.



Escola Judicial

Integraram ainda os programas de formação continuada dois eixos específicos:

Programa de Segurança Cibernética

Instituído em observância à Resolução nº 396/2021 do CNJ, com três palestras de sensibilização sobre “I.A. segura e descomplicada”, “privacidade de dados e proteção de informações sensíveis” e “proteção contra ataques gerados por I.A.”;



Programa de Formação de Mediadores

Incluiu curso de formação continuada voltado a profissionais que já atuam nos centros de conciliação, em atendimento à Resolução nº 288/2021 do CSJT, sobre o tema “Tecnologia, IA, CHAT-JT e Mediação na Justiça do Trabalho”, além de curso de formação inicial de novos mediadores e supervisores de CEJUSC-JT.



Além das iniciativas diretamente promovidas pela Ejud-15, magistradas(os) e servidoras(es) tiveram acesso a ações a distância compartilhadas pelas Escolas Judiciais de outros Tribunais e pela ENAMAT, divulgadas por meio do e-mail institucional.

AÇÕES CONJUNTAS COM COMISSÕES, COMITÊS E SUBCOMITÊS

Parte das atividades realizadas em 2025 resultou de articulação entre a Escola Judicial e comissões, comitês e subcomitês da 15ª Região, ampliando o debate sobre temas contemporâneos e promovendo visão crítica e interdisciplinar.

Entre os parceiros institucionais, destacam-se a Comissão de Responsabilidade Socioambiental e do Meio Ambiente do Trabalho, a Comissão de Acessibilidade e Inclusão, o Comitê de Ética, o Comitê de Erradicação do Trabalho Infantil e Estímulo à Aprendizagem, o Comitê Programa Trabalho Seguro, o Comitê para Erradicação do Trabalho Escravo e do Tráfico de Pessoas, o Comitê de Proteção de Dados e Segurança da Informação, o Subcomitê de Combate ao Assédio, o Subcomitê de Direitos Humanos, o Subcomitê de Equidade e Combate à Discriminação e o Subcomitê de Acessibilidade e Inclusão, conforme detalhamento constante do anexo.

VISITAS DE ESTUDANTES AO TRIBUNAL

A “Visita de Estudantes” constitui ação presencial alinhada ao Objetivo Estratégico de fortalecimento da comunicação e das parcerias institucionais. A iniciativa busca aproximar o Tribunal da sociedade, permitindo que universitários conheçam as instalações da sede, assistam a sessão de julgamento, visitem o Plenário e o Centro de Memória, além de participarem de palestra e diálogo com magistrada(o) convidada(o).

Em 2025, foram atendidas 16 instituições de ensino, totalizando 296 estudantes distribuídos em sete edições.





Escola Judicial

PESQUISA E PUBLICAÇÕES JURÍDICAS

A Seção de Pesquisa e Publicações Jurídicas publicou, em 2025, duas edições da Revista do Tribunal e duas do Caderno de Doutrina e Jurisprudência. Todas as obras editadas pela Ejud-15 estão disponíveis gratuitamente no portal da Biblioteca do Tribunal.



[Acesse a Revista Eletrônica do TRT-15](#)



CONCLUSÃO

O Plano Anual de Atividades da Escola Judicial, em razão de seu compromisso com as necessidades formativas do Tribunal, deve manter flexibilidade para contemplar demandas identificadas ao longo do exercício, buscando compatibilizar a oferta de capacitações com os recursos orçamentários e humanos disponíveis.

Nos últimos anos, a unidade demonstrou resiliência ao adaptar seus formatos diante dos desafios impostos pela pandemia de Covid-19, incorporando aulas telepresenciais ao vivo e ampliando cursos a distância assíncronos. Esse movimento possibilitou alcançar público mais amplo, inclusive em localidades distantes da 15ª Região, com redução de custos e otimização do tempo dos participantes. Atualmente, o canal da Escola Judicial da Justiça do Trabalho no YouTube ultrapassou 12.000 inscritos, configurando-se como o maior entre as Escolas Judiciais da Justiça do Trabalho.



Superado o período excepcional da pandemia, 2025 foi marcado pela retomada expressiva de atividades presenciais, sem prejuízo da manutenção das transmissões *online* ao vivo.

O exercício foi encerrado com 126 ações de capacitação, diretamente oferecidas ou apoiadas pela Ejud-15, totalizando mais de 1.000 horas de formação e 11.177 participações certificadas. Destas, 74 também foram abertas ao público externo.

Resumo dos resultados por programa em 2025

Formação Continuada de Magistradas(os): 104 ações e 2.145 certificações

Formação Inicial de Servidoras(es): 5 cursos e 25 certificações

Formação Continuada de Servidoras(es): 115 atividades e 6.436 certificações

Formação de Gestoras(es): 2 cursos e 420 certificações

Público externo, colaboradoras(es) e estagiárias(os): 74 ações, com 2.021 participações presenciais e em transmissões ao vivo, além de mais de 22.500 visualizações das gravações no YouTube



Registra-se, ainda, a ampliação de 65% na participação de magistradas(os) em ações formativas, com média individual de 34,61 horas no primeiro semestre e 44,99 horas no segundo, superando o mínimo de 30 horas previsto na Resolução nº 28/2022 da ENAMAT.



Corregedoria Regional

ATIVIDADES CORREICIONAIS

A Corregedoria Regional realizou correições ordinárias em todas as unidades judiciárias de 1º grau, o principal momento para a fiscalização presencial e acompanhamento da regularidade dos trabalhos. Todas as atividades estão registradas nas atas de Correição, disponibilizadas no portal do Tribunal, em (link) <https://trt15.jus.br/corregedoria/correicoes/atas>

Foram correicionadas no ano de 2025:



ACOMPANHAMENTO DE DESEMPENHO DAS VARAS DO TRABALHO

Entre as ações de acompanhamento pela Corregedoria é possível destacar:

- **Análise de nomeação de Diretora(or) de Secretaria** - conforme Regimento Interno, art. 29, XXV e Ordem de Serviço nº 18/2018.
- **Acompanhamento de unidades** a partir da nomeação de nova(o) Juíza(Juiz) Titular - conforme Ordem de Serviço nº 15/2018 CR, com o objetivo de garantir que a vara envie esforços para que os resultados sejam mantidos ou melhorados a partir da posse da(o) nova(o) juíza(juiz), mediante análise comparativa dos índices oficiais (IGest).
- **Banco de Talentos**, com a aferição prévia de alguns conhecimentos dos candidatos, a fim de subsidiar as informações às juízas(juízes) que buscam conhecer servidoras(es) interessadas(os) em cargos de gestão, como mais um elemento que auxilie nessa escolha da(o) magistrada(o).
- **Equipe de Apoio à Primeira Instância** - acompanhando unidades com maior criticidade, com a realização de audiências e tramitação processual.
- **Escuta da Primeira Instância**, para viabilizar a aproximação entre as(os) diretoras(es) das unidades e a Corregedoria, pela melhor gestão de conhecimento, necessária para atingir os objetivos estratégicos no Regional. Em 2024 as reuniões seguiram ocorrendo em modalidade telepresencial
- **Especializa & Equaliza**, projeto de integração das equipes de secretarias de diferentes varas do trabalho, preservada, evidentemente, a separação de gabinetes e sem qualquer interferência na competência judicial. Até o final de 2025 todas as 153 Varas do Trabalho passaram a atuar organizadas em 10 Secretarias Conjuntas:



Corregedoria Regional

SECRETARIAS CONJUNTAS DO TRT-15

<p>Araraquara</p>	<p>Araraquara - 01a Vara Araraquara - 02a Vara Araraquara - 03a Vara Cravinhos Matão Porto Ferreira Bebedouro Jaboticabal - 01a Vara Jaboticabal - 02a Vara Mococa Pirassununga São Carlos - 01a Vara São Carlos - 02a Vara São José do Rio Pardo Taquaritinga</p>	<p>Campinas</p>	<p>Campinas - 01a Vara Campinas - 02a Vara Campinas - 03a Vara Campinas - 04a Vara Campinas - 05a Vara Campinas - 06a Vara Campinas - 07a Vara Campinas - 08a Vara Campinas - 09a Vara Campinas - 10a Vara Campinas - 11a Vara Campinas - 12a Vara Moji-Mirim Paulínia - 01a Vara Paulínia - 02a Vara</p>	<p>Piracicaba</p>	<p>Americana - 01a Vara Americana - 02a Vara Piracicaba - 01a Vara Piracicaba - 02a Vara Piracicaba - 03a Vara Araras Leme Mogi-Guaçu Rio Claro Sumaré Hortolândia Limeira - 01a Vara Limeira - 02a Vara Santa Bárbara d'Oeste São João da Boa Vista</p>	<p>Ribeirão Preto</p>	<p>Batatais Cajuru Franca - 01a Vara Franca - 02a Vara Ituverava Orlândia Ribeirão Preto - 01a Vara Ribeirão Preto - 02a Vara Ribeirão Preto - 03a Vara Ribeirão Preto - 04a Vara Ribeirão Preto - 05a Vara Ribeirão Preto - 06a Vara São Joaquim da Barra Sertãozinho - 01a Vara Sertãozinho - 02a Vara</p>	<p>São José dos Campos</p>	<p>Aparecida Caçapava Caraguatatuba Cruzeiro Guaratinguetá Jacareí - 01a Vara Jacareí - 02a Vara Lorena Pindamonhangaba São José dos Campos - 01a Vara São José dos Campos - 02a Vara São José dos Campos - 03a Vara São José dos Campos - 04a Vara São José dos Campos - 05a Vara São Sebastião Taubaté - 01a Vara Taubaté - 02a Vara Ubatuba</p>
<p>Bauru</p>	<p>Bauru - 01a Vara Bauru - 02a Vara Bauru - 03a Vara Bauru - 04a Vara Botucatu Itápolis Garça Jaú - 01a Vara Jaú - 02a Vara Lençóis Paulista - 01a Vara Lençóis Paulista - 02a Vara Marília - 01a Vara Marília - 02a Vara Ourinhos Pederneiras Santa Cruz do Rio Pardo Avaré</p>	<p>Jundiaí</p>	<p>Amparo Itu Jundiaí - 01a Vara Jundiaí - 02a Vara Jundiaí - 03a Vara Jundiaí - 04a Vara Jundiaí - 05a Vara Atibaia Bragança Paulista Campo Limpo Paulista Capivari Indaiatuba Itapira Itatiba Salto</p>	<p>Presidente Prudente</p>	<p>Adamantina Andradina Araçatuba - 01a Vara Araçatuba - 02a Vara Araçatuba - 03a Vara Assis - 01a Vara Assis - 02a Vara Birigui Dracena Lins Penápolis Presidente Prudente - 01a Vara Presidente Prudente - 02a Vara Presidente Venceslau Teodoro Sampaio Tupã</p>	<p>São José do Rio Preto</p>	<p>Barretos Catanduva - 01a Vara Catanduva - 02a Vara Fernandópolis Jales José Bonifácio Olímpia São José do Rio Preto - 01a Vara São José do Rio Preto - 02a Vara São José do Rio Preto - 03a Vara São José do Rio Preto - 04a Vara Tanabi Votuporanga</p>	<p>Sorocaba</p>	<p>Piedade São Roque Sorocaba - 01a Vara Sorocaba - 02a Vara Sorocaba - 03a Vara Sorocaba - 04a Vara Capão Bonito Itanhaém Itapetininga Itapeva Itararé Registro Tatuí Tietê</p>



Corregedoria Regional

ACOMPANHAMENTO DA PRODUTIVIDADE DE MAGISTRADAS(OS)

A Corregedoria realiza o acompanhamento sistemático de eventuais atrasos nos julgamentos proferidos por Juízas(es) de Primeiro Grau.

Além disso, o Regimento Interno do Tribunal atribui à Corregedoria a competência de prestar informações em diversos procedimentos administrativos relacionados à vida funcional das Juízas(Juízes), tais como:

- processos de promoção ao cargo de Juíza(Juiz) Titular;
- concessão de autorização para residência fora da sede da circunscrição ou jurisdição;
- composição da lista de Juízas(Juízes) Substitutas(os) para atuação em segunda instância;
- acesso ao cargo de Desembargadora(Desembargador) do Trabalho;
- entre outros procedimentos administrativos correlatos.



INSTAURAÇÃO DE PROCEDIMENTOS ADMINISTRATIVOS

Compete à Corregedoria instaurar de ofício as sindicâncias e as reclamações disciplinares, para fins de apuração de condutas de magistradas(os), podendo propor ao Tribunal a instauração de processos administrativos disciplinares quando necessário.



De maneira geral São recebidos também pedidos de providência, correções parciais e petições avulsas, bem como reclamações encaminhadas por parte da Ouvidoria do Tribunal envolvendo matéria de competência da Corregedoria Regional. Em regra, as petições apresentadas pelo público externo não envolvem questões disciplinares, mas procedimentais. As correções parciais, especialmente, verificam possíveis erros procedimentais que prejudiquem o bom andamento processual.

Durante o ano de 2025, foram instaurados e solucionados:

Espécie	Autuados	Solucionados
Correição Parcial	106	98
Pedido de Providências	389	389
Reclamação Disciplinar	17	14
Sindicância	0	0
Vitalicramento	0	0
Consulta Administrativa	123	113
Conflitos de Atribuição	26	16
Processo Administrativo	3	0
Processo Administrativo Disciplinar em face de Magistrado	0	3
TOTAL	664	633



Atuação da Unidade de Auditoria

VISÃO GERAL

A Secretaria de Auditoria do Tribunal Regional do Trabalho da 15ª Região tem como atribuição exercer atividade independente e objetiva de avaliação e consultoria, com a finalidade de agregar valor às operações da organização e apoiar a concretização dos objetivos institucionais. Sua atuação ocorre por meio da avaliação da eficácia dos processos de gerenciamento de riscos, dos controles internos, dos mecanismos de integridade e das estruturas de governança, em consonância com as melhores práticas de auditoria interna aplicáveis ao setor público.

Além das atribuições institucionais, a Secretaria observa determinações e diretrizes emanadas do Tribunal de Contas da União (TCU), do Conselho Nacional de Justiça (CNJ) e do Conselho Superior da Justiça do Trabalho (CSJT), assegurando a aderência aos normativos vigentes e contribuindo para o fortalecimento da governança do Tribunal.

O portfólio de serviços da unidade contempla:

▶ Atividades de Asseguração:

- ▶ Auditorias baseadas em riscos
- ▶ Auditorias coordenadas (mandatórias)
- ▶ Auditorias financeiras (mandatórias)
- ▶ Auditorias (mandatórias)

▶ Atividades de Consultorias

- ▶ Atividades de Fiscalização (mandatórias):
 - ▶ de Atos de Pessoal;
 - ▶ da Prestação de Contas

- ▶ Monitoramento das recomendações expedidas
- ▶ Interlocução institucional no atendimento a diligências e auditorias externas
- ▶ Atividades administrativas de governança e suporte à função de auditoria

A atuação da Secretaria é orientada por uma abordagem sistemática baseada em riscos, tanto na elaboração do Plano Anual de Auditoria quanto na execução dos trabalhos, direcionando esforços para processos, áreas e temas que apresentam maior exposição ao risco institucional.

Do ponto de vista administrativo, a unidade está vinculada à Presidência do Tribunal e, funcionalmente, ao Tribunal Pleno, o que reforça sua independência e objetividade. Sua estrutura é composta por duas coordenadorias e conta, atualmente, com 11 servidoras(es).

DESEMPENHO DA SECRETARIA DE AUDITORIA

TRABALHOS REALIZADOS

Em 2025, a totalidade dos trabalhos previstos no [Plano Anual de Auditoria](#) foi executada, evidenciando elevada capacidade de entrega da unidade. Ao término de cada auditoria e atividade de monitoramento, os resultados foram formalmente comunicados à Presidência e às unidades auditadas, assegurando transparência, tempestividade e suporte qualificado à tomada de decisão



Atuação da Unidade de Auditoria

Entre os principais trabalhos realizados, destacam-se:

- auditoria financeira integrada com conformidade, voltada à certificação das contas do exercício de 2024;
- fiscalização do cumprimento da Prestação de Contas Anual, em atendimento à Instrução Normativa TCU nº 84/2020;
- fiscalização de 173 atos de pessoal, abrangendo aposentadorias, pensões e admissões, para fins de apreciação e registro pelo TCU;
- auditorias sobre o planejamento das aquisições de Tecnologia da Informação e sobre contratações de reparos e pequenas reformas;
- monitoramentos sistemáticos da implementação de recomendações relacionadas à governança das contratações públicas, à segurança institucional, à folha de pagamento, às descentralizações, à prevenção e ao combate a incêndios, à acessibilidade digital e ao planejamento estratégico institucional.

Essas entregas contribuíram diretamente para o aprimoramento dos controles internos, a mitigação de riscos relevantes e o fortalecimento da governança e da conformidade no âmbito do Tribunal.

CAPACITAÇÕES REALIZADAS



Em 2025, as(os) servidoras(es) da Secretaria de Auditoria totalizaram 1.371,5 horas de capacitação, demonstrando investimento contínuo no desenvolvimento de competências técnicas e comportamentais. Todas as ações previstas no [Plano Anual de Capacitação](#) foram realizadas, à exceção de uma, em razão de sua não oferta pelo CSJT.

As capacitações abrangeram temas estratégicos e especializados, como auditoria financeira aplicada ao setor público, modelos de maturidade e capacidade da auditoria interna, métodos ágeis voltados à melhoria dos processos de auditoria, análise de indícios de irregularidades em folha de pagamento, procedimentos relacionados à prestação de contas anual e ferramentas de apoio à gestão e à análise de informações financeiras. Também foram contemplados conteúdos jurídicos relevantes, com destaque para a legislação de licitações e previdenciária. De forma complementar, abordaram-se temas transversais e contemporâneos, como proteção de dados pessoais, acessibilidade digital e uso de linguagem simples no âmbito da Justiça do Trabalho.

A totalidade da equipe possui formação de nível superior, sendo que 90% detêm título de especialização e 9% título de mestrado, o que reforça a capacidade técnica da unidade.



Atuação da Unidade de Auditoria



PRÁTICA PREMIADA

Pelo segundo ano consecutivo, a Secretaria de Auditoria obteve reconhecimento no Prêmio Auditoria de Geração de Valor, promovido pelo Conselho Nacional de Justiça. Após conquistar o primeiro lugar em 2024, com a prática “Automação da Fiscalização dos Atos de Pessoal”, a unidade alcançou o terceiro lugar em 2025, no Eixo Eficiência e Desburocratização dos Processos, com a iniciativa “Gestão Ágil das Atividades de Auditoria”.

Esse reconhecimento evidencia o compromisso da unidade com a inovação, a eficiência administrativa e a disseminação de soluções replicáveis no âmbito do Poder Judiciário, ampliando o valor público gerado pela atuação da auditoria interna.

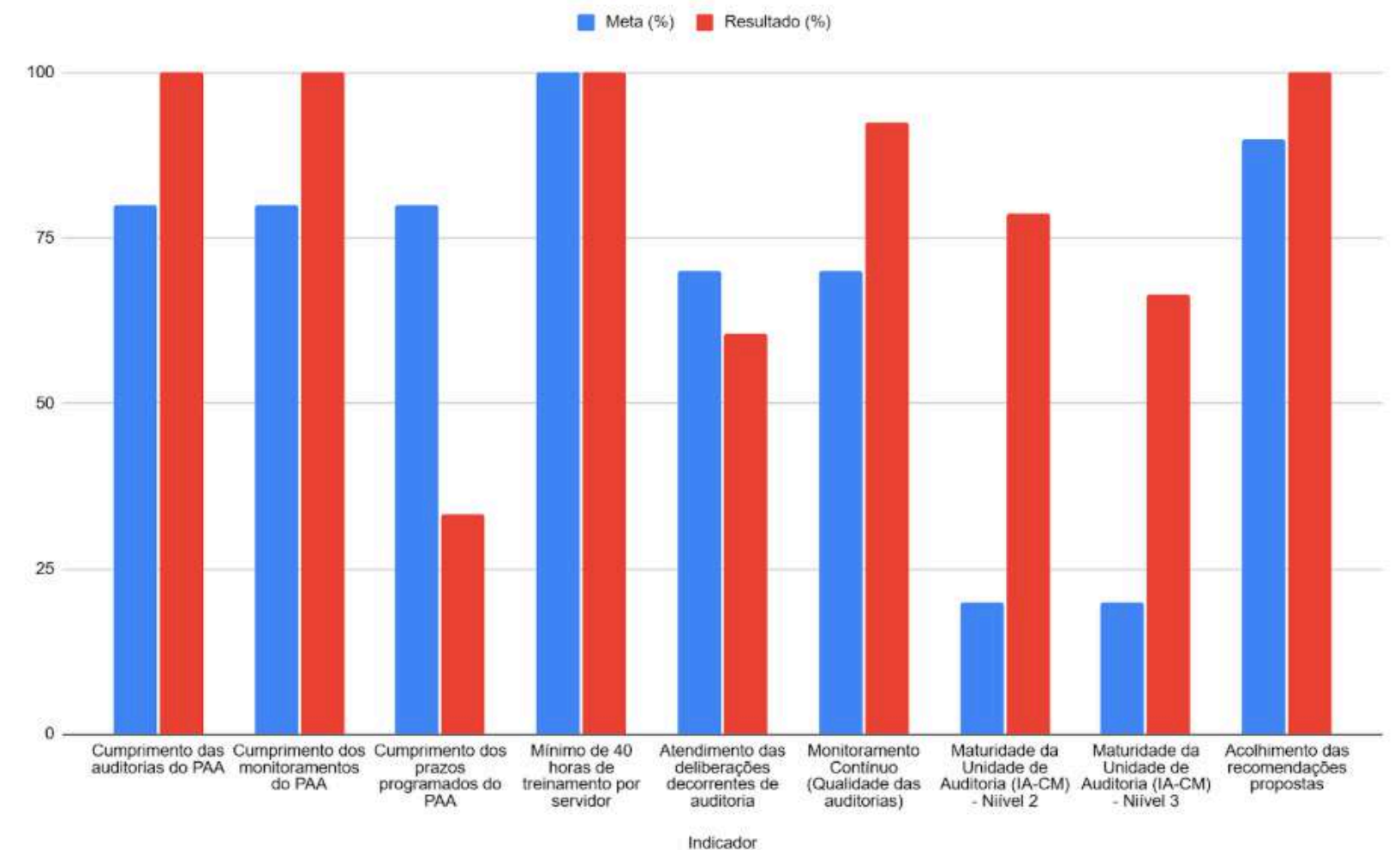
INDICADORES DE DESEMPENHO

O desempenho da Secretaria de Auditoria é acompanhado por meio de oito indicadores definidos pelo CSJT e de um indicador próprio da unidade, em alinhamento ao Programa de Qualidade da Auditoria da Justiça do Trabalho.

Entre os resultados apurados, destaca-se o indicador referente ao grau de maturidade da Unidade de Auditoria Interna, avaliado com base no Modelo de Capacidade de Auditoria Interna (IA-CM – *Internal Audit Capability Model*). Trata-se de referencial internacional, desenvolvido pelo Instituto dos Auditores Internos em parceria com o Banco Mundial, voltado ao setor público, que estabelece cinco níveis progressivos de maturidade, estruturados em atividades essenciais orientadas à melhoria contínua das práticas de auditoria governamental.

A primeira aferição da Unidade de Auditoria do TRT-15, realizada em 2025, evidenciou desempenho expressivo: 78,79% das atividades essenciais do Nível 2 e 66,38% do Nível 3 do IA-CM já se encontram institucionalizadas, superando com ampla antecedência as metas progressivas estabelecidas pelo CSJT, inclusive aquelas previstas para o horizonte de 2031 (2025: 20%; 2027: 35%; 2029: 50%; 2031: 65%).

Comparativo entre Metas e Resultados dos Indicadores de Auditoria Interna





Atuação da Unidade de Auditoria

RISCOS, DESAFIOS E PERSPECTIVAS FUTURAS

O principal desafio estrutural identificado refere-se à insuficiência do quadro de pessoal, especialmente quando comparado aos parâmetros mínimos definidos pelo Conselho Superior da Justiça do Trabalho para tribunais de grande porte, como o TRT-15. Atualmente, a Secretaria opera com 11, frente à recomendação mínima de 18, cenário que se agrava diante da crescente complexidade dos trabalhos, do aumento das demandas externas e da redução gradual da força de trabalho ao longo dos últimos anos.

Apesar dessas limitações, a unidade tem mantido elevado nível de desempenho, sustentada por priorização orientada por riscos, investimento contínuo em capacitação, uso de automação e adoção de metodologias ágeis e modernas de auditoria.

Nesse contexto, para assegurar a continuidade da entrega de resultados relevantes, consistentes e alinhados às expectativas da Alta Administração e dos órgãos de controle, mostra-se indispensável o apoio institucional, especialmente no reforço do quadro de pessoal e na adequação da estrutura organizacional da Secretaria de Auditoria.

O fortalecimento da unidade contribuirá para ampliar sua capacidade de atuação e potencializar sua contribuição para a boa governança, a transparência, a integridade e a geração de valor público, em benefício do Tribunal e da sociedade.





Inovação

IDENTIDADE INSTITUCIONAL E ALINHAMENTO ESTRATÉGICO

O Co.Labora 15 – Laboratório de Inovação e dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável é unidade vinculada à Presidência do TRT-15, criada em dezembro de 2022, com atuação regulamentada pela Resolução Administrativa nº 011/2021, alterada pela Resolução Administrativa nº 030/2024, e pela Resolução Administrativa nº 012/2024.

Sua atuação encontra-se alinhada à:

- Política de Gestão da Inovação do TRT-15
- Resolução CNJ nº 395/2021 e à Portaria CNJ nº 379/2024
- Estratégia Nacional do Poder Judiciário 2021–2026
- Agenda 2030, especialmente ao ODS 16, voltado à promoção de instituições eficazes, responsáveis e inclusivas



Missão



O Laboratório tem por missão identificar, desenvolver e auxiliar as unidades administrativas e judiciárias do TRT da 15ª Região na implementação de inovações que contribuam para a excelência operacional, a saúde organizacional e a efetividade da prestação jurisdicional e administrativa, com foco no jurisdicionado.

Valores



São valores do Co.Labora 15:

- I – colaboração;
- II – criatividade;
- III – transparência;
- IV – inclusão;
- V – sustentabilidade.

A identidade do Co.Labora 15 está integrada à estratégia institucional do TRT-15, atuando como instância de apoio aos processos finalísticos e como instrumento de operacionalização da Política de Gestão da Inovação. Nesse contexto, seus valores articulam-se às metas globais e ao papel catalisador da inovação no âmbito do Tribunal.

No campo da acessibilidade e inclusão, em consonância com o ODS 16, projetos como o Comunica PID contribuem para ampliar o acesso à Justiça e promover a paz social, reduzindo distâncias geográficas e digitais que afetam comunidades em situação de vulnerabilidade.



Quanto à eficácia e à transparência, o laboratório estimula a experimentação e o desenvolvimento de soluções cocriadas entre magistradas(os), servidoras(es) e demais atores institucionais, contribuindo para o aperfeiçoamento contínuo dos processos de trabalho, o fortalecimento da governança e a melhoria das práticas organizacionais.

No eixo de parceria e colaboração, em sintonia com o ODS 17, parte-se da premissa de que a inovação não se desenvolve de forma isolada, mas por meio de redes de cooperação que potencializam o uso de recursos públicos e favorecem a troca de conhecimentos e tecnologias.

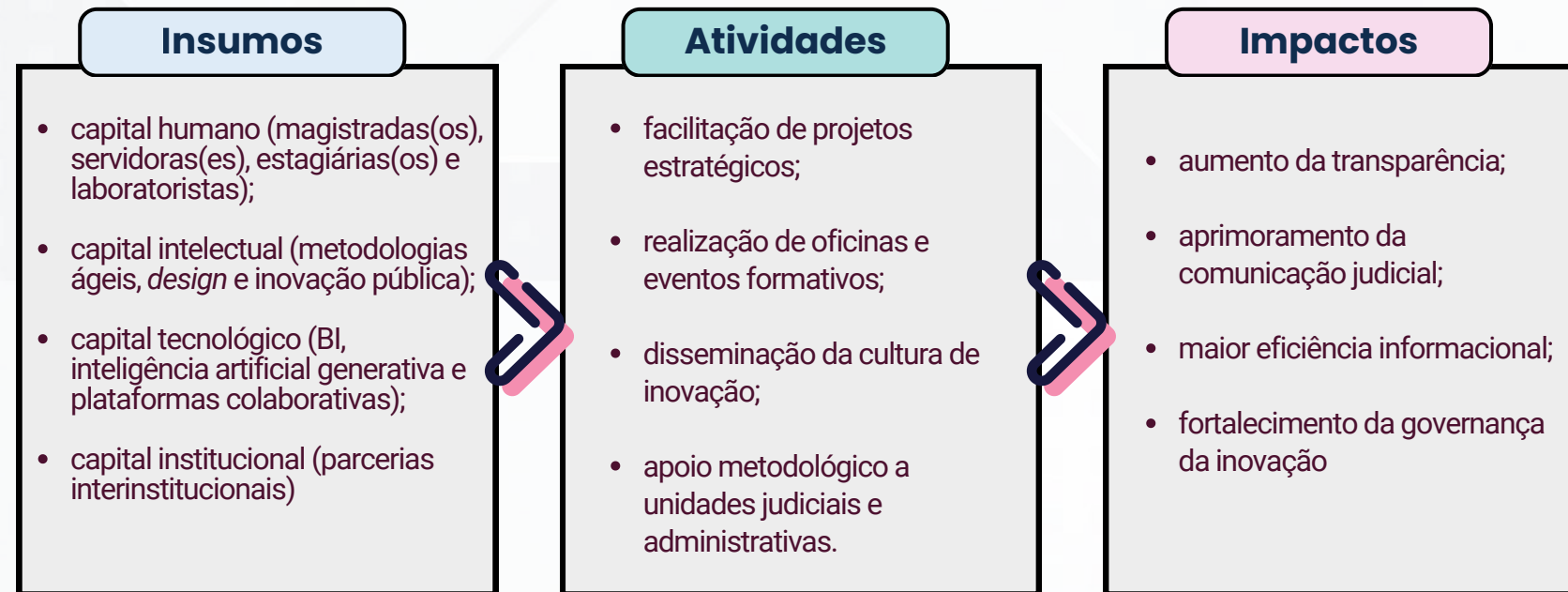


Essa base estratégica assegura que cada iniciativa desenvolvida pelo laboratório esteja vinculada a uma finalidade institucional clara: elevar a qualidade da Justiça entregue ao cidadão trabalhador



Inovação

MODELO DE ATUAÇÃO (MODELO DE NEGÓCIO)



INSTÂNCIAS INTERNAS DE GOVERNANÇA

- Alta Administração: Presidência e Vice-Presidências (decisão estratégica);
- Apoio estratégico: Assessoria de Gestão Estratégica, comitês e comissões;
- Controle e qualidade: Secretaria de Auditoria (integridade e *compliance*);
- Execução técnica: equipe multidisciplinar do Co.Labora 15.

PARCEIROS EXTERNOS E ECOSISTEMA DE INOVAÇÃO

- Conselhos Superiores: CNJ e CSJT (diretrizes nacionais);
- Tribunais parceiros: TJDFT, TRT-2, TRT-3, TJSP e TRE-SP;
- Rede de laboratórios de inovação: TRT-5, TRT-9, TRT-14 e TRT-24;
- Instituições de pesquisa e sociedade: IBGE, Unicamp e PUC-Campinas.

GOVERNANÇA, ECOSISTEMA E COLABORAÇÃO INTERINSTITUCIONAL

A arquitetura de governança do Co.Labora 15 reflete modelo de gestão compartilhada, capaz de assegurar agilidade sem afastar o rigor administrativo exigido pelos normativos de controle, em especial a Instrução Normativa TCU nº 84/2020. Essa estrutura contribui para a mitigação de riscos estratégicos, na medida em que a atuação em rede reduz o risco de obsolescência tecnológica e o desperdício de recursos públicos com soluções redundantes.

Além disso, a governança compartilhada favorece a revisão por pares entre tribunais e instituições parceiras, elevando o padrão técnico das soluções desenvolvidas.

EIXOS DE ATUAÇÃO EM 2025

A atuação do Co.Labora 15 no exercício de 2025 estruturou-se em cinco eixos estratégicos:

- Cultura de Inovação e Formação;
- Inteligência Artificial e Transformação Digital;
- Linguagem Simples e Acessibilidade;
- Transparência e Gestão da Informação;
- Articulação Interinstitucional e Apoio Estratégico.



Inovação

EIXO 1 – CULTURA DE INOVAÇÃO E FORMAÇÃO

PROGRAMA DIÁLOGOS INOVADORES



Programa mensal de debates sobre inovação, tecnologia, gestão, precedentes, sustentabilidade e linguagem simples, voltado ao público interno e externo, com transmissões pelo canal do Co.Labora 15 no YouTube.

Em 2025, a realização ocorreu predominantemente em formato telepresencial, com duas edições híbridas, alcançando aproximadamente 4.900 visualizações acumuladas no ano e consolidando-se como espaço institucional permanente de reflexão estratégica.

O programa fortalece a cultura de inovação e amplia o diálogo institucional com especialistas e integrantes do sistema de Justiça.

DICAS INOVADORAS EM 70 MINUTOS



Encontros telepresenciais bimestrais, voltados exclusivamente ao público interno.

Em 2025:

- 2 edições realizadas;
- mais de 360 participantes;
- compartilhamento prático de ferramentas de inteligência artificial aplicadas à atividade judicante.

ENCONTRO MENSAL DE LABORATORISTAS



Iniciativa voltada à formação de comunidade de prática para engajamento, alinhamento e acompanhamento de projetos.

A manutenção dessa comunidade favoreceu o apoio às iniciativas em desenvolvimento, a disseminação de boas práticas e a consolidação de modelo horizontalizado de tomada de decisões.

OUTRAS AÇÕES DE ENGAJAMENTO E DISSEMINAÇÃO

- programação comemorativa de 1 ano do espaço físico do Co.Labora 15;
- oficinas no Encontro Anual de Magistradas e Magistrados, em parceria com a EJud;
- projeto “Vínculos que Sustentam”, com 100% de aprovação nas avaliações.

IMPACTOS DO EIXO

- fortalecimento da cultura colaborativa;
- ampliação do engajamento institucional;
- redução da resistência à inovação;
- desenvolvimento de competências transversais.





Inovação

EIXO 2 – INTELIGÊNCIA ARTIFICIAL E TRANSFORMAÇÃO DIGITAL

A atuação nesse eixo concentrou-se na sensibilização, capacitação e governança do uso ético da inteligência artificial.

Projeto ApoiA

Ação formativa destinada ao segundo grau, com foco no uso ético e responsável de ferramentas de IA generativa, desenvolvida em parceria com a Escola Judicial.

Estrutura:

- oficina de abertura online;
- dois encontros telepresenciais;
- conclusão em dezembro de 2025

Projeto experiência 2G

Encontro presencial interativo destinado a desembargadoras(es) e servidoras(es) do segundo grau, com demonstração prática das ferramentas **Galileu** e **PangeaGAB**.

A iniciativa estimulou a experimentação segura e o diálogo sobre os limites éticos do uso dessas ferramentas

Implantação e apoio às ferramentas Galileu e PangeaGAB

- organização dos ambientes dos gabinetes na plataforma;
- apoio metodológico à implementação;
- padronização inicial de uso.

VALOR GERADO

- aumento da capacidade técnica;
- mitigação de riscos éticos;
- fortalecimento da governança da inovação tecnológica.



EIXO 3 – LINGUAGEM SIMPLES E ACESSIBILIDADE

O Programa Linguagem Simples consolidou-se como política institucional permanente no exercício de 2025.

Reconhecimento nacional

O Tribunal conquistou o **Selo Linguagem Simples 2025** do CNJ, alcançando a segunda maior pontuação entre os Tribunais Regionais do Trabalho, com cumprimento integral dos cinco eixos exigidos pela Portaria CNJ nº 191/2025:



- simplificação da linguagem em documentos;
- brevidade e objetividade nas comunicações;
- educação e capacitação do corpo técnico;
- uso de ferramentas tecnológicas;
- parcerias institucionais.

Projetos estruturantes

Legalmente Simples

Projeto voltado à simplificação de mandados judiciais, já com modelos em utilização.

Protocolo de Simplificação de Eventos

Cartilha elaborada, entregue e já incorporada ao uso institucional.

Cooperação acadêmica

Termo de cooperação com a EDUCORP/UNICAMP. Tratativas com a PUC-Campinas para desenvolvimento de projetos de Visual Law.

IMPACTOS

- ampliação do acesso à Justiça;
- redução de barreiras cognitivas;
- melhoria da comunicação institucional.





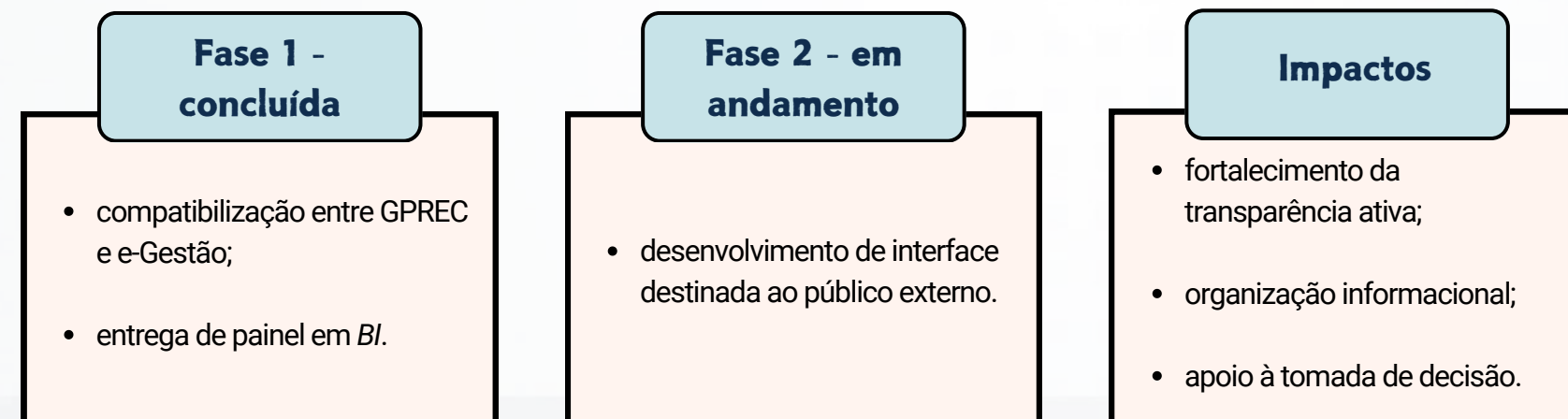
Inovação

EIXO 4 – TRANSPARÊNCIA E GESTÃO DA INFORMAÇÃO

ARTICULAÇÃO INTERINSTITUCIONAL E META 9 CNJ 2025

PROJETO PRECATÓRIO À VISTA

Iniciativa voltada a tornar as informações sobre precatórios e RPVs mais acessíveis e organizadas.



PROJETO INTEGRAÇÃO

Projeto voltado à melhoria da comunicação nas Secretarias Conjuntas.

Resultados alcançados:

- painel unificado;
- protótipos testados e validados;
- indicação ao Prêmio CNJ de Qualidade.



A atuação em rede consolidou-se como estratégia de mitigação de riscos e de otimização de recursos públicos.

Projeto IN-PACTO

Parceria TRT-15 e TRT-2

Desafio: Criação de ambiente digital seguro para mediações assíncronas integradas ao PJe.

Status:

- Protótipo testado e validado
- Aguarda cessão de tecnologia

Impacto esperado:

- Segurança jurídica
- Continuidade institucional das mediações
- Redução de informalidade tecnológica

Projeto Precatário à Vista

Parceria TRT-15 e TRT-3

- Fase 1 concluída
- Fase 2 em andamento

COOPERAÇÃO COM O IBGE

No âmbito do Acordo de Cooperação Técnica nº 03/2024, foi realizado curso de formação de mediadores, com:

- 63 horas de formação;
- 50 servidoras(es) capacitados.



Contribuições

- disseminação da cultura do diálogo;
- fortalecimento da atuação institucional externa.



Inovação

GOVERNANÇA, RISCOS E SUSTENTABILIDADE

Governança

- vinculação direta à Presidência;
- atuação transversal;
- baixo custo incremental;
- priorização do reaproveitamento de soluções existentes.

Principais Riscos

- Uso inadequado de IA
- Dependência de cooperação interinstitucional
- Resistência cultural

Oportunidades

- Escalabilidade nacional de soluções
- Ampliação da transparência ativa
- Consolidação da inovação como política institucional



DECLARAÇÃO DE CONFORMIDADE E GERAÇÃO DE VALOR

O exercício de 2025 consolidou o Co.Labora 15 como instrumento estratégico de apoio à governança da inovação no TRT-15.

O conjunto das ações implementadas evidencia aderência aos princípios da eficiência, da transparência e da responsabilidade institucional, nos termos da Instrução Normativa TCU nº 84/2020.

Destacam-se, nesse contexto:



- alinhamento estratégico;



- conexão entre insumos, atividades e resultados;



- geração de valor público mensurável;



- cumprimento integral da Meta 9 do CNJ no âmbito dos projetos indicados;



- conquista do Selo Linguagem Simples 2025, com a segunda maior pontuação da Justiça do Trabalho;



- fortalecimento institucional da governança da inovação.



Centro de Inteligência



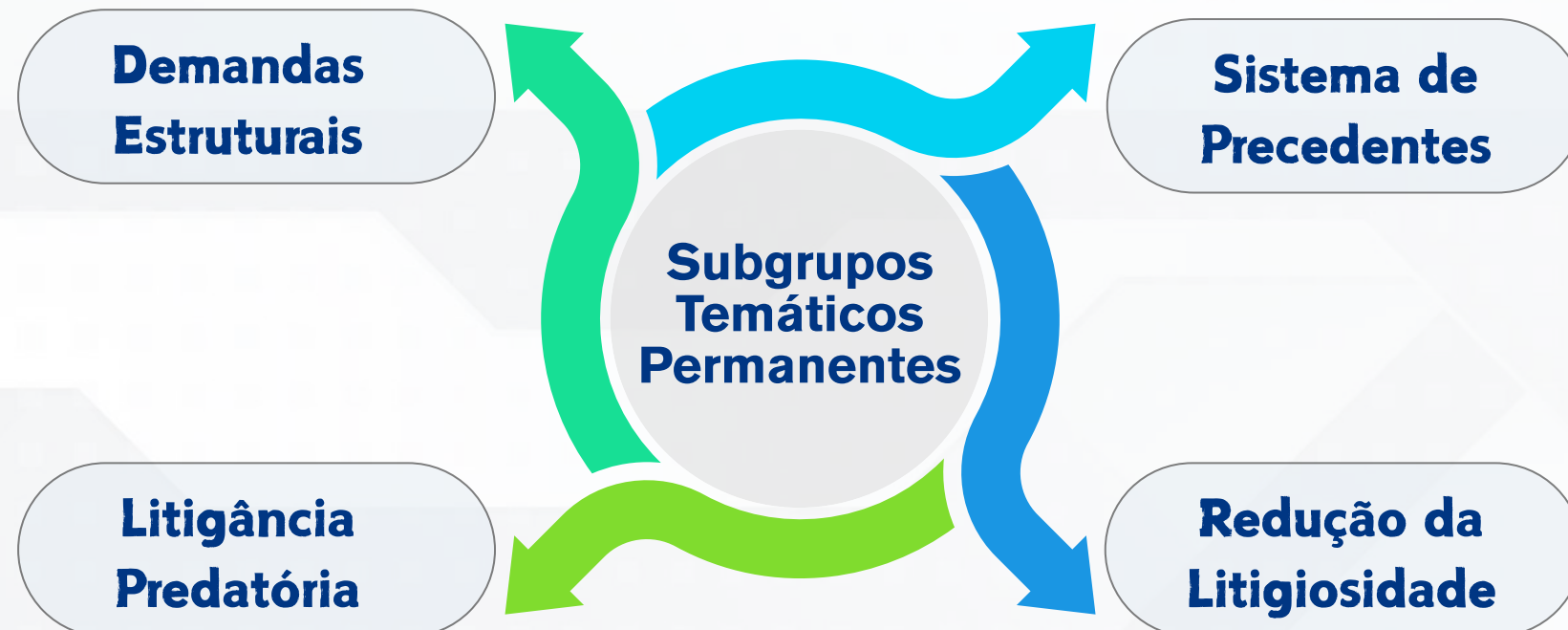
Em 2025, o Centro de Inteligência (CI) consolidou novo modelo de governança e funcionamento por eixos, aprovado no Grupo Decisório e referendado pelo Órgão Especial. A reestruturação previu a divisão do Grupo Operacional em quatro subgrupos temáticos permanentes – **Demandas Estruturais**, **Litigância Predatória**, **Sistema de Precedentes** e **Redução da Litigiosidade** –, além da possibilidade de criação de subgrupos transitórios para temas emergentes.

No período, também se destacaram a integração estrutural e operacional com o Nugepnac, o fortalecimento das entregas técnico-normativas e a ampliação da atuação orientada por dados, com produção de insumos estratégicos, como o Relatório de Inteligência “VTs de Piracicaba x Município”, que subsidiou discussões e encaminhamentos relacionados ao monitoramento preventivo de demandas repetitivas e de massa.

No campo da governança, a reestruturação aprovada em 10/03/2025 foi referendada pelo Órgão Especial em 12/06/2025, com posterior formalização da Resolução Administrativa nº 009/2025. A partir desse novo arranjo, o Grupo Operacional passou a atuar com maior especialização temática, favorecendo a coordenação dos trabalhos e a racionalização das atividades.

Entre as principais entregas técnico-normativas de 2025, destacam-se a apreciação de minuta de Nota Técnica Conjunta TRT-15/TRT-2 sobre adesão a precedentes obrigatórios e o aperfeiçoamento do protocolo de litigância predatória, consolidado por meio do Ato Regulamentar GP-VPJ-CR nº 001/2025, que reforçou instrumentos de monitoramento e controle, inclusive com uso de etiquetas virtuais no PJe.

No âmbito dos subgrupos temáticos, o **Subgrupo de Demandas Estruturais** avançou na definição de critérios para identificação e acompanhamento de processos estruturais, no diálogo institucional com o Ministério Público do Trabalho e na fase preparatória de Nota Técnica sobre Demandas Estruturais, alinhada à Recomendação CNJ nº 163/2025.





Centro de Inteligência

No **Subgrupo de Sistema de Precedentes**, houve atuação relevante na consolidação do sistema local de precedentes qualificados, com aperfeiçoamento procedimental do fluxo de IRDR e ampla difusão de teses jurídicas vinculantes. No exercício, foram divulgadas 15 teses jurídicas fixadas em IRDRs, contribuindo para maior uniformização decisória, previsibilidade e coerência jurisprudencial.

Já o **Subgrupo de Litigância Predatória** concentrou suas atividades na apuração de casos concretos, no aperfeiçoamento dos fluxos operacionais decorrentes do novo ato normativo e na estruturação de ações de difusão voltadas às unidades do primeiro grau, como cartilha orientativa, palestras por circunscrição e tutorial de procedimentos.

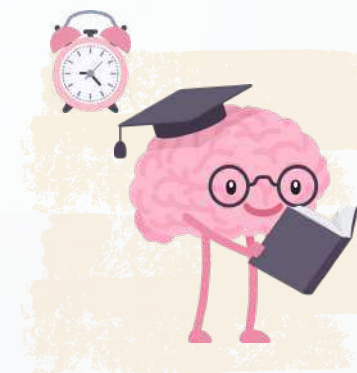
Por sua vez, o **Subgrupo de Redução da Litigiosidade** reforçou o uso de instrumentos de monitoramento proativo e discutiu acordos de cooperação voltados à diminuição de conflitos, com ênfase na detecção antecipada de distribuições anômalas e fenômenos repetitivos.

DISSEMINAÇÃO INSTITUCIONAL E FORMAÇÃO

Em 04/07/2025, a Escola Judicial do TRT-15, em parceria com o Centro de Inteligência, promoveu o seminário “Centro de Inteligência do Poder Judiciário”, dedicado à apresentação das atribuições, competências e formas de atuação dos Centros de Inteligência no âmbito do Judiciário. O evento abordou temas como litigância predatória, atuação preventiva e mecanismos de gestão de demandas repetitivas, contribuindo para ampliar a compreensão institucional sobre o papel estratégico dessas estruturas e fortalecer a cultura de inteligência no Tribunal.



O TRT-15 também participou do Seminário Internacional de Precedentes na Justiça do Trabalho, realizado no Tribunal Superior do Trabalho, em Brasília, em 21/08/2025, ocasião em que foi apresentada a experiência institucional do Tribunal na utilização da técnica de reafirmação de jurisprudência. A exposição destacou a consolidação de teses jurídicas em curto período de funcionamento do modelo e evidenciou boas práticas adotadas pelo Regional na gestão de precedentes, reforçando sua contribuição para o aprimoramento da uniformização jurisprudencial no âmbito da Justiça do Trabalho



No campo da comunicação institucional e da difusão de orientações práticas às unidades jurisdicionais, foi estruturado o projeto “Minuto Inteligente”, iniciativa do Centro de Inteligência voltada à produção de áudios curtos destinados a magistradas(os) e servidoras(es) do primeiro e segundo graus. A proposta busca ampliar a capilaridade da atuação do CI, facilitar a disseminação de fluxos e rotinas de trabalho e fortalecer a circulação de informações estratégicas relacionadas à prevenção de litigiosidade repetitiva e ao aprimoramento da gestão judicial.

Em síntese, o exercício de 2025 foi marcado pelo fortalecimento da governança do Centro de Inteligência, pelo aperfeiçoamento normativo e procedimental, pela ampliação da cooperação interinstitucional e pela consolidação de uma atuação orientada por dados, com foco na prevenção de litigiosidade repetitiva, na qualificação de diagnósticos e na formulação de respostas institucionais coordenadas.



5

INFORMAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS, FINANCEIRAS E CONTÁBEIS



Informações Orçamentárias, Financeiras e Contábeis

Este capítulo tem por objetivo apresentar as principais informações orçamentárias, financeiras, contábeis e de custos do Tribunal Regional do Trabalho da 15ª Região, bem como o desempenho da gestão no exercício, por meio da síntese de valores relevantes extraídos das Demonstrações Contábeis e de suas respectivas Notas Explicativas.

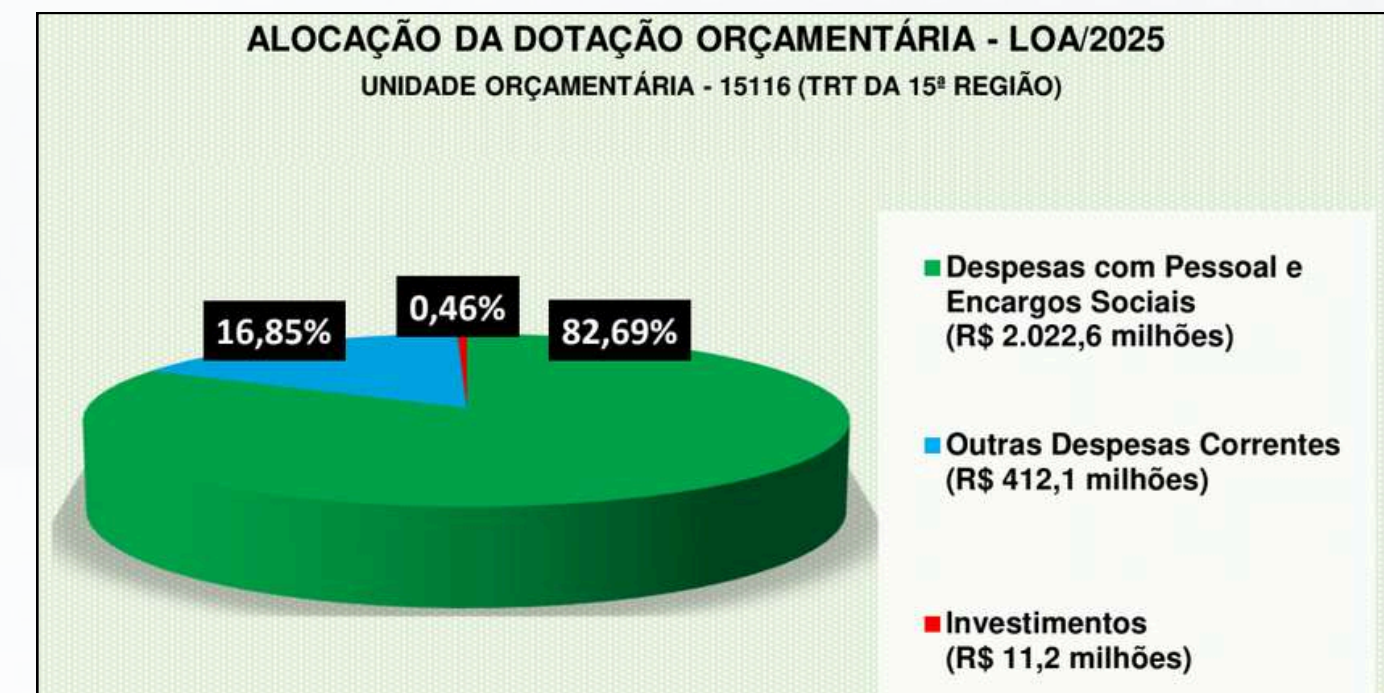
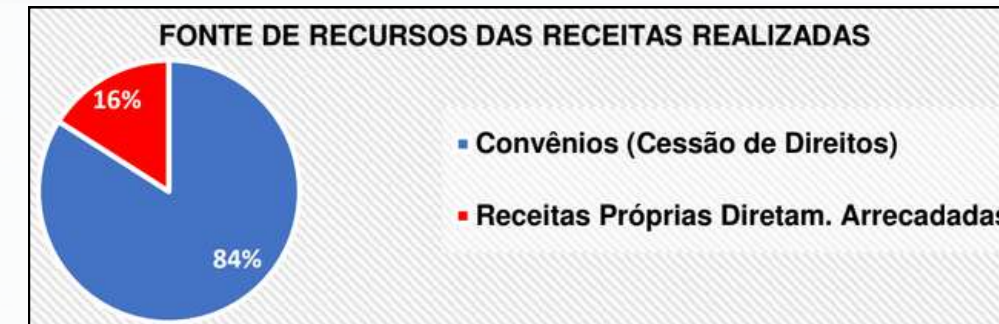
Resumo da situação financeira e contábil - Exercício 2025

Dotação Orçamentária		
Dotação Orçamentária LOA/2025		R\$ 2,446 bilhões
Descentralizações Internas e Externas		R\$ 37,4 milhões
Provisão (Interna)		R\$ 16 milhões
Destaque de Crédito (Externa)		R\$ 21,4 milhões
Dotação Total		R\$ 2,483 bilhões
Execução da Despesa Orçamentária		
Dotação Total	R\$ 2.483.285.252,46	% Execução
Empenhadas	R\$ 2.478.241.754,07	99,80%
Pagas	R\$ 2.423.020.738,52	97,60%
Inscritas em Restos a Pagar	R\$ 55.221.015,55	2,20%
Execução Financeira		
Ingressos Financeiros		R\$ 2.722.923.152,98
Dispêndios Financeiros		R\$ 2.662.399.757,94
Saldo Financeiro do Exercício		R\$ 60.523.395,04
Saldo de Caixa e Equivalentes Inicial		R\$ 89.826.046,15
Saldo de Caixa e Equivalentes Final		R\$ 150.349.441,19
Resultado Patrimonial		
Variações Patrimoniais Aumentativas		R\$ 2.654.480.043,77
Variações Patrimoniais Diminutivas		R\$ 2.936.635.593,26
Resultado Patrimonial do Período		- R\$ 282.155.549,49
Composição Patrimonial		
Ativos		R\$ 959.854.451,05
Passivos		R\$ 636.252.875,38
Patrimônio Líquido		R\$ 323.601.575,67

Fonte: Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal – SIAFI.

RECEITAS ORÇAMENTÁRIAS

No exercício de 2025, registrou-se excesso de arrecadação de 1,97% em relação às receitas previstas para a Unidade Orçamentária 15116 – Tribunal Regional do Trabalho da 15ª Região.



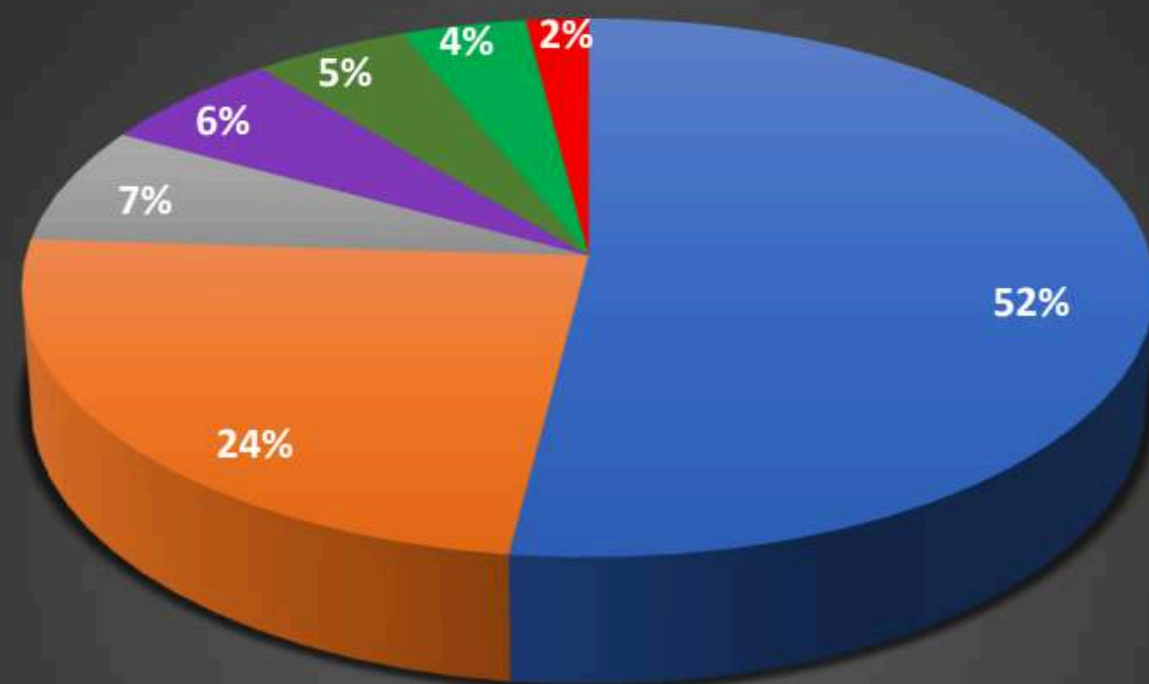


Informações Orçamentárias, Financeiras e Contábeis

DESPESAS PAGAS POR AÇÃO DE GOVERNO

PLANOS ORÇAMENTÁRIOS DA ESCOLA JUDICIAL

DESPESAS PAGAS POR AÇÃO DE GOVERNO
LOA/2025 (R\$ 2,386 bilhões)



- ATIVOS CIVIS DA UNIÃO (R\$ 1.239,8 milhões)
- APOSENTADORIAS E PENSÕES CIVIS DA UNIÃO (R\$ 564,9 milhões)
- CONTRIBUIÇÃO DA UNIÃO, DE SUAS AUTARQUIAS E FUNDAÇÕES (R\$ 176,0 milhões)
- APRECIÇÃO DE CAUSAS NA JUSTIÇA DO TRABALHO (R\$ 142,8 milhões)
- ASSISTÊNCIA MÉDICA E ODONTOLÓGICA AOS SERVIDORES CIVIS (R\$ 117,5 milhões)
- BENEFÍCIOS OBRIGATORIOS AOS SERVIDORES CIVIS (R\$ 87,1 milhões)
- DEMAIS AÇÕES DE GOVERNO (R\$ 57,8 milhões)

A Escola Judicial do Tribunal Regional do Trabalho da 15ª Região atua como Unidade Gestora Responsável (UGR 080045) pela gestão dos seguintes Planos Orçamentários previstos na Lei Orçamentária Anual (LOA/2025):

PLANO ORÇAMENTÁRIO	DOTACAO ATUALIZADA	DESPESAS EMPENHADAS	DESPESAS LIQUIDADAS	DESPESAS PAGAS
APRECIACAO DE CAUSAS NA JUSTICA DO TRABALHO - DESPESAS DIVERSAS (0,5% DO TOTAL)	R\$800.891,00	R\$752.275,46	R\$724.462,96	R\$723.061,20
CAPACITACAO DE RECURSOS HUMANOS	R\$752.990,00	R\$737.364,93	R\$726.401,86	R\$723.918,66
FORMACAO E APERFEICOAMENTO DE MAGISTRADAS(OS)	R\$349.529,00	R\$326.474,71	R\$325.590,48	R\$325.590,48
CAPACITACAO DE SERVIDORAS(ES) EFETIVOS E COMISSIONADAS(OS) DAS UNIDADES DE TECNOLOGIA DA INFORMACAO E SEGURANCA DA INFORMACAO DO PODER JUDICIARIO	R\$234.745,30	R\$234.744,66	R\$234.744,66	R\$234.744,66
TOTAL	R\$2.138.155,30	R\$2.050.859,76	R\$2.011.199,96	R\$2.007.315,00

Fonte: SIAFI / Tesouro Gerencial



Informações Orçamentárias, Financeiras e Contábeis

DESCENTRALIZAÇÕES INTERNAS E EXTERNAS

Os programas atendidos por meio de descentralizações orçamentárias, na forma de provisão e destaque de crédito, foram os seguintes:

PLANO ORÇAMENTÁRIO	PROVISAO RECEBIDA	DESPESAS EMPENHADAS	DESPESAS LIQUIDADAS	DESPESAS PAGAS
FORMAÇÃO E APERFEIÇOAMENTO DE MAGISTRADAS(OS)	R\$3.840,82	R\$3.840,82	R\$3.840,82	R\$3.840,82
TRABALHO SEGURO	R\$23.266,60	R\$23.266,60	R\$23.266,60	R\$23.266,60
COMBATE AO TRABALHO INFANTIL E ESTÍMULO A APRENDIZAGEM	R\$20.000,00	R\$20.000,00	R\$20.000,00	R\$20.000,00
PROGRAMA DE EQUIDADE DE RACA, GENERO E DIVERSIDADE	R\$3.965,95	R\$3.965,95	R\$3.965,95	R\$3.965,95
PROGRAMA NACIONAL DE ENFRENTAMENTO AO TRABALHO ESCRAVO E AO TRÁFICO DE PESSOAS E DE PROTECAO AO TRABALHO DO MIGRANTE	R\$17.883,06	R\$17.883,04	R\$17.883,04	R\$16.343,04
REQUISICOES DE PEQUENO VALOR	R\$15.932.514,03	R\$15.932.514,03	R\$15.932.514,03	R\$15.932.514,03
TOTAL	R\$16.001.470,46	R\$16.001.470,44	R\$16.001.470,44	R\$15.999.930,44

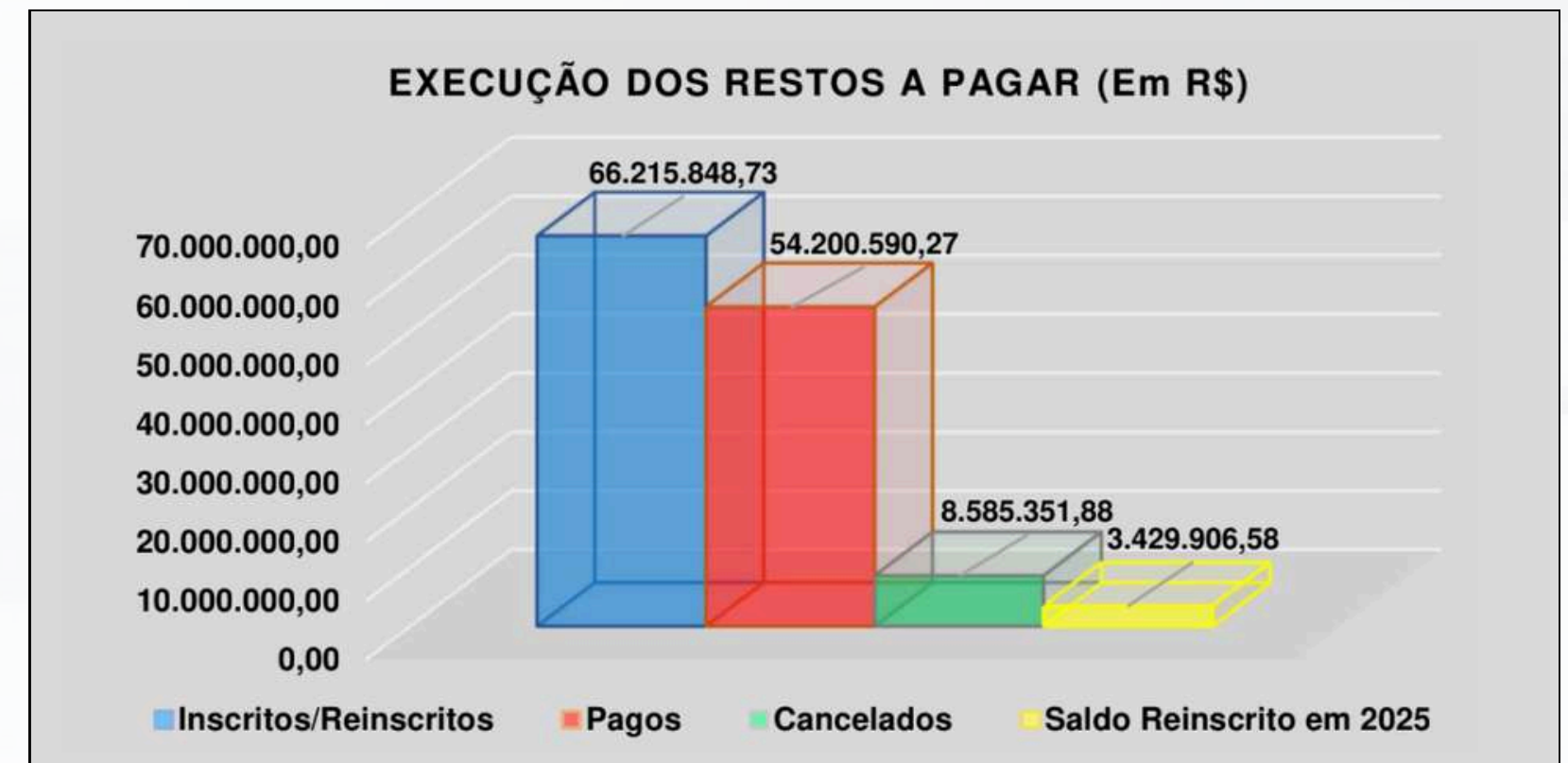
PLANO ORÇAMENTÁRIO	DESTAQUE RECEBIDO	DESPESAS EMPENHADAS	DESPESAS LIQUIDADAS	DESPESAS PAGAS
PRECATÓRIOS	R\$21.405.955,00	R\$21.209.331,02	R\$21.209.331,02	R\$21.209.331,02
TOTAL	R\$21.405.955,00	R\$21.209.331,02	R\$21.209.331,02	R\$21.209.331,02

EXECUÇÃO DOS RESTOS A PAGAR

Ao final do exercício de 2024 foram inscritos e reinscritos R\$ 66.215.848,73 em Restos a Pagar, sendo:

- **R\$ 38.337.701,44** referentes a restos a pagar não processados;
- **R\$ 27.787.147,29** referentes a restos a pagar processados.

A execução desses valores no exercício de 2025 encontra-se demonstrada nas tabelas e gráficos apresentados a seguir.



Fonte: SIAFI / Tesouro Gerencial



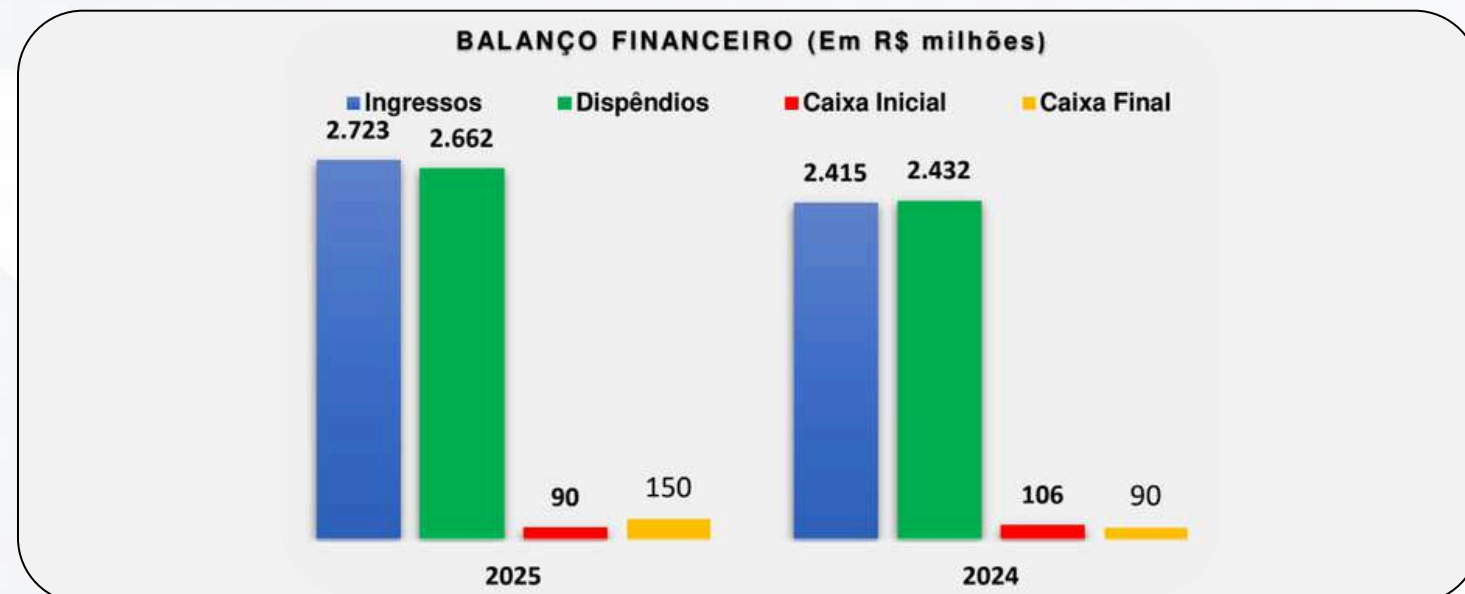
Informações Orçamentárias, Financeiras e Contábeis

INSCRIÇÃO DOS RESTOS A PAGAR

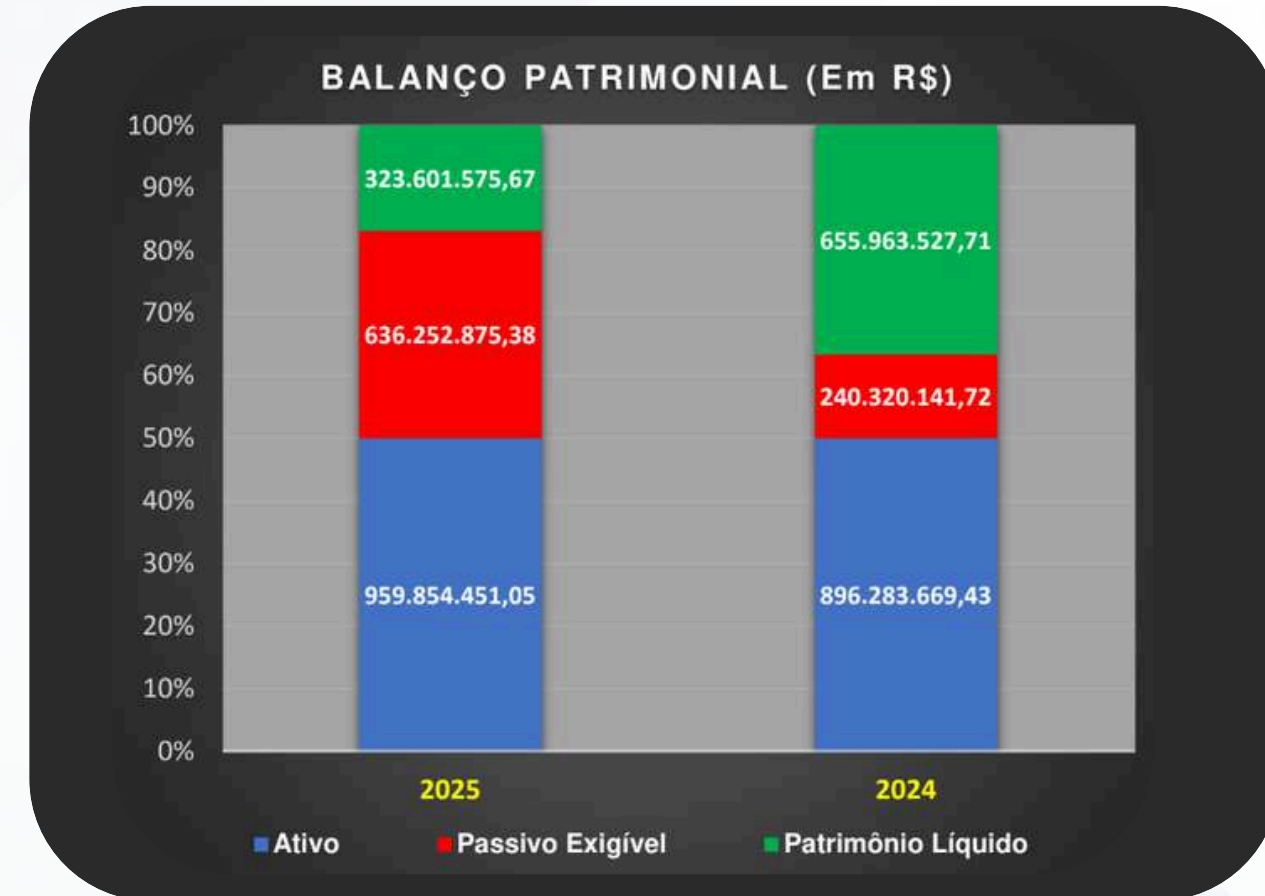
O comparativo dos montantes inscritos em Restos a Pagar nos últimos três exercícios encontra-se demonstrado no gráfico a seguir.



BALANÇO FINANCEIRO



BALANÇO PATRIMONIAL



SUPERÁVIT FINANCEIRO APURADO NO BALANÇO PATRIMONIAL

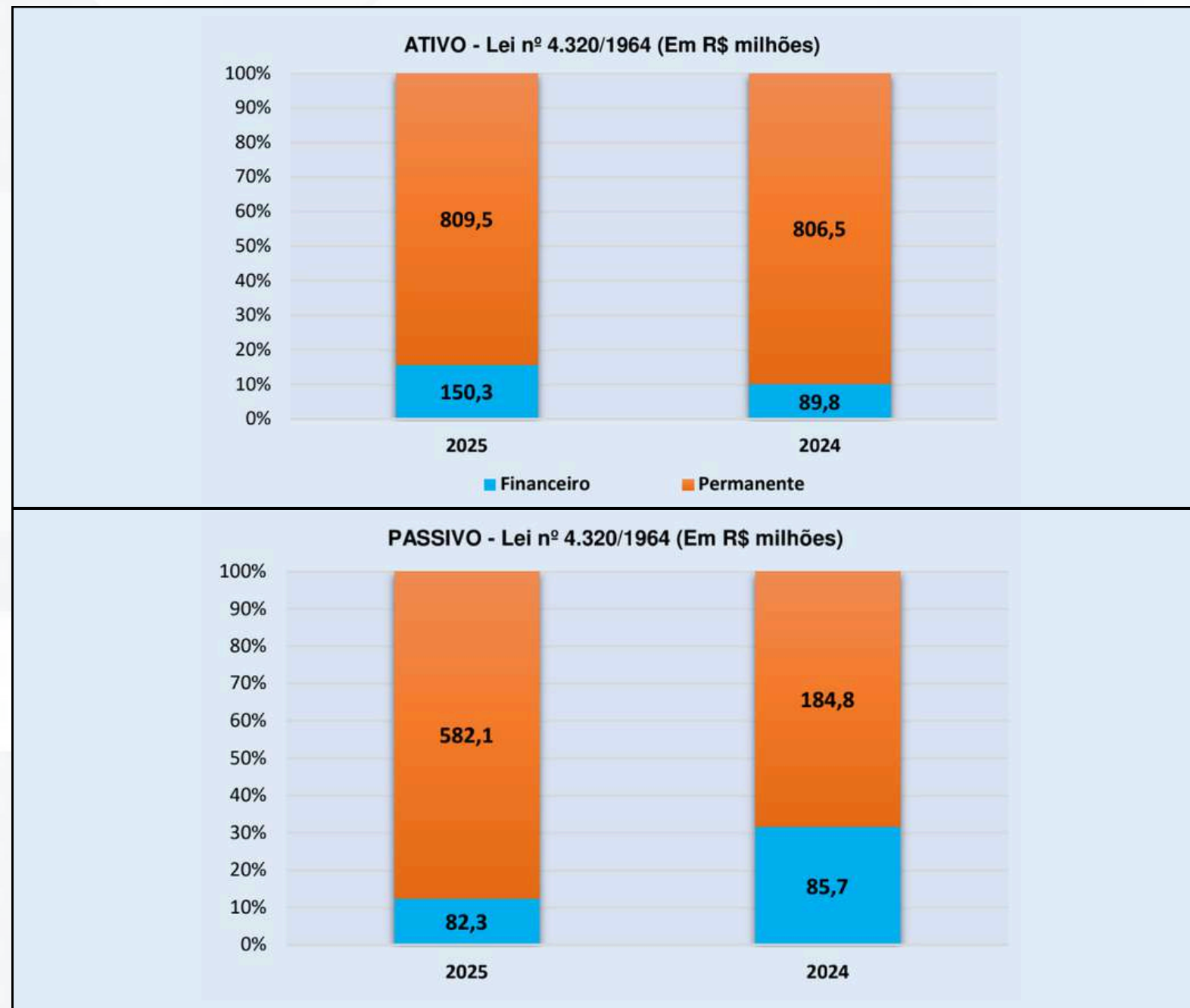


O superávit financeiro apurado no Balanço Patrimonial totalizou **R\$ 68.046.234,07**, composto por Recursos Não Vinculados (R\$ 12.539.442,95) e Vinculados a Fundos, Órgãos e Programas (R\$ 55.506.791,12)



Informações Orçamentárias, Financeiras e Contábeis

A Lei nº 4.320/1964 estabelece a classificação do ativo e do passivo em financeiro e permanente, de acordo com a necessidade ou não de autorização legislativa ou orçamentária para a realização dos itens que os compõem.



ATIVO R\$ 959,8 milhões

FINANCEIRO:

84,27% diz respeito ao saldo da conta de Limite de Saque c/ Vinculação de Pagamento;
15,68% referem-se aos depósitos em garantia em contas vinculadas (Retenção de Encargos Trabalhistas sobre Serviços de Terceiros);
0,05% são os Depósitos de Cauções.

PERMANENTE:

96,53% referem-se ao Ativo Imobilizado;
1,73% são Créditos a Receber;
1,46% correspondem aos Intangíveis;
0,15% são Estoques e Despesas Antecipadas.

PASSIVO R\$ 664,4 milhões

FINANCEIRO:

71,26% correspondem aos Restos a Pagar inscritos no exercício e reinscritos de exercícios anteriores;
28,64% referem-se aos depósitos em garantia em contas vinculadas (Retenção de Encargos Trabalhistas sobre Serviços de Terceiros), contrapartida do registro no ativo e saldo de fatura de Sup. de Fundos a pagar;
0,10% são as contrapartidas dos Depósitos de Cauções.

PERMANENTE:

10,84% correspondem aos Salários e Férias a pagar;
89,16% são Obrigações Trab., Enc. Sociais a Pagar, Contrib. a Entidades de Previd. Complem. e Provisões p/ Indeniz. Trab.

Saldo Patrimonial (Lei nº 4.320/1964)





Informações Orçamentárias, Financeiras e Contábeis

ATOS POTENCIAIS A EXECUTAR

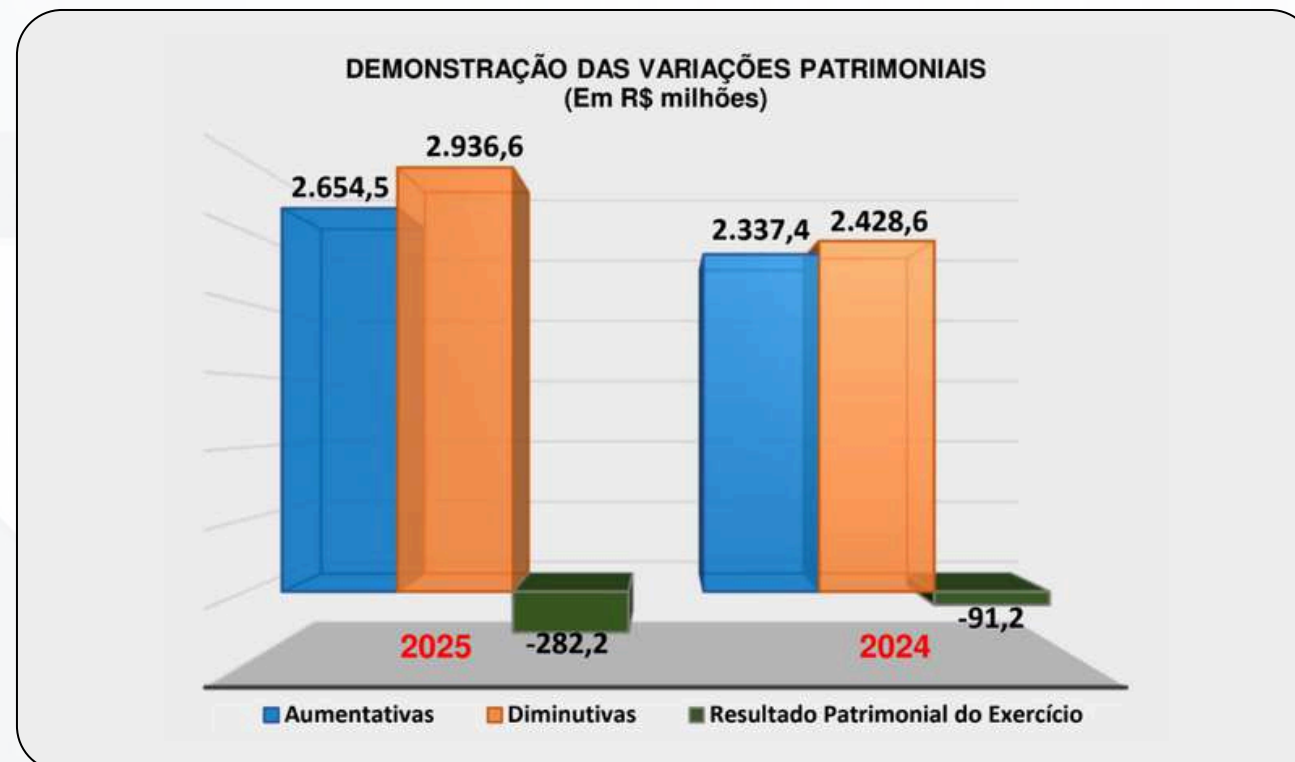
Correspondem aos atos que podem afetar o patrimônio da entidade governamental, devendo ser registrados para fins de controle e transparência da gestão patrimonial.

ATIVOS	PASSIVOS
R\$ 6.496.840,44	R\$ 266.750.108,61
<ul style="list-style-type: none"> • R\$ 4.870.245,22: Garantias e Contragarantias Recebidas (Fianças, Seguros-Garantia, e Cauções); e • R\$ 1.626.595,22: Direitos Contratuais de Aluguéis (Cessões Onerosas) 	<ul style="list-style-type: none"> • R\$ 266.750.108,61: Obrigações Contratuais (Serviços, Aluguéis, e Fornecimento de Bens).

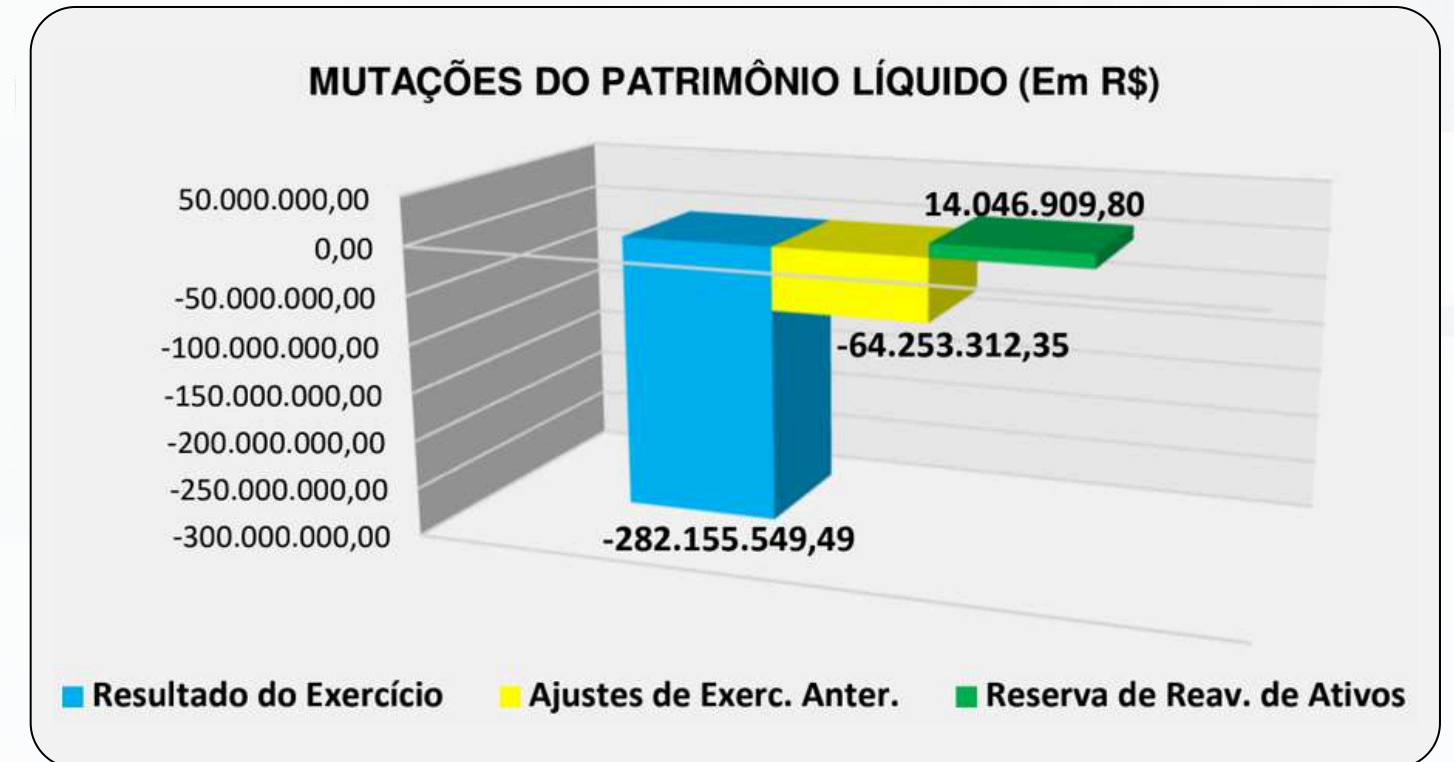
FLUXOS DE CAIXA



VARIAÇÕES PATRIMONIAIS



MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO

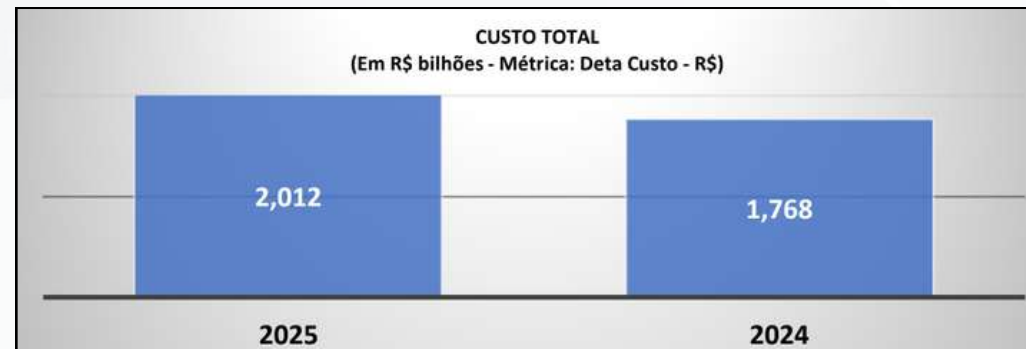




Informações Orçamentárias, Financeiras e Contábeis

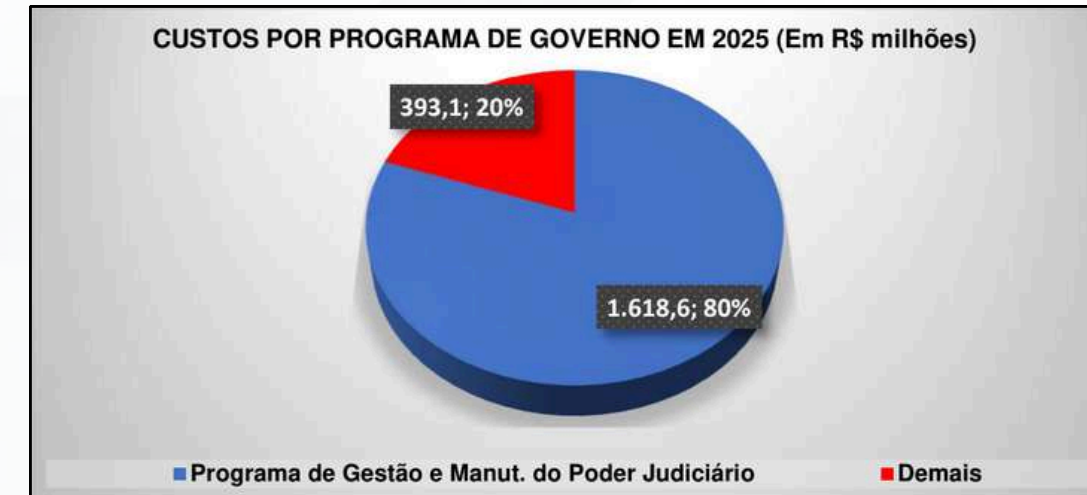
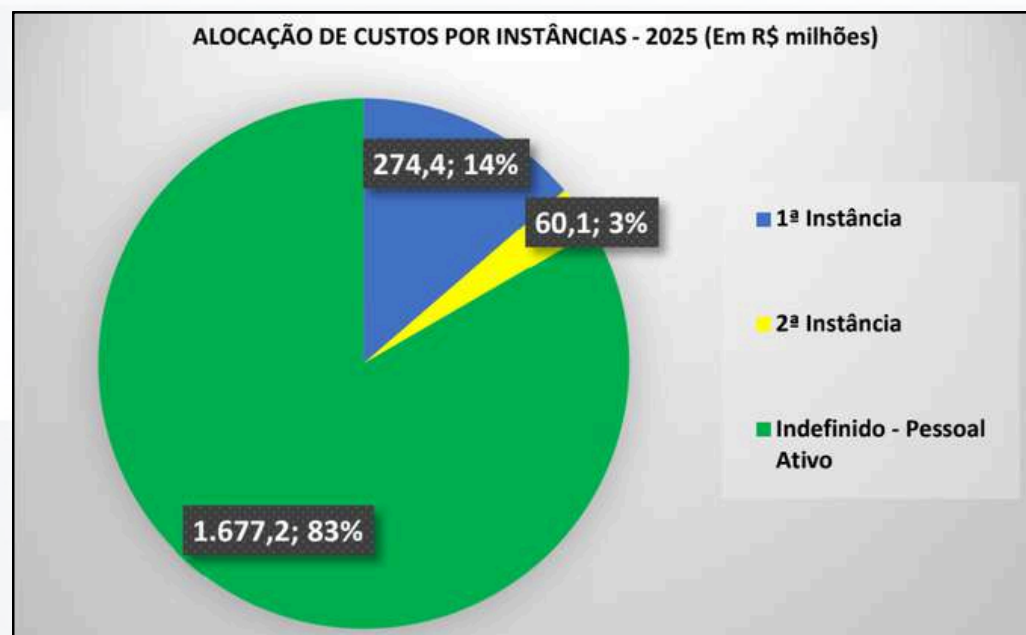
AVALIAÇÃO DOS CUSTOS OPERACIONAIS

A informação de custos amplia a capacidade gerencial da administração pública ao subsidiar a tomada de decisões e possibilitar a análise da relação entre os recursos utilizados e os resultados alcançados na prestação de serviços. Nesse sentido, o gerenciamento de custos permite identificar boas práticas e oportunidades de melhoria na qualidade do gasto público, considerando os princípios de economicidade, eficiência e eficácia.

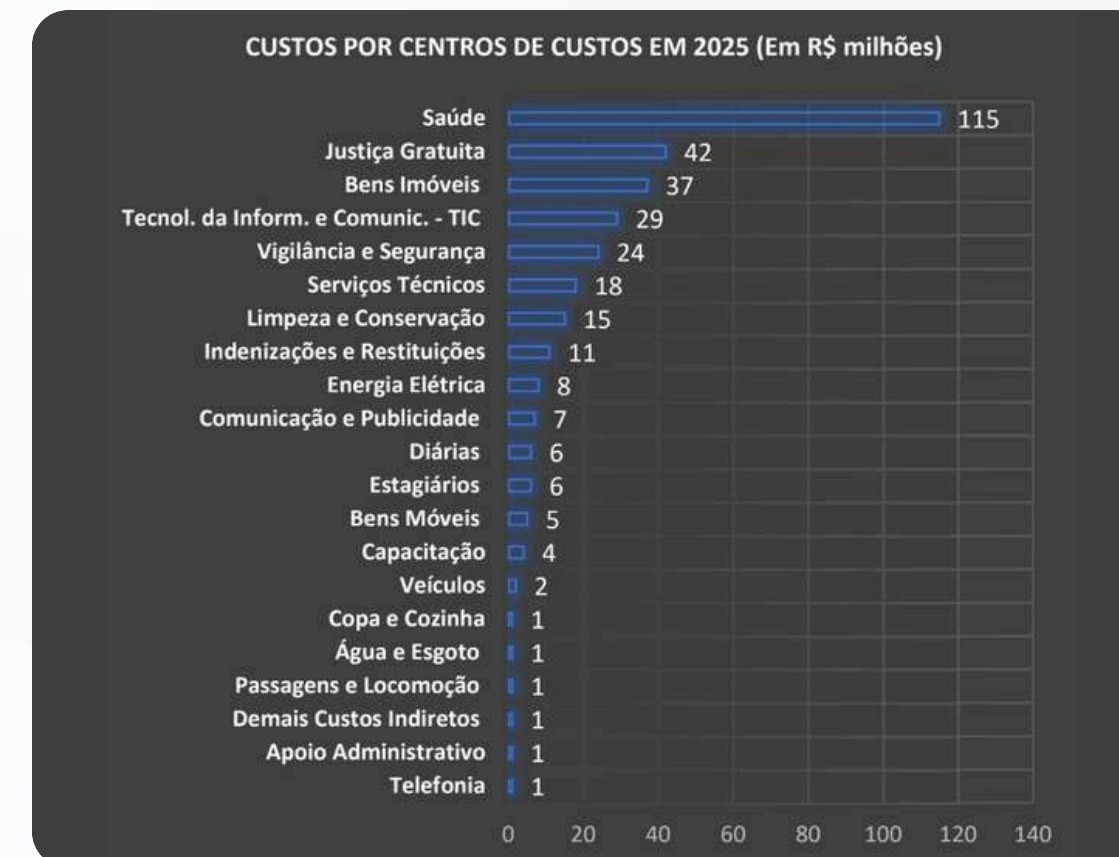


Fonte: Tesouro Gerencial/Relatórios Compartilhados/Consultas Gerenciais/Relatórios de Bancada dos Órgãos Superiores/15000 – Justiça do Trabalho/00. Conselho Superior da Justiça do Trabalho/SEOFI/CUSTOS/Relatório de Gestão/Relatório de gestão 2026. 03/03/2026 15:18.

Os custos do TRT da 15ª Região foram alocados conforme demonstrado a seguir.



Por fim, destaca-se a alocação dos custos por centros de custos, desconsiderando-se os registros classificados como indefinidos (pessoal ativo e respectivos encargos sociais).





Informações Orçamentárias, Financeiras e Contábeis

CONCLUSÕES DE AUDITORIAS E MEDIDAS ADOTADAS

Relatório de Auditoria das Contas Anuais – Exercício 2024

(26 de março de 2025 – PROAD nº 19317/2024)



Conclusão sobre as demonstrações contábeis

Concluiu-se que não foram identificadas distorções relevantes, individualmente ou em conjunto, capazes de afetar de forma generalizada as demonstrações contábeis do exercício de 2024.

RECOMENDAÇÕES RELATIVAS AOS CONTROLES INTERNOS

Foi recomendado o aprimoramento dos controles internos para prevenir, detectar e corrigir inconsistências que possam afetar os saldos das demonstrações contábeis, especialmente quanto a:

- a) pagamentos de passivos de exercícios anteriores em conformidade com a Resolução CSJT nº 137/2021;
- b) atualização dos saldos contábeis referentes a passivos de pessoal ao final de cada exercício;
- c) elaboração de memória de cálculo analítica nos processos administrativos de passivos de pessoal;
- d) autorização prévia do ordenador de despesas para pagamento dessas despesas;
- e) definição de procedimento que permita acesso tempestivo aos documentos necessários para recebimento definitivo do serviço e-Carta;
- f) garantia contratual quando prevista em contrato;
- g) verificação da regularidade fiscal e trabalhista das contratadas;
- h) atualização dos registros de depreciação no sistema de gestão de bens móveis;
- i) realização e registro das reavaliações de bens móveis conforme orientações do manual SIAFI.



MEDIDAS ADOTADAS



• Itens **a), b), c) e d)**: a Coordenadoria de Pagamento apresentou justificativas e está adotando medidas para sanar ou mitigar as inconsistências identificadas;

• Itens **e), f) e g)**: a Coordenadoria de Contratos apresentou justificativas e está implementando ações corretivas;

• Itens **h) e i)**: a Coordenadoria de Material e Logística apresentou justificativas e está adotando providências para correção das inconsistências verificadas.

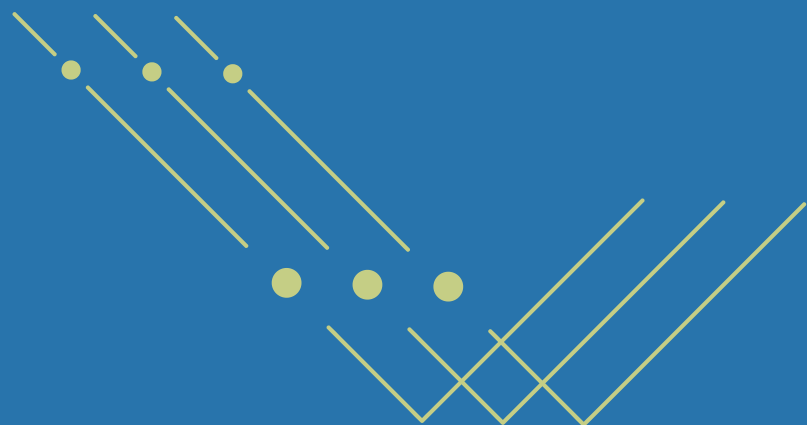
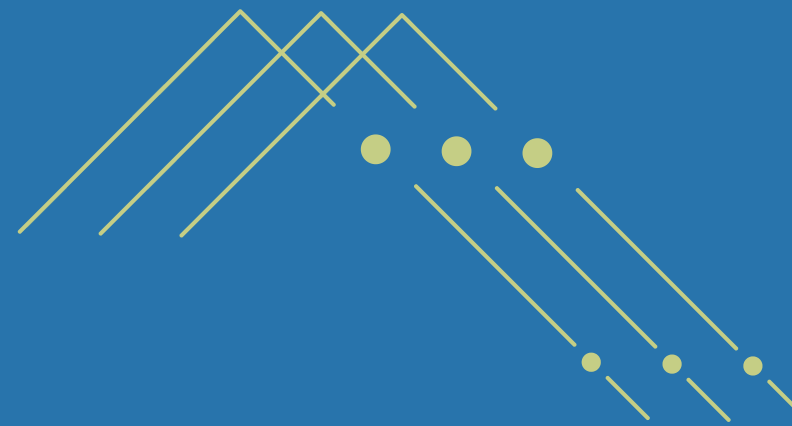
Consulta às Demonstrações Contábeis

As Demonstrações Contábeis e Notas Explicativas do Tribunal Regional do Trabalho da 15ª Região, incluindo a Declaração Anual do Contador, encontram-se disponíveis para consulta no Portal da Transparência do Tribunal, no endereço eletrônico:

<https://trt15.jus.br/transparencia/contas-publicas/demonstracoes-contabeis-e-notas-explicativas>



ANEXOS



RELATÓRIO DE GESTÃO 2025 - TRT15

ANEXO ÚNICO DO RELATÓRIO ANUAL DE ATIVIDADES DA ESCOLA JUDICIAL								
Ano 2025								
Lista completa de atividades de formação e aperfeiçoamento								
ATIVIDADE	Formato	Data	Carga horária	Modalidade	Objetivo de Des. Sust.	Público	Programa de Formação	Capacitados (TOTAL)
A corte interamericana e o impacto de suas decisões na proteção dos Direitos Humanos no Brasil	Aula	13/2/2025	2,5	Híbrido	10 e 16	Magistrados	Continuada	68
						Servidores		136
						Externos		22
Diálogos inovadores: sustentabilidade: o que isso tem a ver com a sua saúde mental e bem estar?	Palestra	21/2/2025	1	Telepresencial	não se aplica	Magistrados	Continuada	27
						Servidores		122
						Externos		22
Escola na circunscrição - Sorocaba - Dia internacional da mulher - desafios contemporâneos	Palestra	10/3/2025	2,5	Presencial	5 e 8	Magistrados	Continuada	1
						Servidores		13
						Externos		33
Eficiência processual: metologia para a organização das secretarias conjuntas	Curso	13/03/2025	3,5	Ead	16	Servidores	Continuada	83
Aprofundamentos sobre RPVs e Precatórios na 1ª Instância: autogestão orientada	Palestra	11/03/2025	2,5	Telepresencial	4	Servidores	Continuada	181
30 anos da Declaração de Pequim: um diálogo aberto sobre os desafios e as perspectivas para a igualdade de gênero	Palestra	14/3/2025	2,5	Híbrido	5 e 16	Magistrados	Continuada	46
						Servidores		106
						Externos		38
Escola na circunscrição - Tecnologias Assistivas - Abordagem Prática	Debate	21/3/2025	3	Presencial	4	Magistrados	Continuada	8
						Servidores		19
						Externos		60
Direito em tela - Filme Ainda estou aqui	Debate	26/3/2025	1,5	Presencial	4 e 16	Magistrados	Continuada	6
						Servidores		45
						Externos		1
Diálogos inovadores: você escreve para quem? o uso da linguagem simples na JT	Palestra	31/3/2025	1	Telepresencial	não se aplica	Magistrados	Continuada	26
						Servidores		124
						Externos		37
Dos serviços de cuidados à Era Digital: desafios para universalização da segurança e saúde do trabalhador	Palestra	4/4/2025	4	Híbrido	3 e 8	Magistrados	Continuada	28
						Servidores		20
						Externos		29
Visita técnica à Kenvue	Visita	11/04/2025	5	Presencial	8 e 9	Magistrados	Continuada	6
Protocolos para atuação e julgamento na JT - Encontro 1	Curso	11/04/2025	4	Telepresencial	não se aplica	Magistrados	Continuada	28
						Servidores		41
Protocolos para atuação e julgamento na JT - Encontro 2 a 5	Curso	22/04/2025	10	Telepresencial	não se aplica	Magistrados	Continuada	11
						Servidores		33
Visita de Estudantes	Visita guiada	23/4, 18 e 25/6, 20 e 27/8, 17 e 24/9	3	Presencial	não se aplica	Externos	não se aplica	296
Escola na circunscrição - Sorocaba - Conclindo na JT - Progresso e Desafios	Curso	24/04/2025	2	Presencial	4	Magistrados	Continuada	4
						Servidores		5
						Externos		2
Visita técnica à Whirpool	Visita	25/04/2025	6	Presencial	8 e 9	Magistrados	Continuada	6
Escola na circunscrição - SJRio Preto - Seminário Abril Verde aprendiz: seu futuro mais seguro		28/4/2025	3	Presencial	3 e 4	Externos	Continuada	208
Diálogos inovadores: Inteligência artificial: oportunidades e uso responsável no judiciário	Palestra	28/4/2025	1	Telepresencial	não se aplica	Magistrados	Continuada	44
						Servidores		198
						Externos		48
Pense Direito Assédio Moral Digital	Palestra	12/5/2025	1,5	Telepresencial	8	Magistrados	Continuada	44
						Servidores		157
						Externos		38

RELATÓRIO DE GESTÃO 2025 - TRT15

ANEXO ÚNICO DO RELATÓRIO ANUAL DE ATIVIDADES DA ESCOLA JUDICIAL Ano 2025

Lista completa de atividades de formação e aperfeiçoamento

ATIVIDADE	Formato	Data	Carga horária	Modalidade	Objetivo de Des. Sust.	Público	Programa de Formação	Capacitados (TOTAL)
Abuso e exploração sexual de crianças e adolescentes: os desafios da superação na contemporaneidade	Seminário	16/05/2025	3,5	Híbrido	16	Magistrados	Continuada	43
						Servidores		98
						Externos		45
Seminário Nacional de Precatórios e Requisições de Pequeno Valor - 1º Encontro	Seminário	22/05/2025	3,5	Híbrido	16	Magistrados	Continuada	21
						Servidores		182
						Externos		112
Seminário Nacional de Precatórios e Requisições de Pequeno Valor - 2º Encontro	Seminário	23/05/2025	4	Híbrido	16	Magistrados	Continuada	18
						Servidores		159
						Externos		120
Escola na Circunscrição - São José do Rio Preto	Curso	23/05/2025	3	Presencial	4	Magistrados	Continuada	11
Diálogos Inovadores: Visual Law: transformando textos jurídicos em experiência	Seminário	26/05/2025	1	Telepresencial	não se aplica	Magistrados	Continuada	18
						Servidores		86
						Externos		43
Os impactos da Recuperação Judicial nos processos da Justiça do Trabalho	Curso	13, 15, 20 e 28/05/2025	8	Telepresencial	4	Magistrados	Continuada	4
						Servidores		88
Trabalho Escravo Contemporâneo	Seminário	30/05/2025	2,75	Híbrido	10	Magistrados	Continuada	14
						Servidores		26
						Externos		12
Workshop Pangea Gab	Curso	11/04/2025	3	Presencial	4 e 16	Magistrados	Continuada	1
		15/05/2025				Servidores		59
Reforma da previdência e seus reflexos	Curso	12/05/2025		Presencial	não se aplica	Servidores	Continuada	31
Escola na Circunscrição de Sorocaba - A Nova NR-1 em perspectiva: segurança, saúde e responsabilidade no trabalho	Curso	29/05/2025	2	Presencial	3 e 4	Magistrados	Continuada	2
Auditoria Financeira para auditores internos	Curso	2 e 3/6/2025	16	Presencial	4 e 16	Servidores	Continuada	11
Do local ao global: sustentabilidade, trabalho e justiça em tempos de crise climática	Palestra	05/06/2025	1,5	Telepresencial	1,2,3,4,5,6,7,8,9,10,11,12,13,14,15,16 e 17	Magistrados	Continuada	36
						Servidores		97
						Externos		28
Direito em páginas - livro Solitária	Curso	11/06/2025	1,5	Híbrido	4 e 16	Magistrados	Continuada	13
						Servidores		41
						Externos		23
14º Curso de Inicial de Mediadores e Supervisores de CEJUSC-JT	Curso	19/03 a 30/06/2025	101,5	Híbrido	4	Magistrados	Continuada	15
						Servidores		57
						Externos		19
Inteligência Artificial no Judiciário Trabalhista: aplicações práticas (duas turmas)	Curso	7/5 a 6/6;	13	EaD	4	Magistrados	Continuada	65
		3/9 a 3/10				Servidores		85
Seminário Dia Mundial de combate ao trabalho infantil - cuidar da infância é proteger o futuro do país	Seminário	12 e 13/06/2025	10,33	Presencial	16	Magistrados	Continuada	5
Escola na circunscrição de Presidente Prudente - Precedentes Obrigatórios na Justiça do Trabalho	Curso	13/06/2025	6	Presencial	4	Magistrados	Continuada	2
						Servidores		8
						Externos		1
Escola na circunscrição de Ribeirão Preto - Execução Trabalhista: Peculiaridades e Soluções	Curso	13/06/2025	6	Presencial	4	Magistrados	Continuada	7
						Servidores		15
						Externos		1
Diretrizes para a elaboração do laudo médico pericial	Palestra	16/06/2025	1,5	Telepresencial	3 e 16	Magistrados	Continuada	23
						Servidores		49

RELATÓRIO DE GESTÃO 2025 - TRT15

ANEXO ÚNICO DO RELATÓRIO ANUAL DE ATIVIDADES DA ESCOLA JUDICIAL Ano 2025

Lista completa de atividades de formação e aperfeiçoamento

ATIVIDADE	Formato	Data	Carga horária	Modalidade	Objetivo de Des. Sust.	Público	Programa de Formação	Capacitados (TOTAL)
						Externos		24
Compensação previdenciária e sistema Comprev	Curso	16 a 30/6/2025	7	Híbrido	16	Servidores	Continuada	26
						Magistrados		34
Justiça do trabalho e Direitos LGBTQIAPN+ Protocolos para uma atuação inclusiva	Seminário	27/06/2025	2	Telepresencial	16 e 5	Servidores	Continuada	71
						Externos		48
						Magistrados		26
Diálogos inovadores: escutar para incluir: linguagem como direito e acolhimento	Palestra	30/06/2025	1	Telepresencial	16	Servidores	Continuada	69
						Externos		15
						Magistrados		6
Ação rescisória na Justiça do Trabalho	Curso	30/06/2025 e 01/07/2025	8	Presencial	16	Servidores	Continuada	20
						Externos		4
						Magistrados		11
Escola na Circunscrição de Campinas - Desmistificando a inteligência artificial	Palestra	04/07/2025	1,5	Presencial	4	Servidores	Continuada	41
						Externos		5
						Magistrados		15
Cuidar de quem cuida: a importância da Saúde Mental Materna	Palestra	07/07/2025	1,5	Telepresencial	3	Servidores	Continuada	66
						Externos		21
Centro de Inteligência do Poder Judiciário (CIPJ): Concepção – atribuições e competências – formas de atuação e litigância predatória	Palestra	04/07/2025	3	Telepresencial	16	Magistrados	Continuada	40
						Servidores		80
						Magistrados		33
Corpos Visíveis, Direitos Invisíveis	Palestra	11/07/2025	2	Híbrido	10 e 16	Servidores	Continuada	82
						Externos		37
						Magistrados		5
Linguagem simples: a integração de técnicas de escrita para descomplicar a redação de documentos (duas turmas)	Curso	4/6 a 7/7; 6/8 a 8/9	12	EaD	não se aplica	Servidores	Continuada	48
						Magistrados		11
Precedentes no Processo do Trabalho	Curso	12/3 a 22/4	30	Híbrido	4	Servidores	Continuada	51
Minuta de voto: uma abordagem diferenciada - 2025	Curso	14/4 a 11/7	48	Híbrido	4	Servidores	Continuada	69
Técnicas para a elaboração de minuta de sentença: aspectos práticos e pontos controvertidos – 2025	Curso	10/9 a 31/10	20	Híbrido	4	Servidores	Continuada	69
						Magistrados		4
Sistemas para pesquisas de bens e pessoas	Curso	3/9 a 22/10	40	EaD	4	Servidores	Continuada	77
						Magistrados		27
Precedentes obrigatórios: uma abordagem prática	Curso	29/10 a 5/12	20	EaD (autoinstrucional com aula ao vivo)	16	Servidores	Continuada	122
						Magistrados		14
Visita técnica à Toyota	Visita	18/07/2025	6	Presencial	8 e 9	Externos	Continuada	8
						Magistrados		20
Da pobreza das famílias à pobreza das crianças: desafios para a intervenção social e judicial	Palestra	18/07/2025	1,5	Híbrido	1 e 10	Servidores	Continuada	82
						Externos		39
Acessibilidade digital para contendedistas do portal do TRT15	Palestra	25/07/2025	2	Telepresencial	16	Servidores	Continuada	85
						Magistrados		34
Diálogos inovadores: Dialogando com a IA: Ética e inovação no Poder Judiciário	Palestra	28/07/2025	1	Telepresencial	16	Servidores	Continuada	140
						Externos		14
						Magistrados		6

RELATÓRIO DE GESTÃO 2025 - TRT15

ANEXO ÚNICO DO RELATÓRIO ANUAL DE ATIVIDADES DA ESCOLA JUDICIAL Ano 2025

Lista completa de atividades de formação e aperfeiçoamento

ATIVIDADE	Formato	Data	Carga horária	Modalidade	Objetivo de Des. Sust.	Público	Programa de Formação	Capacitados (TOTAL)
A atuação preventiva do poder público e da sociedade civil no enfrentamento ao tráfico de pessoas, com foco na promoção do trabalho decente aos migrantes e refugiados	Seminário	30/07/2025	3	Presencial	8 e 16	Servidores	Continuada	10
						Externos		29
Visita técnica à Tools Soluções Serviços Compartilhados Ltda	Visita	01/08/2025	5	Presencial	8	Magistrados	Continuada	10
Direito em páginas - Livro caderno de ossos	Palestra	07/08/2025	1,5	Híbrido	4 e 16	Magistrados	Continuada	14
						Servidores		34
Terra, vida e justiça: caminhos para a demarcação de Direitos	Palestra	08/08/2025	3,5	Híbrido	20	Externos	Continuada	14
						Magistrados		27
O que significam as taxas de incapacidade na apuração do dano_Ciclo de Perícia Médica	Palestra	25/07/2025	1,5	Telepresencial	3 e 16	Servidores	Continuada	91
						Externos		40
Abertura da 1ª Semana Nacional de Precedentes	Debate	18/8/2025	2	Híbrido	16	Magistrados	Continuada	26
						Servidores		54
Direito em tela - filme Menino 23	Debate	19/8/2025	1,5	Híbrido	4 e 16	Externos	Continuada	26
						Magistrados		58
Escola na circunscrição - Campinas - JT em perspectiva: caminhos e transformações	Palestra	21/8/2025	1,5	Presencial	4	Servidores	Continuada	112
						Externos		2
Escola na circunscrição - São José dos Campos - Inteligência artificial - usos práticos	Palestra	22/8/2025	2	Presencial	4	Magistrados	Continuada	13
						Servidores		34
O cuidado na execução e a preservação do direito de terceiros	Palestra	22/8/2025	1,5	Híbrido	16	Externos	Continuada	12
						Magistrados		18
Diálogos inovadores: Gestão Inovadora de Precedentes: Experiências do TST e do TRT15	Palestra	25/8/2025	1	Telepresencial	não se aplica	Servidores	Continuada	12
						Externos		1
Tabela de Valoração do Dano Corporal da ABMLPM	Palestra	25/08/2025	1,5	Telepresencial	3 e 16	Magistrados	Continuada	6
						Servidores		29
Nova Lei de Licitações na Prática: procedimentos, modalidades e o papel da assessoria jurídica	Curso	25, 27 e 29/08/2025	12	Telepresencial	16	Externos	Continuada	3
						Magistrados		51
Conversando sobre comunicação não violenta: reflexões sobre as dimensões de diálogos construtivos	Palestra	29/08/2025	1,5	Híbrido	16	Servidores	Continuada	210
						Externos		39
Visita à Bosch	Visita	05/09/2025	6	Presencial	16	Magistrados	Continuada	45
						Servidores		91
Dicas inovadoras em 70 minutos	Palestra	08/09/2025	1,17	Telepresencial	não se aplica	Externos	Continuada	8
						Magistrados		30
Procedimentos para formação de precedentes qualificados	Oficina	10/9/2025	2	Presencial	não se aplica	Servidores	Continuada	41
						Externos		15
Continuada de laboratoristas: facilitação em processos inovativos	Palestra	11 e 12/09/2025	14	Presencial	16	Servidores	Continuada	30
						Magistrados		43

RELATÓRIO DE GESTÃO 2025 - TRT15

ANEXO ÚNICO DO RELATÓRIO ANUAL DE ATIVIDADES DA ESCOLA JUDICIAL								
Ano 2025								
Lista completa de atividades de formação e aperfeiçoamento								
ATIVIDADE	Formato	Data	Carga horária	Modalidade	Objetivo de Des. Sust.	Público	Programa de Formação	Capacitados (TOTAL)
						Externos		9
Escola na circunscrição - Campinas - Gestão de Vara na Execução Trabalhista: índices, produtividade e perspectivas	Palestra	12/09/2025	1,5	Híbrido	4	Magistrados	Continuada	10
						Servidores		25
						Externos		6
Aplicabilidade da proteção de dados pessoais	Curso	18 e 19/09/2025	14	Presencial	16	Magistrados	Continuada	3
						Servidores		27
						Externos		48
Ética e moral na atualidade: entre a individualidade, sociabilidade e o serviço público	Palestra	19/09/2025	1,5	Híbrido	16	Servidores	Continuada	138
						Externos		45
						Magistrados		37
Acessibilidade e inclusão: superando barreiras e abrindo espaço para a pluralidade	Seminário	26/9/2025	7,25	Híbrido	10 e 16	Servidores	Continuada	100
						Externos		62
						Magistrados		21
Diálogos inovadores: Trabalho em crise ou em evolução? Os desafios para as novas lideranças	Palestra	29/9/2025	1	Telepresencial	Não	Servidores	Continuada	94
						Externos		6
						Magistrados		28
Pejotização e previdência social: desafios para os direitos humanos	Palestra	03/10/2025	2	Presencial	10 e 16	Servidores	Continuada	86
						Externos		14
						Magistrados		0
Escola na circunscrição - Sorocaba - A inclusão das pessoas com deficiência: progressos, desafios e tecnologias assistivas	Palestra	06/10/2025	2	Presencial	16, 10 e 4	Servidores	Continuada	3
						Externos		2
						Magistrados		62
Formação e Aprimoramento para Agentes da Polícia Judicial - PRA 2025 (duas turmas)	Curso	8 a 11/09/2025; 15 a 18/09/2025	30	Presencial	16	Servidores	Continuada	62
Encontro anual de magistradas e magistrados 2025 - Ética, Comunicação e Tecnologias	Encontro	8 e 9/10/2025	10,5	Híbrido	3 e 16	Magistrados	Continuada	174
A especialidade médica em medicina legal e perícias médicas	Palestra	16/10/2025	1,5	Telepresencial	3 e 16	Magistrados	Continuada	12
						Servidores		30
						Externos		17
Por um ambiente de trabalho saudável e livre de assédio	Palestra	16/10/2025	2,5	Híbrido	3 e 8	Magistrados	Continuada	23
						Servidores		66
						Externos		27
Escola na circunscrição - Presidente Prudente - Privacidade e inteligência artificial - novas fronteiras nas relações de trabalho e no judiciário	Seminário	17/10/2025	4	Presencial	4	Magistrados	Continuada	2
						Servidores		7
						Externos		3
Aniversário de 1 ano do Co.Labora 15: Futuro Compartilhado, Presente Conectado	Seminário	17/10/2025	4	Presencial	4	Magistrados	Continuada	13
						Servidores		9
						Externos		3
Gerencial: Gestão intencional dos afetos e das relações	Curso	4/8 a 19/10/2025	24	Ead	3 e 4	Servidores	Gestores	198
Escola na circunscrição - Ribeirão Preto - IA na justiça do trabalho: introdução prática ao uso de chat-JT e notebookLM	Curso	24/10/2025	4	Presencial	4	Magistrados	Continuada	6
						Servidores		15
						Magistrados		26
Nexo causal e conceitos médicos correlatos	Curso	24/10/2025	1,5	Telepresencial	3 e 16	Servidores	Continuada	38
						Externos		17
						Magistrados		10
Alimentação e prevenção do câncer: escolhas que fortalecem a saúde	Roda de conversa	31/10/2025	1,5	Telepresencial	não se aplica	Servidores	Continuada	77

RELATÓRIO DE GESTÃO 2025 - TRT15

ANEXO ÚNICO DO RELATÓRIO ANUAL DE ATIVIDADES DA ESCOLA JUDICIAL								
Ano 2025								
Lista completa de atividades de formação e aperfeiçoamento								
ATIVIDADE	Formato	Data	Carga horária	Modalidade	Objetivo de Des. Sust.	Público	Programa de Formação	Capacitados (TOTAL)
						Externos		1
						Magistrados		5
Roda de conversa - Conversando sobre equidade no Fórum de Ribeirão Preto	Roda de conversa	31/10/2025	2	Presencial	não se aplica	Servidores	Continuada	13
						Externos		1
						Servidores		7
Libras - prática na Justiça do Trabalho	Curso	4/8 a 29/10	30	Presencial	4	Externos	Continuada	5
						Terceirizados		2
Novas regras para contratação de obras públicas sob a ótica da Lei nº 14.133/2021	Curso	4 e 5/11/2025	14	Presencial	16	Servidores	Continuada	29
						Magistrados		5
Direito em tela - filme Dias perfeitos	Debate	07/11/2025	1,5	Híbrido	4 e 16	Servidores	Continuada	10
						Externos		2
						Magistrados		7
Tecnologia, IA, Chat-JT e Mediação na Justiça do Trabalho	Curso	24/9 a 10/11/2025	30	Ead	16	Servidores	Continuada (Mediadores)	36
						Magistrados		10
Novo PJe para colegiados - sessão de julgamentos	Curso	3 a 10/11/2025	10	Telepresencial	16	Servidores	Continuada	79
						Externos		1
						Magistrados		35
Dicas inovadoras em 70 minutos	Palestra	10/11/2025	1,17	Telepresencial	não se aplica	Servidores	Continuada	128
						Externos		2
						Magistrados		1
Conversando sobre equidade no Fórum Trabalhista de São José dos Campos	Roda de conversa	12/11/2025	2	Presencial	não se aplica	Servidores	Continuada	8
						Externos		1
Elaboração e análise de planilha de custos e formação de preços	Curso	10 a 12/11/2025	24	Presencial	16	Servidores	Continuada	23
Encontro de Diretores de Secretarias Conjuntas e de Assistentes de Gestão - Especializa & Equaliza: consolidando nossas conquistas e desenhando o futuro	Curso	17 a 19/11/2025	16	Presencial	4 e 16	Servidores	Continuada	19
						Magistrados		10
Novo módulo para sessões de julgamentos	Seminário	3 a 10/11/2025 e 14 a 28/11/2025	10	Ead	16	Servidores	Continuada	113
						Externos		1
						Magistrados		27
Além do discurso: realidades e soluções no enfrentamento ao trabalho escravo	Seminário	14/11/2025	3,5	Híbrido	8 e 10	Servidores	Continuada	59
						Externos		59
						Magistrados		9
Visita médica ou perícia no posto de trabalho ?	Palestra	17/11/2025	1,5	Telepresencial	3 e 16	Servidores	Continuada	18
						Externos		11
						Magistrados		5
Roda de Conversa - Conversando sobre equidade no Fórum Trabalhista de Presidente Prudente	Palestra	17/11/2025	2	Presencial	não se aplica	Servidores	Continuada	9
						Magistrados		2
Roda de Conversa - Conversando sobre equidade no Fórum Trabalhista de Araçatuba	Palestra	18/11/2025	2	Presencial	não se aplica	Servidores	Continuada	17
						Magistrados		1
Roda de Conversa - Conversando sobre equidade no Fórum Trabalhista de Bauru	Palestra	19/11/2025	2	Presencial	não se aplica	Servidores	Continuada	12
						Magistrados		16
Diálogos inovadores: LGPD e Inteligência Artificial no Judiciário: Convergências, Desafios e Responsabilidades	Palestra	24/11/2025	1	Telepresencial	não se aplica	Servidores	Continuada	53
						Externos		2
						Magistrados		30

RELATÓRIO DE GESTÃO 2025 - TRT15

ANEXO ÚNICO DO RELATÓRIO ANUAL DE ATIVIDADES DA ESCOLA JUDICIAL Ano 2025

Lista completa de atividades de formação e aperfeiçoamento

ATIVIDADE	Formato	Data	Carga horária	Modalidade	Objetivo de Des. Sust.	Público	Programa de Formação	Capacitados (TOTAL)
Consciência Negra Plena	Seminário	24/11/2025	2	Híbrido	10 e 16	Servidores	Continuada	69
						Externos		25
Sentenças líquidas com o PJe-Calc em processos de baixa complexidade	Curso	27/8 a 30/9	33	Telepresencial	16	Magistrados	Continuada	18
						Servidores		26
Gerenciamento de Processos e de Pessoas nas Secretarias Conjuntas	Curso	10 a 14/11/2025 e 03/12/2025	16	Telepresencial	4	Magistrados	Continuada	128
Apoio - Encontros de sensibilização sobre o uso ético da inteligência artificial como fermenta de apoio na elaboração de minutas de voto	Curso	03/11, 17/11 e 01/12/2025	6	Telepresencial	4 e 16	Servidores	Continuada	20
Laboratório de comunicação escrita (duas turmas)	Debate	06/10 a 01/12/2025 08/10 a 03/12/2025	20	Telepresencial	4	Magistrados	Continuada	5
						Servidores		52
Direito em Páginas - Livro: Se eu Soubesse Contar Infinitos	Debate	5/12/2025	1,5	Híbrido	4 e 16	Magistrados	Continuada	6
						Servidores		19
						Externos		6
Galileu: IA que apoia a elaboração da minuta de voto	Debate	10/12/2025	1,5	Telepresencial	4	Magistrados	Continuada	9
						Servidores		225
						Externos		5
A crise climática e as relações de trabalho	Seminário	12/12/2025	3	Híbrido	8, 11 e 13	Magistrados	Continuada	22
						Servidores		58
						Externos		37
Identidade Negra: conceitos, lutas e resistência	Curso	Contínuo (1º/3 a 30/11)	20	EaD (autoinstrucional)	4 e 10	Magistrados	Continuada	7
						Servidores	Inicial	1
Objetivos de desenvolvimento sustentável	Curso	Contínuo (1º/3 a 30/11)	20	EaD (autoinstrucional)	4	Magistrados	Continuada	10
						Servidores	Inicial	2
Atividades de sala de audiências- visão geral e prática	Curso	Contínuo (1º/3 a 30/11)	12	EaD (autoinstrucional)	4	Servidores	Continuada	2
						Servidores	Continuada	16
Introdução à Jornada ESG no Serviço Público	Curso	Contínuo (1º/3 a 30/11)	20	EaD (autoinstrucional)	4, 10 e 18	Magistrados	Continuada	3
						Servidores	Continuada	18
Integração virtual	Curso	Contínuo (7/1 a 30/11)	10	EaD (autoinstrucional)	4	Servidores	Inicial	10
Gestão Documental - da análise de autos findos à destinação final	Curso	Contínuo (1º/3 a 30/11)	10	EaD (autoinstrucional)	4	Servidores	Continuada	5
						Terceirizados		1
Práticas de atualização e liberação de valores	Curso	Contínuo (1º/3 a 30/11)	12	EaD (autoinstrucional)	4 e 16	Servidores	Continuada	22
						Magistrados		2
Sistema de Execuções - EXE PJe	Curso	Contínuo (1º/3 a 30/11)	16	EaD (autoinstrucional)	4	Servidores	Inicial	5
						Servidores	Continuada	3
Atendimento ao Cidadão - 2025 (8ª edição)	Curso	Contínuo (1º/3 a 30/11)	26	EaD (autoinstrucional)	4	Servidores	Inicial	7
						Servidores	Continuada	3
Liderança para a inovação	Curso	Contínuo (1º/3 a 30/11)	32	EaD (autoinstrucional)	não se aplica	Magistrados	Continuada	7
						Servidores	Continuada	22
						Gestores	222	



Agradecimentos

A elaboração do Relatório de Gestão – Exercício 2025 resultou do esforço conjunto de diversas áreas do Tribunal Regional do Trabalho da 15ª Região, que contribuíram de forma ativa com informações essenciais ao tratamento dos temas definidos pelo Tribunal de Contas da União, em conformidade com a Instrução Normativa nº 84/2020.

Registramos especial agradecimento à Presidência, à Corregedoria Regional, à Escola Judicial, à Secretaria-Geral da Presidência, à Diretoria-Geral, à Secretaria da Administração, à Secretaria de Gestão de Pessoas, à Secretaria de Tecnologia da Informação e Comunicações, à Secretaria de Orçamento e Finanças, à Secretaria de Auditoria, ao Laboratório de Inovação e ao Centro de Inteligência, cuja colaboração foi decisiva para a consolidação deste documento.

A participação e o comprometimento dessas unidades foram fundamentais para assegurar a qualidade, a transparência e a confiabilidade das informações apresentadas, refletindo o compromisso institucional do Tribunal com a excelência na gestão pública.



ASSESSORIA DE GESTÃO ESTRATÉGICA



TRT da 15ª Região
Campinas
1986 - 2026

TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 15ª REGIÃO

Assessoria de Gestão Estratégica

age.presidencia@trt15.jus.br

Equipe técnica de elaboração

Iara Cristina Gomes
Helen da Silva Paes de Souza
Daniel Filgueira Granato

Capa e diagramação

Daniel Filgueira Granato